

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade

Rafael Lucas Santos Avelino

NOTAS SOBRE A TEORIA REVOLUCIONÁRIA DE MARX
E OS DESAFIOS DA EXPERIÊNCIA DA COMUNA DE PARIS

Teófilo Otoni
2018

Rafael Lucas Santos Avelino

**NOTAS SOBRE A TEORIA REVOLUCIONÁRIA DE MARX
E OS DESAFIOS DA EXPERIÊNCIA DA COMUNA DE PARIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Fernandes Macedo

**Teófilo Otoni
2018**

Ficha Catalográfica
Preparada pelo Serviço de Biblioteca/UFVJM
Bibliotecária responsável: Graziela Lopes da Costa – CRB6 nº 2807

A948n Avelino, Rafael Lucas Santos.
2018 Notas sobre a teoria revolucionária de Marx e os desafios da
experiência da comuna de Paris. / Rafael Lucas Santos Avelino.
Teófilo Otoni: UFVJM, 2018.
136 p.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia,
Ambiente e Sociedade, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Fernandes Macedo.

1. Marx. 2. Revolução. 3. Contrarrevolução. 4. Comuna. I.

Título. CDD:

320

RAFAEL LUCAS SANTOS AVELINO

**Titulo da defesa: NOTAS SOBRE A TEORIA REVOLUCIONÁRIA DE
MARX E OS DESAFIOS DA EXPERIÊNCIA DA COMUNA DE PARIS**

Dissertação apresentada ao
MESTRADO EM TECNOLOGIA,
AMBIENTE E SOCIEDADE, nível de
MESTRADO como parte dos requisitos
para obtenção do título de MAGISTER
SCIENTIAE EM TECNOLOGIA,
AMBIENTE E SOCIEDADE

Orientador : Prof. Dr. Rogerio
Fernandes Macedo

Data da aprovação : 10/05/2018



Prof.Dr.ª VANESSA JULIANA DA SILVA - FACSAB/UFVJM



Prof.Dr. ROGERIO FERNANDES MACEDO - UFVJM



Prof.Dr. FERNANDO LEITES ROCHA JUNIOR - FACSAB/UFVJM



Prof.Dr. CARLOS HENRIQUE LOPES RODRIGUES - FACSAB/UFVJM

TEÓFILO OTONI

*Nosso sorriso sereno
hoje é o veneno
Pra quem trouxe tanto ódio
pra onde deitamos
(EMICIDA, 2013, LEVANTA E ANDA)*

RESUMO

O presente trabalho se propõe a construção teórica de Karl Marx analisando-a na perspectiva do momento histórico vivido da Comuna de Paris. A relação da construção política e teórica de Marx com os acontecimentos do século XIX da França é bem próxima a ponto de um influenciar o outro. A partir dos escritos de Karl Marx, propomos uma análise sobre a contribuição do autor na ciência social como um todo. Partimos da concepção do materialismo histórico dialético e o debate em torno do mesmo. Posteriormente analisamos as principais categorias presentes nas obras do período de sua juventude até O Capital. Finalizando esta parte com uma análise e discussão sobre a forma com que é desenvolvida toda teoria revolucionária de Marx debatendo as categorias revolução e a contrarrevolução. A segunda parte do trabalho é uma reconstrução teórica e histórica da Comuna de Paris. A tradição marxista será base para nossos estudos, por entendermos que constitui o conjunto de contribuições que nos fornece os melhores elementos à compreensão da temática, sejam por autores clássicos seja por autores contemporâneos. A amplitude desta temática não nos permite expor a totalidade das diferentes correntes teóricas sobre o tema. Entendemos que este seja apenas o primeiro passo para uma longa jornada em trabalhos futuros.

Palavras chaves: Marx, Revolução, Contrarrevolução, Comuna de Paris.

ABSTRACT

The present work proposes the theoretical construction of Karl Marx analyzing it in the perspective of the lived historical moment of the Commune of Paris. The relation of Marx's political and theoretical construction to the events of the nineteenth century in France is very close to influencing the other. From Karl Marx's writings, we propose an analysis of the author's contribution to social science as a whole. We start from the conception of dialectical historical materialism and the debate around it. Later we analyze the main categories present in the works from the period of his youth until *The Capital*. Finishing this part with an analysis and discussion on the way in which Marx's revolutionary theory is developed debating the categories revolution and the counterrevolution. The second part of the work is a theoretical and historical reconstruction of the Paris Commune. The Marxist tradition will be the basis for our studies, because we understand that it constitutes the set of contributions that provides us with the best elements to understand the theme, whether by classical authors or by contemporary authors. The breadth of this theme does not allow us to expose the totality of the different theoretical currents on the theme. We understand that this is only the first step towards a long journey in future work.

Keywords: Marx, Revolution, Counter-revolution, Paris Commune.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é o reconhecimento de precisarmos de pessoas em todas as fases de nossas vidas. O ato de reconhecer gratidão às pessoas é um ato concreto da sociabilidade humana. Reconheço não chegar a este trabalho sozinho. O momento é de se olhar para trás e reconhecer que todo caminho trilhado até aqui foi com e a partir de pessoas que deram forças, ajudaram diretamente e indiretamente, enfim, são parte daquilo que sou.

Agradeço a minha mãe, eterna companheira a quem negou a si mesmo para que seu sonho de ver seus filhos crescidos se tornasse real. Não esqueço jamais da senhora limpando casas, vendendo de tudo que aparecia, toda vez que alguém lhe chamava para ser a manicure de alguém, enfim, tanta humilhação nessa vida, que hoje seja redenção. Pois “profundo ver o peso do mundo nas costas de uma mulher” e eu pergunto “De onde tirava força?”. Obrigado por tudo.

Agradeço imensamente à Elisangela, companheira de todas as horas, você foi ponto de equilíbrio incrível neste tempo. Agradeço aos meus amigos da Rede Aneethun pois foram fundamentais com a compreensão durante esses anos de mestrado. Ao Bruno, Denis, Thiago e Gustavo, meu muito obrigado

Ao meu orientador o Professor Rogério Fernandes Macedo, sua paciência, seus ensinamentos, nossas conversas, sempre serão doces lembranças, mesmo nos momentos mais difíceis sempre com a mão estendida. Agradeço aos professores da banca, Carlos Henrique Lopes Rodrigues, Alessandra de Paula Carli, Fernando Leitão Rocha Jr. e os suplentes Vanessa Juliana Silva e Ciro Andrade Silva que desde o primeiro convite se mostraram disponíveis e preocupados com minha evolução nos estudos.

Em especial agradeço também as companheiras e companheiros de mestrado, Danne, Rute, Maria Paula e outros que fizeram parte de minha caminhada. A todos servidores da UFVJM minha eterna casa. A professora Vanessa Juliana, ao Professor Márcio Lupatini, Wederson e outros que contribuíram com suas disciplinas.

Por fim agradeço aos amigos de sempre, Diego, Danilo, Vinícius, que bom ter vocês em minha vida. Sou grato também a todo povo dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha. Que este trabalho possa contribuir na sua luta diária de sobrevivência e Resistência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1.0 A CONSTRUÇÃO DO LEGADO DE MARX E SUA TEORIA.....	13
1.1 UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MÉTODO	13
1.2 AS PRINCIPAIS CATEGORIAS DA TEORIA MARXIANA.....	24
1.2.1 O QUE É MERCADORIA?	24
1.2.2 A TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL.....	28
1.2.3 O TRABALHO E O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO.....	30
1.2.4 CAPITAL CONSTANTE E CAPITAL VARIÁVEL.....	34
1.2.5 A JORNADA DE TRABALHO.....	35
1.2.6 O SALÁRIO.....	36
1.2.7 A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA COMO GÊNESE DO CAPITAL	40
1.2.8 A ALIENAÇÃO	44
1.3 A ARMADILHA DO PROGRESSO.....	49
1.4 A TEORIA DA REVOLUÇÃO E A CONTRARREVOLUÇÃO EM MARX.....	54
2.0 A COMUNA DE PARIS.....	68
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....	68
2.2 A COMUNA SUA HISTÓRIA E REPERCUSSÃO.....	77
3.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
ANEXOS	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	130

INTRODUÇÃO

Muitos querem compreender a situação contemporânea do mundo e propor uma forma de tentar superar os difíceis momentos contemporâneos. Poucos tentam estudar as raízes de tais problemas e compreender a construção histórica de maneira séria e científica. Em tempos de crise do modo de produção capitalista se torna elementar a discussão e debate acerca das diversas esferas que constituem a totalidade de nossa vida na sociedade. Na busca da compreensão de como ela se manifesta e suas distintas manifestações retratam as amplas dimensões, as quais não só estão inseridas na esfera econômica ou política, mas colaboram para uma crise que coloca em xeque toda sociedade, sua organização social e sua produção material e intelectual (MÉSZÁROS, 2001).

A história aparece como a única ferramenta capaz de suprir as necessidades de compreensão dos fatos juntamente com um arcabouço teórico, sobretudo quando falamos das relações que envolvem a humanidade. Nesse sentido, vale ressaltar a célebre frase de Engels e Marx no Manifesto do Partido Comunista, “ a história da humanidade é a história da luta de classes [...]” (MARX, 2005, p.40). Seja em qualquer momento da civilização humana a estrutura de classes esteve presente e a burguesia dos tempos atuais fez destas estruturas uma simplificação entre apenas duas classes, os trabalhadores e os burgueses (MARX, 2005).

Marx enquanto teórico e político possui uma caminhada de pretensões a apreender a lógica sistêmica da sociedade capitalista. Para tanto, aprofundou os seus estudos de filósofos como Hegel, Feuerbach, por exemplo, acabando por desenvolver um método teórico capaz de trazer uma nova visão sob a formação da civilização humana. Esta forma de se fazer ciência, principalmente após os estudos sobre a Economia Política. Assim, inicia-se nosso trabalho, com a perspectiva de trazer algumas contribuições de Marx, sob a luz de autores da tradição marxista, desde sua juventude à produção de sua obra clássica, O Capital.

O capitalismo decorre de maneira revolucionária. Todas as estruturas sociais de produção e reprodução chegam a patamares jamais imaginados na civilização humana. O desenvolvimento técnico e a divisão social do trabalho alteram toda organização social. No entanto, mesmo tendo esta condição de dar fim a carências materiais da sociedade, este sistema reproduz um distanciamento entre aquele que produz e o detentor dos meios de produção.

O trabalho será dividido de forma que dê condições de criar uma forma de compreensão a partir da introdução, dois grandes capítulos e considerações finais seguida de alguns anexos. Nosso primeiro capítulo temos um breve debate em torno de alguns pontos importantes para se entender a teoria revolucionária de Marx. Por que a chamar de revolucionária? Porque ela tem as condições teóricas suficientes para entender os momentos revolucionários da civilização humana e romper com a estrutura social vigente. Para além disso, ela inaugura uma nova forma de se fazer ciência, tema do nosso primeiro subitem.

O método científico e o modo de produção em que ele se insere não chegou a ser um tema trabalhado exhaustivamente por Marx em textos exclusivos. Ele o trabalha em toda sua obra. Nossa proposta é trazer neste subitem alguns dos principais elementos sobre a construção do método conjuntamente com autores da tradição marxista que debatem o método, a fim de termos condições de seguir com os estudos propostos.

Seguidamente a este item, temos os demais subitens que trabalham as principais categorias na teoria de Marx. Desde a questão sobre o trabalho, a mercadoria, mais-valia, processo de produção de valor, o dinheiro e as diferenças do capital constante e variável e a acumulação primitiva. Após estas categorias, trabalhamos a alienação na forma em que se manifesta no capitalismo. Finalizamos estes itens com a questão do progresso técnico no capitalismo e como o mesmo aparece de maneira revolucionária no primeiro momento, mas ao tomar certos caminhos se torna uma armadilha que só o progresso seria capaz de criar.

Complementando e dando fim a este capítulo, tratamos a questão da Revolução e contrarrevolução em Marx. Em seus escritos e autores que debatem o tema, a Revolução se torna centro da discussão teórica desenvolvida por Marx, uma vez que, ao desenvolver um método de pesquisa que o dá condições de análise das transformações sociais em torno do capitalismo, o mesmo o dá condições de entender os movimentos da civilização humana e como fazer este caminho para o desenvolvimento da civilização para findar as contradições do sistema vigente. Além de suas limitações enquanto sistema, as estruturas de poder político e social colocam ingredientes no grande caldeirão da sociedade que possui em sua história momentos decisivos a partir da fervura e derramamento desta civilização através das lutas de classes e movimentos revolucionários que levaram a sociabilidade humana e sua produção e reprodução que conhecemos nos dias atuais.

Entender a questão da revolução e o movimento de contrarrevolução é fundamental para os desafios que a conjuntura nos coloca. Por fim, o primeiro capítulo finda sem nenhuma pretensão de esgotar os temas trabalhados, uma vez que cada um acima citado, seria individualmente, objetos para estudos para toda uma vida. No entanto, sem uma breve compreensão destas categorias o capítulo 2 poderia não alcançar seu objetivo proposto.

O capítulo 2 é dedicado à Comuna de Paris e todos aqueles atores envolvidos neste acontecimento histórico. A França é o palco ocidental difusor de ideias e mais influente do no século XIX. Conjuntamente com a Revolução industrial, a Revolução Francesa é o ponto da história capaz de gerar uma cisão entre antes e depois, nas formas de organização social. Este novo momento da produção e reprodução capitalista dá uma nova condição às estruturas de classe até então existentes.

Posteriormente a Revolução Francesa, o país se torna um espaço de intensos levantes populares. A Comuna de Paris é ápice destes levantes, é a expressão da tomada de poder pelo proletariado e é esta tomada que propomos o debate através dos escritos de Marx, historiadores da temática e livros consagrados de personagens participantes do levante.

A utilização deste momento histórico se justifica por ser a primeira experiência de um movimento oriundo da classe trabalhadora que toma o poder. A riqueza do acontecimento serve de exemplo para as análises futuras na luta de classes. A experiência da Comuna nos ensina sobre a atualidade das bandeiras revolucionárias levantadas pela classe trabalhadora francesa. Como veremos no decorrer do trabalho, temas vistos como revolucionários nos tempos atuais relacionados à educação, autogestão, dentre outros, já foram propostos e colocados em prática, pela Comuna de Paris em pouco mais de 70 dias.

Por fim, a Comuna convoca todos a compreender que as tarefas políticas, econômicas e sociais da classe trabalhadora, ultrapassam a organização do sindicato, a luta por melhores condições de trabalho, as reformas políticas e sociais ou, simplesmente, a melhora de atitudes individuais. Complementarmente, a tarefa está em conduzir a humanidade para um homem novo, para uma nova sociedade.

1.0 A CONSTRUÇÃO DO LEGADO DE MARX E SUA TEORIA.

1.1 - UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MÉTODO EM MARX

Enquanto discussão de suma importância, o método deve ser apropriado com sua riqueza em cada autor clássico. Por se tratar de uma dissertação, a discussão do método em Marx será nosso foco por entender que este possui o arcabouço teórico capaz de suprir as necessidades da pesquisa neste momento. Este estudo se faz necessário pois o método de análise dará condições para a compreensão, não só do método em Marx como avançar nas questões da revolução e contrarrevolução. O caminho para a revolução deve se perpassar pelo método de análise da sociedade e das categorias fundamentais para a compreensão da mesma, só assim teremos condições de agir com propriedade diante das circunstâncias históricas. Nesta perspectiva, é importante destacar que em toda história, ao se propor fazer ciência, a questão do método sempre é colocada em destaque.

A importância da questão do método e como ele se dá na construção teórica de Karl Marx, pode ser exemplificada nas primeiras cenas do filme “O Jovem Marx” (2017), filme dirigido por Raoul Peck que se inicia com uma cena de camponeses em um grande bosque a procura de madeira, hábito naquela época. A Europa vivia uma escassez de suprimentos para as populações e crises políticas e econômicas em diversos países como França, Alemanha e Inglaterra.

A miséria profunda entre os camponeses e o advento da classe proletária são elementos que se tornam combustíveis para os fatos ocorridos no tempo histórico do filme. A cena remete aos tempos vividos por uma classe que respeita os galhos vivos das árvores e se coleta apenas os galhos secos que estão no chão, pois aquilo que ainda é vivo é propriedade de alguém conforme a lei da madeira que vigorava, portanto, não se pode retirar. Seja nas roupas, seja na expressão dos atores ou suas atitudes, o sofrimento é nítido, os camponeses querem lenha para sobreviver ao inverno rigoroso e utilizar nas suas necessidades diárias.

Tudo muda na cena ao surgir a marcha dos cavalos da polícia local açoitando os camponeses por considerar roubo de propriedade privada o recolhimento dos galhos. Um hábito de coletar lenha passado por gerações antes mesmo do capitalismo se torna roubo por uma concepção social que observa a manutenção da propriedade individualizada negando a construção histórica e cultural do povo que precisa do galho mais do que seu proprietário naquele instante. Enquanto a cena se dá, o narrador cita uma parte do

documento escrito por Marx em 1842 publicado na Gazeta Renana sobre a lei de roubo de madeira¹:

Para recolher lenha verde, é preciso arrancá-la violentamente da árvore viva. Para recolher lenha morta, não se arranca nada da propriedade. A lenha já se encontra separada da árvore, porém é considerada propriedade. Apesar dessa diferença essencial, ambas são consideradas roubo e são punidas como tal. Montesquieu diz que existem duas formas de corrupção. Uma ocorre quando as pessoas não cumprem a lei, outra ocorre quando as leis corrompem as pessoas. Desapareceu a diferença entre roubo e coleta, mas quem acredita que isso foi feito para o nosso bem, engana-se. As pessoas enxergam o castigo, mas não o crime (O Jovem Marx, 2017, Raoul Peck *apud* MARX, 2017).

Nesta cena cheia de simbolismo iremos encontrar fundamentos do pensamento de Marx até a sua maturidade quando escrevera o *Capital*. Em toda construção teórica de Marx existem os elementos essenciais utilizados pelo autor para superar a abstração teórica em suas formalizações a partir de fatos e materiais concretos, o que será melhor explicado posteriormente na questão do método. Tal cena remete os absurdos que a jurisdição da época fazia ao discutir a questão do delito no roubo da madeira. Como dito anteriormente, essa prática de juntar madeira é secular na Europa camponesa, fato certamente não levado em consideração ao criarem as leis sobre a propriedade privada. Era nítido o interesse de se proteger os proprietários das terras diante de uma necessidade vital dos camponeses sem dar solução a estes. Mas como estes se tornaram proprietários das terras?

Vale ressaltar alguns destaques para este período em que Marx escreve sua crítica a esta lei da madeira. É o período entre 1842 e 1843. Na Prússia estava em foco a questão que da Dieta Renana, uma forma de se governar a partir de estamentos em torno dos recursos e das decisões políticas de cada região do reino. Esta lei da madeira era um conjunto de regras que apontam os devidos modos de se atuar nestes casos. Enquanto escritor da recém criada Gazeta Renana, Marx elabora uma série de artigos sobre a dieta e dentre eles se destaca o debate da lei da madeira. Desde a criação da lei aumenta o número de furtos de madeira registrado. Isso se dá por dois motivos, o crescimento do pauperismo rural e a forma com que se entende o delito do roubo da madeira (BENSAID *apud* MARX, 2017).

A questão do roubo da madeira se coloca como a forma aparente em torno do debate essencial e necessário que gira em torno da noção de propriedade e interpretação

1 Este documento encontra-se na versão em português em: MARX, Karl. Os despossuídos. Tradução Mariana Echalar e Nélío Schneider. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

dos fatos diante do direito. Tudo se baseia portanto na noção comercial da madeira que deixa de ter apenas valor de uso para ter valor de troca e este se sobrepõe ao primeiro em relação a esta lei. A nova legislação baseada num direito naturalista que difere das demais formas de interpretação da propriedade, deve separar a relação entre deter a propriedade e necessidade dos materiais oriundos da natureza, isso gera consequências diante do pauperismo vivido da época com novas formas de criminalidade social. Marx põe em cheque toda a noção de propriedade quando analisa a situação tanto do ponto de vista do proprietário da árvore e aquele que coleta galhos. A forma de se pensar e agir no delito do furto da madeira é irracional ao ignorar a diferença entre a ação de colher galhos secos e assim ser considerado crime contra a propriedade e a formação da propriedade privada a partir de uma legislação imposta de maneira violenta que não leva em consideração as necessidades daqueles que coletam galhos e impõe a propriedade a alguém sem levar em consideração os reais méritos para tal. “Se todo atentado contra a propriedade, sem qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerado furto, não seria furto também toda propriedade privada?” (MARX, 2017, p.19).

Este será o ponto central da crítica de Marx em sua contribuição ao entendimento da sociedade capitalista incipiente, a propriedade privada. Pela via da jurisdição a invocação de uma tradição de direito natural dá condições de um direito à ocupação de terras e consequentemente aquilo que nela está. Logo a condição para a formação de leis como a da madeira são formadas em um meio contraditório de interpretações sobre a propriedade privada, o que vem a ser e quais limites para se determinar uma propriedade sendo pública ou privada. Tal categoria possui uma interpretação com identidade própria no Capitalismo. Marx vai debruçar neste tema a partir de 1844 quando o autor se dedica aos estudos de Economia Política e publica seus primeiros textos de crítica à Economia Política.

Mas apenas nos Manuscritos econômicos filosóficos de 1844 que teremos uma primeira definição da questão da propriedade privada. A distinção da propriedade privada no capitalismo para Marx está entre a condição econômica vigente e a naturalização da organização relações sociais. A forma de se organizar o trabalho e a sociedade no capitalismo gera um trabalho alienado, ou seja, um trabalho estranhado entre o produtor e o detentor da produção.

A propriedade privada compreendida especificamente na sociedade capitalista é o resultado de condições subjetivas que transformam a relação de transformação da natureza

para dar condição humana de sobrevivência, em algo exterior, distante do seu produtor que se institui a partir das formalidades do contrato social (ainda a ser melhor trabalhado em futuros textos de Marx) que fundamentam a apropriação e acumulação de riqueza social gerada pela expropriação do trabalho (MARX, 2011).

Em outras palavras, o princípio da forma específica da propriedade privada no capitalismo tem bases argumentativas como algo inerente a condição humana, algo natural. No entanto, a análise marxiana desfaz este argumento elencando fatos históricos para afirmar esta forma de interpretar a propriedade privada como uma forma determinada historicamente no período burguês da história.

Por fim é o trabalho alienado que dará condições à exploração do resultado e consequentemente a forma da propriedade privada. A “propriedade de trabalho passado não-pago aparece agora como a única condição para a apropriação presente de trabalho vivo não-pago, em dimensão sempre crescente. Quanto mais o capitalista houver acumulado, tanto mais poderá acumular” (MARX, 1985, p.164). Ou seja, é uma condição da reprodução do capital pelo capital surgido do trabalho alienado. Há uma cisão entre a propriedade e o trabalho, esta cisão provém de uma lei como a lei da madeira acima citada. Estas mesmas leis que possuem em sua essência a forma burguesa de se determinar esta cisão como uma manutenção das classes sociais.

Esta questão será aprofundada posteriormente, mas o fato é que na construção e desenvolvimento na sociedade capitalista a posição conservadora do poder legislativo vigente em prol da classe burguesa privilegiada que se legitima com a manipulação do aparelhamento da administração pública e seus agentes como braços garantidores dos interesses privados. Outro ponto que a cena e o texto levantam para nós é a análise histórica que Marx utiliza neste ponto e vai ser visto em toda sua obra e que será aprofundada na contribuição do conceito de acumulação primitiva do Capital.

As reflexões sobre o roubo de lenha, um dos primeiros escritos de Marx, já contêm as sementes de uma ontologia que se recusa a exteriorizar a natureza como um recurso que sofre impactos com a reprodução humana. O pressuposto de que os seres humanos produzem a natureza ao transformá-la exige reconhecer que os destinos da humanidade pertencem à própria humanidade. A relação com a natureza não apenas faz parte desse destino como é também esse destino, porque reflete nada mais que a relação de seres humanos entre si e as formas pelas quais reproduzem suas vidas (FLORES, 2013, p.2).

No contexto da revolução industrial e surgimento da classe operária no mundo, a questão da propriedade, a questão do roubo da madeira e o castigo, são elementos da

relação entre essência e aparência, alguns pontos que exemplificam o materialismo dialético e tudo aquilo que se está ao redor das formulações do autor que utilizaremos como base para o prosseguimento deste trabalho. Estes elementos trazem os primeiros caminhos de Marx sobre as questões voltadas a propriedade privada e a forma jurídica de legitimação da ordem social burguesia incipiente.

Sobre o método, a carta de Marx a Annenkov, anexada na obra “A Miséria da filosofia”, o autor relata sua opinião sobre a obra do filósofo Phroudon “A filosofia da Miséria” e entre seus apontamentos, Marx já elucida o ponto fundamental que é análise histórica dos fatos sendo uma série de desenvolvimentos sociais. O homem e seu desenvolvimento deve ser analisado entre a lógica individual conjuntamente a ordem social que ele está inserido, sendo a segunda fundamental como forma condicional da primeira (MARX, 2009).

Esta mesma forma social, fruto da ação dos homens, ou seja, não é uma condição que possa vir a ser escolhida do ponto de vista individual, escolher o tipo de sociedade que ele vem a viver. Há uma construção social que condiciona a forma do homem se desenvolver e se relacionar com seu meio.

A um determinado estágio de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens corresponde determinada forma de comércio e de consumo. A determinadas fases de desenvolvimento da produção do comércio e do consumo correspondem determinadas formas de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das classes; numa palavra, um determinado estado político, que não é mais que a expressão oficial da sociedade civil (MARX, 2009, p. 244-245).

Marx utiliza aqui o desenvolvimento da produção, comercialização e consumo desta produção da sociedade como centro da determinação das relações sociais e materiais como determinantes na formação social e do homem em si. A forma como é organizada a economia não só determina, pois ela também é histórica, como também toda formação social na civilização humana até a contemporaneidade é interpretada como formas transitórias. Por conseguinte, conforme a evolução e transformação dos modos de produção assim também serão necessárias alterações nas relações sociais.

Logo, não é uma fórmula, mas sim um movimento. Não é algo estático entre a síntese das relações sociais e a produção material. A sociedade burguesa especificamente se torna um modo de organização social de um determinado período que tem como fundamento a forma burguesa de propriedade privada. Marx critica a Economia política ao

afirmarem que a forma burguesa é o último estágio da evolução humana. A análise da história aponta aquele momento como o mais desenvolvido, mas que deve ser superado como foi o feudalismo e outros modos da civilização humana (MARX, 2009).

1844 marca o ano que Marx e Engels aparecem como coautores de publicações. A “Sagrada Família” publicado em 1845, se torna um marco pelo rompimento das antigas bases teóricas dos autores². Neste texto o domínio sobre o materialismo histórico enquanto concepção filosófica e método pelos autores que partem de pressupostos reais, da produção e reprodução material, a fim de satisfazer as necessidades básicas da sobrevivência humana. Desta forma, a abstração das representações materiais está interligada as condições reais do mundo real.

Em “O Capital”, obra clássica de Marx, o método dialético é apresentado pela forma expositiva, a contradição e a crítica às categorias trabalhadas em todo texto pois o Capital é uma exposição das contradições do capital desde seu fundamento principal. A fim de se criticar o método da Economia política, Marx conceitua a mercadoria como categoria principal para o entendimento do movimento do capital. O autor se preocupa em expor o objeto de estudo, analisar e ser apreendido como um todo e articula de forma organizada em todo seu discurso (MULLER, 1983).

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori. [a dialética] em sua configuração racional, é um incômodo e um horror para a burguesia e para os porta-vozes doutrinários, porque, no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua desaparecimento inevitável; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto, também com seu lado transitório; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária (MARX, 1985, p.21).

Dessa forma, o esforço de se apropriar através da investigação pelo pensamento, da compreensão do objeto de estudos são os fundamentos para uma análise reflexiva do objeto estudado. A exposição é feita de forma crítica baseando-se em sua essência e suas contradições a fim de objetivar o movimento real no plano das ideias. Logo, o método é

2 A construção teórica de Marx se dá sobre as obras de Hegel, Feuerbach, dentre outros. A partir do texto da Sagrada Família, Marx e Engels rompem com a forma Hegeliana de se entender a dialética como algo ideal que distancia o homem de sua relação social. Posteriormente eles vão também romper com as teses de Feuerbach. Para melhor compreender esta construção sugerimos os textos dos autores: A Sagrada família, Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel e toda a bibliografia utilizada neste trabalho.

uma forma da “cabeça pensar onde os pés pisam”, de acordo com o terreno na sua forma concreta em meio às categorias do pensamento, expondo criticamente o movimento a fim de sínteses do concreto pelo concreto. Aquele que faz pesquisa, para Marx, deve se ater aquilo que pode influenciar em suas hipóteses, no entanto só a deve formular após um estudo profundo sobre o tema e, na perspectiva do movimento e da consciência.

A derivação dialética materialista é aplicada em todo o trajeto da exposição marxiana, porém provoca impacto logo no capítulo inicial sobre a mercadoria, por isso mesmo causador de tropeços aos leitores desprovidos de familiaridade com o método dialético. [...] Em *O Capital*, são correntes as inferências dedutivas, acompanhadas de exposições por via lógico-formal. Daí, aliás, o recurso frequente aos modelos matemáticos demonstrativos, que revelam, dentro de estruturas categorias definidas, o dinamismo das modificações quantitativas e põem à luz suas leis internas (GORENDER *apud* MARX, 1985, p.27).

Marx não apresenta um método, o utiliza e explicita que ele se firma no presente, entendendo a história como um processo contínuo. Em vista disso “*O Capital*” contém o método na sua forma mais madura, sem contar que é nesta obra que “De fato, pode-se circunscrever como o problema central da pesquisa marxiana a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista” (NETTO, 2011, p.17).

Esta consolidação da sociedade conforme explica a citação acima, nada mais é do que a compreensão de que todo o estudo do autor foi desenvolvido a partir da análise de uma organização social específica, a burguesa, que alterava a forma em que se entende certos conceitos se distanciando das propostas anteriores.

Marx parte de uma concepção de análise fundamentada nas condições materiais. Ao analisar a gênese da sociedade capitalista encontra-se limites e contradições que dão espaço para se pensar em algum tipo de transformação para esta sociedade. Estas transformações, conforme a história nos mostra, são obtidas através de conflitos e antagonismos da mesma sociedade, isto posto, leva ao desenrolar histórico do desenvolvimento do homem e da sociedade como não linear tampouco harmônico. Diante das contradições impostas, há sempre saltos nos momentos revolucionários da história sendo sempre consequência de ações humanas. (ANDERY *et al*, 2014).

Mészáros (2011) afirma que desde os “Manuscritos econômicos filosóficos de 1844”, os esforços de Marx estão partindo do “decurso do desenvolvimento histórico

moderno, a ciência natural, através da assimilação das práticas materiais da produção industrial capitalista, se tornara, de uma forma alienada, a base da vida social.”³

Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real. É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital. Mesmo as fantasmagorias correspondem, no cérebro humano, as sublimações necessariamente resultantes do processo da sua vida material que pode ser observado empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência (MARX, 2009, p.45).

A base do constructo teórico do método é a base material da vida que determina a consciência do homem. Marx expõe neste trecho que toda forma de representação ou explicação daquilo que está em volta dos homens não é neutro. Se estabelece conforme a condição histórica e material daquilo que o homem tem acesso em determinado instante da vida cotidiana, levando-o a analisar e contextualizar a partir da produção e reprodução material da sociedade. Para Marx a teoria se coloca a partir do processo de análise algo material que é introduzido na mente humana e assim processada e interpretada.

Partindo desta concepção, a teoria leva a ultrapassar a barreira da forma aparente do objeto de estudo até alcançar a essência do fenômeno ou objeto estudado.

“Isto significa que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, [...] Por isso mesmo, a pesquisa - e a teoria que dela resulta - da sociedade exclui qualquer pretensão de ‘neutralidade’, geralmente identificada com ‘objetividade’.” (NETTO, 2011, p.23).

Em outras palavras, não é uma relação cujo observador está analisando seu objeto de estudo de forma neutra, o sujeito tem papel dinâmico e determinante em seu estudo e objeto analisado, a sociedade; de forma a operar não só em sua aparência como em sua essência pois é neste processo e, só assim, que o observador (ou pesquisador/sujeito) será capaz de, através da apuração e apreensão de conhecimento possível, revisar, criticar e de

3 Texto traduzido na íntegra em Resistir.info, Disponível em: http://resistir.info/meszaros/dialectica_estrutura_historia_p.html Acesso em 10/10/2018.

forma criativa dar respostas no estudo da sociedade, enquanto objeto de pesquisa. Logo, o pesquisador analisa, questiona e se instiga a ponto de atuar como sujeito transformador da realidade.

[...] o método não é um conjunto de regras formais que se "aplicam" a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para "enquadrar" o seu objeto de investigação. Recordemos a passagem de Lenin que citamos: Marx não nos entregou uma lógica, deu-nos a lógica de *O capital*. Isto quer dizer que Marx não nos apresentou o que "pensava" sobre o capital, a partir de um sistema de categorias previamente elaboradas e ordenadas conforme operações intelectivas: ele (nos) descobriu a estrutura e a dinâmica *reais* do capital; é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada *posição (perspectiva)* do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações. *A indissociável conexão que mencionamos impede uma abordagem que, na obra de Marx, autonomize o método em face da teoria*: não é possível, senão ao preço de uma adulteração do pensamento marxiano, analisar o método sem a necessária referência teórica e, igualmente, a teoria social de Marx tornasse ininteligível sem a consideração de seu método. Para Marx, a sociedade burguesa é uma *totalidade concreta*. Não é um "todo" constituído por "partes" funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é "simples"- o que as distingue é o seu grau de complexidade. Articulando estas três categorias nucleares – a totalidade, a contradição e a mediação –, Marx descobriu a perspectiva metodológica que lhe propiciou o erguimento do seu edifício teórico. Ao nos oferecer o exaustivo estudo da "produção burguesa", ele nos legou a base necessária, indispensável, para a teoria social. Se, em inúmeros passos do conjunto da sua obra, Marx foi muito além daquele estudo, fornecendo fundamentais determinações acerca de outras das totalidades constitutivas da sociedade burguesa, o fato é que sua teoria social permanece em construção – e, em todos os esforços exitosos operados nesta construção, o que se constata é a fidelidade à perspectiva metodológica que acabamos de esboçar. É nesta fidelidade, aliás, que reside o que, num estudo célebre, Lukács (1974, p. 15) designou como *ortodoxia* em matéria de marxismo (NETTO, 2011, p.58-59, grifos do autor).

O caminho de construção teórica do maior objeto de estudo de Marx, o capital e a sociedade capitalista, sua produção e reprodução burguesa, perpassa não só um sistema de reprodução social como também uma forma de manutenção e concentração de poder sob as forças produtivas neste tipo de sociedade. E como esta sociedade, o método de Marx continua em processo de construção:

Se por método se entende uma arrumação operativa, a priori, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho, então, não há método em Marx. Em adjacência, se todo método pressupõe um fundamento gnosiológico, ou seja, uma teoria autônoma das faculdades humanas cognitivas, preliminarmente estabelecida, que sustente ao menos parcialmente a

possibilidade do conhecimento, ou, então, se envolve e tem por compreendido um *modus operandi* universal da racionalidade, não há, igualmente, um problema do conhecimento na reflexão marxiana. E essa inexistência de método e gnosiologia não representa uma lacuna, nem decorre, como sugere Lukács, as primeiras linhas de seu capítulo sobre Marx na *Ontologia do ser social*, do fato deste jamais ter se preocupado em estudar as relações entre ontologia, gnosiologia, lógica etc., uma vez que partira, "ainda que desde os indícios em termos críticos, da filosofia hegeliana", e que esta "se move dentro de uma certa unidade, determinada pela ideia de sistema, entre ontologia, lógica e teoria do conhecimento; o conceito hegeliano de dialética implica, no próprio momento em que põe a si mesmo, uma semelhante unificação e, inclusive, tende a fundir uma coisa em outra. [...] Mesmo porque, no caso, a ausência da "questão de método", bem como do "problema do conhecimento", isto é, de tematizações autônomas sobre metodologia e gnosiologia, que pretendam fundar o discurso científico e guiar sua constituição por meio do ordenamento autárquico e independente da atividade subjetiva, não assinala qualquer omissão ou deslize quanto ao reconhecimento do complexo do conhecimento em sua efetividade, nem indiferença em relação aos procedimentos cognitivos. Ao contrário, e um clarão que alerta para a peculiaridade do tratamento marxiano desses temas, de modo que a ausência de equacionamento convencional do assunto e apenas o sinal negativo da completa reconversão e resolução positivas que a matéria encontra na reflexão marxiana, ainda que só tratada ocasional e esparsamente, tanto que a mesma não foi reservado um único texto exclusivo e sistemático que delineasse os contornos de sua fisionomia (CHASIN, 2009, p. 89-90).

A questão do método em Marx parte do empírico, compreendendo-o numa análise do fenômeno capturado e analisado de uma totalidade. Por exemplo, ao se colocar à disposição para trabalhar em um chão de fábrica, um trabalhador tende a vender sua força de trabalho a alguém disposto a comprá-la. Após negociações entre as partes, pode-se supor na forma fenomênica que estão em igualdade na relação de compra e venda da força de trabalho. No entanto, ao nível da dicotomia entre essência e aparência, esta igualdade suprime a desigualdade que está na essência. Suprime o motivo real que o sujeito só vende sua força de trabalho por ser a única maneira de sobreviver.

A perspectiva da dialética é buscar a ideia no real, o que não quer dizer que se despreze nem a ideia nem a consciência. Entre empírico e concreto, há uma forte distinção. A essência também é mutável. No caso da perspectiva dialética, não há uma contraposição radical entre fenômeno e essência. Há uma conjugação dialética, ou seja, há certo tipo de conflito ou contradição entre aquilo que pode vir a aparecer como fato e o que realmente vir a ser (CHASIN, 2009). Isto vem a ser determinante para o entendimento da frase "O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações" (MARX, 2008, p.46). Para compreender o caminho do método em Marx podemos acrescentar: "O sujeito é ele mesmo um objeto real, concreto, social, dotado de aspectos e propriedades que podem ou

não incrementar-se, podem ou não, dependendo das determinações histórico-sociais, tornarem-se capacidades operativas e criativas” (ALVES, 2008, p.10). Logo:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção de vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p.47).

No próprio Marx entendemos toda estrutura do método desenvolvido de análise precisa sobre a realidade material da vida humana e o modo em que esta se desenvolve. Não há, por conseguinte, uma organização e sistematização em torno da temática do método, o mesmo se dá de forma aplicada e apreendida no cotidiano das transformações históricas e na prática das ações dos sujeitos históricos (PRADO JR., 1973). Partindo de análises do “*Grundrisse*”, o desenvolvimento intelectual de Marx é, partir do método “como uma recusa à orientação especulativa adotada pelos ‘empiristas, materialistas e racionalistas’ e como ‘norma da Filosofia corrente’” (OLIVEIRA e ALMEIDA, 2015, p. 4).

Para Fernandes (1973) o debate do método parte das possibilidades que Marx abriu ao aplicar a análise à especificidade do homem individual e social em conjunto ao mundo econômico e material, contribuindo de tal forma que ultrapasse as paredes das ciências sociais e poder vir a ser aplicado em outras ciências.

Marx expressa um complexo teórico que supera os métodos “naturalista” e “histórico” fazendo a relação entre aquilo que é particular e o que é coletivo. O conhecimento apresenta-se como reprodução intelectual da realidade, a prática coletiva dinamiza a construção tanto do sujeito quanto do objeto. Por fim, para compreender a apropriação do método na realidade revolucionária do proletariado seria preciso apreender do real as questões objetivas que afligem a classe trabalhadora na sociedade capitalista que estão sob um véu de aparências que limitam a expressão revolucionária do proletariado. Nesse sentido, o salto qualitativo no materialismo histórico dialético desloca o

modelo abstrato da economia da sociedade burguesa, [...] pela economia capitalista e a sociedade burguesa concretas, consideradas como totalidades históricas vivas, dinâmicas interdependentes. Karl Marx retirou o método da economia política do reino da mistificação e da fetichização (FERNANDES, 1989, p.119).

A realidade é analisada por ela mesma e as implicações que fazem parte dela. A partir do método proposto de análise da sociedade, passa a compreender o modo de produção do conhecimento real não é um conhecimento baseado em um distanciamento daquilo que observa até porque é no real que o observador está inserido e contempla. Posteriormente a esta análise é que se percebe a necessidade do envolvimento entre “teoria” e “práxis” deste conhecimento. “Daí também a noção de que o conhecimento deve prover os meios para transformar o mundo, de que o conhecimento, pelo menos para Marx, é um conhecimento comprometido com uma determinada via de transformação” (ANDERY *et al*, 2014, p.411-412).

1.2 – AS PRINCIPAIS CATEGORIAS EM MARX

Este tópico será dividido em subtópicos com algumas das principais categorias desenvolvidas em Marx ao longo de toda sua obra que pretendemos utilizar. Se o método é a forma pela qual iremos compreender o conhecimento da realidade, é pelas categorias que classificamos e ultrapassamos a forma aparente dos movimentos da vida social na sociedade burguesa, suas implicações e contradições que a fazem ser da forma que de fato é. Logo, nosso objetivo nesta parte do trabalho é analisar o movimento do capitalismo como um todo, em sua gênese, fundamentos de sua reprodução e ampliação, suas crises e seus desdobramentos. Sem pretensão de esgotar os temas sendo apenas uma exposição introdutória para os futuros debates e desenvolvimento deste trabalho.

1.2.1 – O QUE É MERCADORIA?

Dando sequência ao debate sobre a propriedade privada, uma das formas mais complexas e ao mesmo tempo esclarecedora é a mercadoria. “À primeira vista, a riqueza da sociedade burguesa aparece como uma imensa acumulação de mercadorias, sendo a mercadoria isolada a forma elementar dessa riqueza. Mas, cada mercadoria se manifesta

sob o duplo aspecto de valor de uso e de valor de troca” (MARX, 2008, p. 51). Nessa perspectiva a madeira se tornou uma mercadoria e assim deve atender aos imperativos não só de seu valor de uso mas e principalmente o de troca. Este capítulo abre a discussão não só sobre a forma de se colocar a interpretação da propriedade como também as formas de distribuição das riquezas produzidas socialmente. A Comuna de Paris experencia em poucos dias uma nova forma de interpretar e distribuir aquilo que é socialmente produzido.

A gênese da sociedade burguesa está na mercadoria. Esta sociedade organiza-se a partir do sistema que possibilita e potencializa a acumulação de mercadorias, o que faz da distinção entre valor de uso e valor de troca algo elementar para entender a expressão das ações e movimentos do capital. Se a mercadoria é objeto meio para suprir necessidades humanas e de sua existência (MARX, 2008). A mesma tem um ponto de cisão na medida em que seu valor de troca subverte em muitas vezes o valor de uso.

Aprofundando no tema, o primeiro capítulo da sessão I da obra “O Capital” de Marx é um capítulo denso e abstrato. Marx inicia analisando a mercadoria, pois, segundo ele “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e ‘a mercadoria como sua forma elementar’”. (MARX, 1985, p.45). A mercadoria vem a ser a categoria que expressa a produção humana em valor de uso e de trocas.

A mercadoria, além de possuir utilidade deve possuir valor, o qual se manifesta no valor de troca. Mercadoria é, primeiramente, um objeto externo que satisfaz as necessidades humanas de qualquer espécie. Em Marx, toda coisa útil deve ser encarada sob duplo aspecto, segundo qualidade e quantidade. “Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (MARX, 1985, p. 47).

No momento da troca das mercadorias deve-se trocá-las por outras de qualidades diferentes, troca do trabalho privado de um produtor pela troca do trabalho privado de outro, fruto da divisão social do trabalho, por exemplo, sapateiro e marceneiro. Entretanto, para que esta troca ocorra é necessário ter algo em comum e de mesma grandeza nestas mercadorias diferentes, que se revele na relação de troca, que é seu valor. O objetivo do capitalismo é produzir para trocar, portanto, quando se troca as mercadorias está abstraindo seu valor de uso, já que, elas devem ter utilidade, mas somente para quem for adquiri-las através da troca.

Mas como se iguala o valor das mercadorias se elas possuem trabalhos qualitativamente diferentes? Para responder essa pergunta Marx apresenta o duplo caráter do trabalho: trabalho concreto e trabalho abstrato. O primeiro é o trabalho útil, produtor de um valor de uso, enquanto que o trabalho abstrato é o dispêndio de força humana de trabalho. Para mostrar que a igualdade entre trabalhos qualitativamente diferentes vem do trabalho abstrato Marx disse:

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. [...] ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (MARX, 1985, p.48).

Por fim, o que restou foi somente “uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano sem consideração pela forma como foi despendida” (MARX, 1985, p.48). O que existe de semelhante nas mercadorias é o seu valor, e este se revela no momento da troca. A grandeza deste valor é medida pelo tempo de trabalho abstrato, ou melhor, tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria. Se ambas mercadorias que forem trocadas obtiverem o mesmo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, uma unidade de uma corresponderá a uma unidade de outra, por outro lado se forem diferentes o valor de uma estará para outra na mesma proporção que um tempo de trabalho socialmente necessário para produção de uma está para o tempo de trabalho socialmente necessário da outra.

Em razão do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria sempre mudará devido a diversos fatores, tais como: o grau médio de habilidade dos trabalhadores, as inovações tecnológicas, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais, é que a grandeza de valor de uma mercadoria não permanece constante. O que varia também é a força produtiva de trabalho; quanto maior for esta força para produzir uma mercadoria, menor será o seu valor e menor será a massa de trabalho nele cristalizada e vice-versa. Resumindo pode-se dizer que “(...) A grandeza do valor de uma mercadoria muda na razão direta do *quantum* e na razão inversa da força produtiva de trabalho que nela se realiza.” (MARX, 1985, p.49).

Na sociedade mercantil, a produção das mercadorias dependia mutuamente dos trabalhos privados de cada produtor, fruto da divisão social do trabalho. Cada um decide privadamente o que produzir, mas se reproduz socialmente, ou seja, só venderá sua mercadoria se tiver pessoas interessadas em adquiri-la e seu preço também não depende da vontade individual de cada produtor e sim do tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção.

Ao se analisar uma mercadoria vê-se que ela não é uma coisa evidente que se percebe à primeira vista, e sim “uma coisa complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas” (MARX, 1985, p.70). A forma da matéria natural que o homem transformou em algo útil para si sempre existirá, porém, a partir do momento em que se torna uma mercadoria, ela deixa de ser uma coisa puramente física e se torna em uma coisa fisicamente metafísica, é como se a mercadoria tivesse vida própria.

No mercado, no momento da troca, as relações sociais aparecem como se fossem uma relação entre coisas e não entre pessoas. Marx (1985) dá a essa confusão o nome de *fetichismo da mercadoria*, ou seja, é o processo em que as mercadorias que foram criadas pelos homens aparecem como algo incontrollável e independente, estranha àqueles que as criou. “Não é nada mais que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”. (MARX, 1985, p.71). O autor, para melhor explicar tal fetichismo da mercadoria fez uma analogia com a religião, que assim como as mercadorias, foram os homens que criaram Deus e essa criatura passou a dominar seus criadores, o mesmo, segundo Marx, acontece com as mercadorias.

O que se percebe então é que a relação social existente não é entre os produtores, mas entre os produtos dos seus trabalhos. O produtor é uma personificação da mercadoria, uma vez que é necessário que alguém a transporte até o mercado para ser trocada. A aparência que se dá, portanto, é de uma troca entre objetos, por exemplo, sapato e cadeira e não uma troca do sapateiro com o marceneiro.

Em Marx, a dependência humana da religião somente desaparecerá “quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza”. (MARX, 1985, p.76). Acrescenta também, dizendo o que se deve fazer para superar o fetichismo da mercadoria:

A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de

homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são produto natural de uma evolução histórica longa e penosa (MARX, 1985, p.76).

A relação das coisas só se dá no processo de troca e o valor de uso destas se realiza para o homem sem troca. Para melhor entendimento é preciso dividirem; valor como valor de troca, aparece como; propriedade das mercadorias; é consequência da troca; A riqueza como valor de uso: propriedade dos homens.

Retomando o que já foi exposto, as mercadorias somente são mercadorias devido a seu duplo caráter de valor de uso e valor de troca, e também que seu valor é medido pela quantidade de trabalho socialmente necessário à sua produção. Este valor se expressa somente na troca. No período ainda não mercantil, quando a troca era fortuita, o valor tomava a forma simples, ou seja: x mercadoria A = y mercadoria B, por exemplo, 20 metros de linho valem um casaco. Mas com o crescimento do comércio e desenvolvimento do excedente, a troca passou a ser sistemática, produzindo não para consumo próprio e sim para a troca, ou seja, elas deveriam se realizar primeiramente como valor, para depois se realizarem como valor de uso, pois, as mercadorias não são valor de uso para seu possuidor e são para quem for adquiri-las.

Como objetos de utilidade, as mercadorias devem negar seu caráter particular para afirmar seu caráter de produto do trabalho em geral, mas também só pode se efetivar como valor de troca se se afirmar como valor de uso. Portanto, elas deveriam, ao mesmo tempo, ter que negar e afirmar seu valor de uso, ou seja, ser valor de uso e equivalente geral das demais mercadorias.

1.2.2 - A TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL

Em *O Capital*, Marx (1985) dá início a esta sessão sob o ponto de partida do capital como forma de circulação de mercadorias, pois, o capital surge na produção e circulação das mesmas. Quando se abstrai os valores de uso de todas as mercadorias o que resta é somente as formas econômicas produzidas por esse processo e o que se encontra como sendo seu produto final é o dinheiro. “Esse produto último da circulação de mercadorias é a primeira forma de aparição do capital” (MARX, 1985, p. 121), ou seja, é uma forma simples, com algumas funções, mas sem o brilho do dinheiro que se tem quando este se transforma em capital.

Após essa breve explicação das funções do dinheiro na circulação simples, partiremos para a diferenciação do dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital, que inicia justamente pela sua diferente forma de circulação. A circulação simples de mercadorias é: M-D-M, ou seja, vender para comprar, cujo único objetivo é a satisfação das necessidades. Por exemplo, produzir um sapato, trocá-lo por dinheiro para comprar um alimento. Já a circulação do dinheiro como capital é D-M-D, comprar para vender o próprio dinheiro.

O que existe de comum nas formas de circulação é a decomposição nas mesmas duas fases antitéticas: M-D (venda) e D-M (compra), porém invertidas e também que ambas se confrontam com os mesmos elementos materiais (mercadoria e dinheiro) e duas pessoas, uma no papel de comprador e outra de vendedor.

E o que há de diferente nos ciclos é que um começa com a venda e termina com a compra e o outro começa com a compra e termina com a venda. Na circulação simples, a mercadoria está nos extremos do processo, sendo assim é o ponto de partida e de chegada; na circulação do dinheiro como capital é o dinheiro que ocupa este cargo.

Na circulação simples, apesar de os extremos serem mercadorias, elas são de diferente qualidade e na outra circulação seus extremos têm a mesma forma econômica (dinheiro), porém, não se diferenciam qualitativamente e sim quantitativamente. “No final, mais dinheiro é retirado da circulação do que foi lançado nele no começo” (MARX, 1985, p.124). Portanto, pode-se perceber que na circulação M-D-M o objetivo final é o valor de uso enquanto que em D-M-D é o valor de troca.

Sendo assim, a forma completa da circulação do dinheiro como capital é D-M-D em que $D' = D + \Delta D$. Ou seja, o dinheiro em forma de mercadoria seria o dinheiro colocado como mercadoria e o adicional variável de sua colocação enquanto mercadoria (comumente chamado de juros), geraria um montante maior de dinheiro. No final do processo é igual à soma de dinheiro adiantado mais um excedente, que é chamado de mais-valia. O valor adiantado não só se mantém na circulação como altera nela a sua grandeza, sendo assim, é neste movimento que ocorre a transformação do dinheiro em capital.

Após se tornar capital, este pode se dar de três formas: capital mercantil, industrial e bancário. A forma peculiar do capital mercantil (D-M-D') é comprar para vender mais caro, não gera riquezas, apenas distribui. Todavia, apesar de o capital industrial ser também dinheiro que se converte em mais dinheiro, este ocorre através de fatos que ocorrem fora do ambiente da circulação, entre a compra e a venda, não mudando em nada a forma de

movimento: D-M.....p....M'-D'. Já no capital bancário sua forma se reduz a D-D', porque o capital rende a juros, suprimindo assim, o estágio intermediário da circulação.

Entretanto, para extrair o valor do consumo de uma mercadoria, o capitalista deve ter a felicidade de descobrir, no mercado, uma mercadoria que possua propriedade particular de ser fonte de valor que é a força de trabalho. “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade física e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1985, p.135).

Assim, para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro, capitalista, tem que encontrar o trabalhador livre no mercado de trabalho, não possuindo nenhuma outra mercadoria além de sua força de trabalho, cujo valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção e, conseqüentemente, à sua reprodução (ou sobrevivência).

1.2.3 - O TRABALHO E O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO

O modo de sobrevivência e reprodução humana sob a condição social, faz do homem um ser distinto dos demais animais. Sua capacidade de transformação da natureza em benefício próprio se diferencia da capacidade de outros animais como a abelha, a formiga, etc. Segundo Marx (1985), a capacidade teleológica do homem faz dele um ser diferenciado devido sua interação com a natureza, a cada produção humana reflete em seu meio ambiente alterações que criam mecanismos para sua evolução com outros seres humanos. Por conseguinte, a produção da existência humana vai além de uma questão natural e/ou biológica, ela é também um processo social, cuja forma de organização dos seres humanos determinará a forma com que suas necessidades serão saciadas.

A base de toda interação humana está no que podemos chamar de trabalho e esse trabalho é determinado pela forma em que se é reproduzido e pelas possibilidades de ser dividido entre os humanos e seus grupos sociais. A partir desta divisão aqueles que são responsáveis por cada parte do trabalho são capazes de especializar e aprimorar o fruto de seu trabalho. É a partir da capacidade de pensar, planejar e construir mentalmente determinado objeto ou trabalho a ser desempenhado que faz com que o homem se diferencie da forma mecanicista de produção de uma abelha, por exemplo, ou da organização de um formigueiro.

Assim, com o passar da história o homem se desenvolve e não só por um fator ou outro, mas um conjunto de fatos que resultam na contemporaneidade da espécie e da sociedade que está inserido. Dentre as muitas produções humanas está a ciência que é “determinada pelas necessidades materiais do homem em cada momento histórico, ao mesmo tempo em que nelas interfere” (ANDERY *et tal*, 2014p. 13). Portanto a “ciência caracteriza-se por ser a tentativa do homem de entender e explicar racionalmente a natureza, buscando formular leis que, em última instância, permitam a atuação humana” (ANDERY *et tal*, 2014p. 13).

O trabalho é uma das categorias mais importantes para se iniciar uma tentativa de compreensão da realidade social. É a partir dela que podemos iniciar a compreensão da relação entre homem e natureza e homem em si. Por isso, iniciamos esta análise com a concepção da qual fundamentamos a construção teórica deste trabalho, cuja qual está contida num dos principais trechos da obra de Marx, no qual encontramos a categoria para a compreensão e desenvolvimento de todo o percurso teórico a seguir. O trabalho, é entendido como:

[...] criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1985, p.172).

O trabalho é a interação do homem com a natureza, um processo transformador da natureza para o seu proveito, o homem consegue atingir meios de melhorar sua condição de vida e criar subsídios para avançar em sua forma de viver. A capacidade de criação é o que diferencia o homem dos diversos animais como está nas explicações de Marx sobre o trabalho. E criação pode ser compreendido também como a capacidade de se planejar, pensar aquilo que se deseja realizar antes mesmo de fazê-lo. O ser humano possui uma capacidade singular de pensar e imaginar o seu produto final antes de o produzir, podendo dar-lhe inúmeros fins conforme seu objetivo (MARX, 1985).

Por seu trabalho, o homem transforma o mundo como um mágico: um pedaço de madeira, um osso, uma pederneira, são trabalhadores de maneira a assemelharem-se a um modelo e, com isso, são transformados naquele modelo. Objetos materiais são transformados em signos, em nomes, em conceitos. O próprio homem é transformado de animal em homem (FISCHER, 1976, p.42).

O trabalho transforma os produtos naturais em coisas úteis. Não só transforma os produtos naturais como o meio ambiente em que está inserido. O trabalho é exclusivo do homem, pois antes de o executar, o homem constrói o produto em sua mente, diferente dos

animais que não desenvolveram tal capacidade. Por este motivo, sempre haverá diferença na produção concebida pelo homem, sendo sempre aperfeiçoada pelo mesmo. É importante salientar que conforme a forma que se organizam os homens em sociedade o trabalho também pode se alterar, seja na Era das cavernas, feudalismo, capitalismo, dentre outras, o trabalho, ou seja, a relação de transformação entre homem e natureza em prol de seu benefício se mantém e se altera conforme a especialização das atividades e divisão de trabalho conforme a organização da sociedade em torno do produto deste trabalho.

Após dominar algumas técnicas e formas de se realizar o trabalho, a vida do homem se torna cada vez mais complexa, exigindo outras esferas para sua reprodução como ser humano. O processo de trabalho vem a ser a produção material de coisas úteis. A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. No sistema capitalista, o comprador da força de trabalho, a consome fazendo o trabalhador, que é o vendedor da força de trabalho, trabalhar por um determinado tempo para receber em troca um determinado salário por este tempo. O trabalho em si possui vários sentidos e possibilidades a serem compreendidos devido o movimento dialético na categoria.

Nesse sentido, a sociedade e o homem, que embora distintos se constituem em uma unidade, produzem-se reciprocamente, tanto social como historicamente; e mesmo quando a atividade humana imediata é individual, ela se caracteriza como social, seja porque as condições para a realização da atividade são produtos sociais, seja porque a própria existência do homem é social, seja porque o objetivo da atividade humana é sempre social (ANDERY *et al*, 2014, p.405).

Na *Miséria da filosofia*, a forma multideterminada, das relações de produção na sociedade fazem com que todos os corpos sociais existam entre si dinamicamente. O homem, a sociedade e suas instituições são constituídas não só pela ação do homem como também uma formação oriunda de uma conjuntura histórica determinante à própria existência deste agente social (MARX, 2009).

O processo de trabalho é o processo de produção material de coisas úteis, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas. “A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela.” (MARX, 1985, p.142).

Se o trabalho pertence exclusivamente ao homem, ou seja, antes de executar qualquer tarefa o produto ele a constrói em sua mente, ao passo que os animais agem por instinto, então, uma produção de uma cadeira ou sapato, por exemplo, são concebidos na mente, planejado a forma em que se produzirá estes objetos, aperfeiçoar o processo de

produção e a qualidade deste produto e colocá-lo para trocas. Ao contrário da abelha que sempre constrói sua colmeia igual às outras, ela não concebe e nem aprende, sempre faz a mesma coisa.

Ao modificar a natureza, o homem está ao mesmo tempo modificando sua própria natureza. Com o processo de trabalho, o ser humano vai rompendo aos poucos com seu padrão natural, mesmo que esse nunca deixará de existir no homem, chega um momento em que ele se torna quase que completamente um ser social.

Os meios de produção utilizados no processo de trabalho são os instrumentos de trabalho (meios de trabalho) juntamente com os objetos de trabalho. “Todas as coisas que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza” (MARX, 1988, p.143). E para que o objeto de trabalho possa ser matéria-prima ele tem que ter passado por alguma modificação mediada por trabalho.

O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho apresenta dois fenômenos peculiares:

- a) A força de trabalho do trabalhador pertence ao capitalista;
- b) O produto que o trabalhador produz não pertence a ele e sim ao capitalista.

Portanto, é um processo entre coisas que o capitalista comprou que lhe pertencem. Além dos meios de produção o capitalista compra o valor de troca do trabalho (salário) e utiliza seu valor de uso que é a capacidade de trabalho, por um tempo determinado.

Já o processo de valorização é o processo de produção de mais-valia. O produto é um valor de uso, mas não para o capitalista que o produziu e sim para quem for adquiri-lo através da troca. Ao produzir sua mercadoria, o proprietário dos meios de produção deseja duas coisas. Primeiro, produzir um valor de uso que tenha valor de troca, uma mercadoria. Posteriormente, ele quer produzir não só uma mercadoria, mas também mais-valia, ou seja, uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma das mercadorias necessárias para produzi-la.

No processo de formação do valor o que importa é apenas o tempo de trabalho necessário. Suponha que o tempo de trabalho necessário para a produção de valor equivalente à cesta de subsistência do trabalhador seja de 4 horas. O valor da força de trabalho então será de 4 horas expresso no salário. E que neste período de trabalho o capitalista empregue para produzir fio, por exemplo, 40u.m para matéria-prima (algodão); 40u.m para os instrumentos de trabalho (máquinas) e 20u.m para a força de trabalho,

gastando um total de 100u.m para produzir fio. Ocorreu neste período formação de valor, mas não valorização.

No entanto, este turno de 4 horas não produziu mais-valia, visto que as 100u.m investidas no início do processo foram recuperadas pelo capitalista no final. Para gerar mais-valia então, o capitalista dobra o tempo de trabalho de seus empregados, pois, “o fato de que meia jornada de trabalho seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede o trabalhador de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas (MARX, 1985, p.152). Duplica também os meios de produção, mas mantém constante o valor da força de trabalho. No período de 8 horas, as 180 unidades monetárias investidas se transformarão em uma mercadoria cujo valor é de 200 unidades monetárias.

Portanto, essas 20 unidades monetárias a mais na mercadoria final é a mais-valia da mercadoria, ou seja, é o tempo em que o trabalhador trabalhou de graça para o capitalista. A jornada de trabalho divide-se em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Trabalho necessário é o tempo de trabalho necessário para produzir a subsistência do trabalhador, que foram 4 horas enquanto que as 4 horas restantes é o trabalho excedente, aquele em que se produz mais-valia para o capitalista.

1.2.4 - CAPITAL CONSTANTE E CAPITAL VARIÁVEL

A preocupação inicial deste tema é o papel dos elementos do processo de trabalho na formação de valor. O trabalho precisa ser combinado com os meios de produção para gerar um novo valor, devendo ao mesmo tempo adicionar e conservar valor. Marx explica como isso acontece dizendo:

O trabalhador não trabalha duas vezes ao mesmo tempo, uma vez para agregar, por meio de seu trabalho, valor ao algodão, e outra vez para conservar seu valor anterior, ou, o que é o mesmo, para transferir ao produto, o fio, o valor do algodão que transforma e do fuso com o qual ele trabalha. Antes, pelo contrário, pelo mero acréscimo de novo valor conserva o valor antigo. Mas como o acréscimo de novo valor ao objeto de trabalho e a conservação de valores antigos no produto são dois resultados totalmente diferentes que o trabalhador alcança ao mesmo tempo, embora trabalhe uma só vez durante esse tempo, essa dualidade do resultado só pode explicar-se evidentemente pela dualidade de seu próprio trabalho (MARX, 1985, p.157).

Como já foi dito o duplo caráter do trabalho é dividido em trabalho concreto e trabalho abstrato e, devido a essa dualidade do trabalho que o trabalhador de uma única vez adiciona valor (trabalho abstrato) e conserva valor (trabalho concreto). Ao se desfazer da

forma dinheiro, o capital transforma-se nos fatores do processo de trabalho: meios de produção e força de trabalho. O valor dos meios de produção (matéria-prima e instrumentos de trabalho) é transferido para o valor do produto do trabalho através do trabalho. A transferência do valor da matéria-prima ao produto a cada ciclo de produção é integral ao passo que a do a dos meios de trabalho se dá de uma forma gradativa, se deprecia aos poucos. Por outro lado, a força de trabalho ao invés de transferir, cria um novo valor.

Em suma, capital divide-se em capital constante e capital variável. Capital constante é a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não modifica sua grandeza de valor no processo de produção. Já o capital variável é o capital investido em força de trabalho e que por isso varia no processo de produção até porque reproduz seu próprio equivalente e, além disso, um excedente chamado mais-valia. Tem-se este nome porque o valor investido não é o mesmo que o valor final. “A mais-valia que o capital C adiantado no processo de produção produziu, ou a valorização do capital adiantado C, apresenta-se, de início, como excedente do valor do produto sobre a soma de valor de seus elementos de produção” (MARX, 1985, p.165).

A fórmula que se mede o capital adiantado C é $C = c + v$, onde c é o capital constante e v o capital variável. No final do processo surge a mercadoria, cujo valor se mede pela soma de $c + v + m$; m representando a mais-valia gerada. Logo, o capital C transformou-se em C' em que sua única diferença é a mais-valia (m).

O que a taxa de mais-valia representa é a expressão do grau de exploração da força de trabalho pelo capital. Seu cálculo, portanto, se dá pelas fórmulas; mais-valia sobre capital variável e trabalho excedente sobre trabalho necessário.

1.2.5 - A JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho é o período em que o trabalhador alienou sua força de trabalho. Nota-se que a jornada não é constante e sim uma grandeza variável e que esta varia de acordo com a duração do trabalho excedente, uma vez que o trabalho necessário é constante.

Existem limites mínimos e máximos para a jornada de trabalho no modo de produção capitalista. O limite mínimo, que é indeterminado se constitui de trabalho

necessário enquanto que o limite máximo é determinado duplamente, por um limite físico da força de trabalho e por um limite moral (luta de classes).

Somente na produção da mais-valia relativa que se pode acontecer tal situação, sendo assim, o prolongamento do trabalho excedente, com a mesma jornada de trabalho, corresponderia automaticamente à redução do trabalho necessário, ou seja, deveria ocorrer uma queda no valor da “cesta” de mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho. Portanto, a mesma quantidade de meios de subsistência que se produzia em quatro horas agora deve ser produzida em três horas e a única forma disso ocorrer, mantendo a mesma jornada de trabalho, é aumentando a capacidade produtiva com a introdução de inovações tecnológicas.

Porém, “o valor de uma mercadoria não é determinado apenas pelo quantum de trabalho que lhe dá sua forma definitiva, mas também pela massa de trabalho contida em seus meios de produção” (MARX, 1985, p. 239). Por exemplo, o valor de uma cadeira não se dá somente pelo trabalho do marceneiro, mas também pelo valor da madeira, prego, etc. Quando os ramos industriais que fornecem elementos materiais do capital constante para reprodução do capital variável aumentam a força produtiva barateando as mercadorias, há também a redução no valor da força de trabalho, enquanto que nos setores produtivos que não geram nada disto, quando houver um aumento da força produtiva, nada acontecerá com a força de trabalho. Baseado no que foi exposto, nota-se que a mais-valia relativa cresce proporcionalmente ao desenvolvimento da força produtiva e o valor das mercadorias na razão inversa da mesma. O valor que se produz na jornada de trabalho continua sendo o mesmo, o que mudou foi sua distribuição entre o valor da capacidade de trabalho e a mais-valia. Por isso, os capitalistas estão sempre em busca de inovações tecnológicas, para baratear o valor das mercadorias que faz parte desse conjunto o valor da “cesta” de subsistência do trabalhador, ou seja, o seu salário.

1.2.6 – O SALÁRIO

Nas primeiras frases dos Manuscritos Econômicos Filosóficos de Marx, encontramos definições sobre a questão do salário que deixa clara a forma como se dá a realização desta categoria no capitalismo para Marx. Por mais que não é dito de maneira direta, a luta de classes é o fator que determina os salários “mediante confronto hostil entre capitalista e trabalhador” (MARX, 2010, p. 23). Neste primeiro momento Marx explicita a

forma vulnerável que a classe trabalhadora se encontra diante do capitalista e os diversos cenários que pode haver na economia.

A fragilidade dos trabalhadores nesta relação se expressa ao compreendermos que “A taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário é a subsistência do trabalhador, e ainda [o bastante] a raça dos trabalhadores não se extinga” (MARX, 2010, p. 24). Marx monta um esquema explicativo de como se dá essa relação entre o trabalhador e o seu salário a partir da economia política. Os possíveis cenários econômicos em que podemos encontrar a oferta e demanda de trabalhos na economia industrial. Em qualquer cenário, o resultado sempre leva a uma condição favorável aos capitalistas, exemplo, eles podem e devem ter parcerias entre si, já para os trabalhadores se aliarem tende a gerar sérias consequências àqueles que querem se envolver com sindicatos e associações trabalhistas.

Logo, as relações capitalistas são sempre relações voltadas à realização do capital enquanto lucro ao seu detentor, enquanto que a relação dos trabalhadores, sobretudo após a divisão social do trabalho, é de subsistência, ou a reduz a existência humana em mercadoria qualquer que deve se desdobrar para que os capitalistas tenham interesse em seus trabalhos. Trabalhos estes que são precificados conforme as oscilações de mercado entre o preço natural e o preço de mercado, na composição do preço (lucro, renda da terra e salários) a renda da terra e o lucro devem se manter a um padrão mesmo abaixo do preço de mercado, o que cai de preço nestes momentos é o salário.

Em cenários de crescimento econômico cujo qual a prosperidade de todos os capitalistas é um resultado comum, para o trabalhador é um cenário favorável no sentido de manutenção de postos de trabalho, mas estes mesmos postos levam o trabalhador ao trabalho tendo que sacrificar maior tempo para executar os trabalhos, este crescimento econômico se dá pelo aumento no grau de acumulação de trabalho nas mãos do capitalista que distancia ainda mais o trabalhador do fruto de seu trabalho. A divisão de trabalho se amplia e o capital é tido em uma quantidade menor de capitalistas detentores dos meios de produção e reprodução do capital, o padrão acumulativo torna a concorrência entre os capitais acirrada levando pequenos capitais à ruína enquanto o grande capitalista se torna ainda maior, no entanto, isso não quer dizer que, ao aumentar os ganhos de capital esses ganhos também representem ganhos aos trabalhadores.

Em um cenário contrário, a relação com perdas de capital em um cenário econômico de crise ou recessão, necessariamente induz a perdas diretas ao trabalhador. “[...] na sociedade em situação regressiva, miséria progressiva do trabalhador; na

[sociedade] em situação progressiva, miséria complicada; na [sociedade] em situação plena, miséria estacionária” (MARX, 2010, p. 28).

A economia nacional considera o trabalho abstratamente como uma coisa; o trabalho é uma mercadoria: se o preço é alto, a mercadoria é muito procurada; se é baixo, [a mercadoria] é muito oferecida; como mercadoria, o trabalho deve baixar cada vez mais de preço: o que força isso é em parte a concorrência entre capitalistas e trabalhadores, em parte a concorrência entre trabalhadores (MARX, 2010, p.36).

Ainda em outro momento Marx afirma:

Mesmo se fosse tão verdadeiro quanto é falso que o rendimento médio (Durchschnittseinkommen) de todas as classes da sociedade tivesse aumentado, as diferenças e distâncias *relativas* dos rendimentos poderiam, contudo, ter-se tornado maiores, e, por isso, as oposições da riqueza e da pobreza poderiam ter-se evidenciado mais nitidamente. Pois precisamente *porque* a produção total se eleva e, na mesma medida em que isso acontece, aumentam também as necessidades (*Bedürfnisse*), apetites e exigências, a pobreza *relativa* pode, portanto, aumentar, enquanto a *absoluta* reduzir-se. O samoiedo, com o seu óleo de fígado de bacalhau e peixes rançosos, não é pobre porque na sua sociedade fechada todos tem as mesmas necessidades. Mas num Estado que avança, que no decorrer de mais ou menos uma década aumenta a sua produção total relativamente à sociedade em um terço, o trabalhador, que antes ou depois destes dez anos ganha a mesma quantia, não ficou tão abastado quanto antes, mas tornou-se um terço mais carente. Mas a economia nacional conhece o trabalhador apenas como animal de trabalho, como uma besta reduzida às mais estritas necessidades corporais (MARX, 2010, p.31).

Preços do trabalho são muito mais constantes do que os preços dos meios de vida. Há momentos, sobretudo em crises, que os salários descessem enquanto que os meios de vida aumentam seus preços de maneira inversa fazendo com que trabalhadores caiam a mais obscuras formas de miséria humana. Portanto a relação entre capitalista e trabalhador é uma relação amarga para o segundo, enquanto que o primeiro sempre terá um cenário favorável aos seus ímpetos. Enquanto que o salário permaneça atrelado à luta entre as classes, este sempre será mantido por algumas regulações como a taxa mínima do mesmo, a subsistência do trabalhador, “*A procura por homens regula necessariamente a produção de homens assim como qualquer mercadoria*” (MARX, 2010, p. 24, grifos do autor), ou seja, o trabalhador é mais uma mera mercadoria do sistema.

Para Marx a mais-valia (valor do trabalho não pago ao trabalhador) é um excedente do valor da mercadoria sobre o seu preço de custo, que se origina ao mesmo tempo de todas as partes do capital aplicado (de todas as etapas da produção).

Marx coloca que além de produzir o valor da mercadoria na produção, o capital variável ainda é o responsável pela produção adicional do valor, sendo que o capital fixo apenas transfere esse valor.

Em vista de um capital global adiantado, a mais-valia recebe a forma transmutada de lucro, portanto o lucro é uma expressão monetária da mais-valia, aparecendo como uma forma mistificada, que nasce do modo de produção capitalista.

Quando a mercadoria é vendida pelo seu valor, é realizado um lucro, ao qual é o excedente do seu valor sobre o seu preço de custo. O capitalista pode vender essa mercadoria abaixo do seu valor e ainda ganhar lucro. Isso porque o limite mínimo do preço de venda desta mercadoria será estabelecido pelo preço de custo, ou seja, pelo preço necessário para a manutenção de seu capital adiantado.

A taxa de lucro é relação da mais-valia e o capital global (k constante + k variável) necessária para produzir. Ela mede a valorização do k global e, a taxa de mais-valia expressa o grau de exploração da força de trabalho. Pode-se dizer que a mais-valia analisada segundo o capital variável (grau de exploração do trabalhador) aparece como taxa de mais-valia e (variação do adicional analisado durante o processo de valorização); a taxa de mais-valia analisada segundo o capital global é chamada de taxa de lucro. Tem se então que, a transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro, deve-se derivar a transformação da mais-valia em lucro, e não ao contrário.

Portanto, a exploração de mais-trabalho perde seu caráter específico, ou seja, sua relação específica com a mais-valia é obscurecida, isso porque a força do valor do trabalho aparece como o salário e não uma exploração. A taxa de lucro não cai porque o trabalho torna-se improdutivo, mas porque se torna produtivo. Tanto o aumento da taxa de mais-valia quanto a queda da taxa de lucro, são formas que se expressa, no capitalismo, uma produtividade crescente do trabalho. O trabalhador é capaz de produzir além do que consome.

Quanto mais a produtividade do trabalho aumenta, maior a taxa de mais-valia – o capitalista vai ganhar mais se diminui o k variável, produzindo muito mais do que antes numa mesma jornada de trabalho. Em contrapartida, quanto mais se aumenta a taxa de mais-valia, mais diminui a taxa de lucros, isso porque, ao despedir um empregado, a taxa de lucro do capitalista que comprou a máquina se reduziu pela metade apesar de sua taxa de mais-valia ter dobrado.

1.2.7 – A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA COMO GÊNESE DO CAPITAL

A tendência do capitalismo é o aumento da composição técnica do capital, isto é, a substituição do homem por máquinas no processo de produção, aumentando a produtividade do trabalho. O aumento da produtividade do trabalho faz aumentar o desemprego e este faz cair a demanda efetiva, resultando na baixa dos lucros. Além disso, a mais-valia agora é extraída apenas de um trabalhador, em vez de ser extraída sobre dois trabalhadores. Ou seja, a taxa de mais-valia aumenta, mas a própria mais-valia diminui. A lei, portanto, é uma, mas tem dois lados: no sentido de que, como explica Marx, "a taxa de lucro não cai porque o trabalho torna-se improdutivo, mas porque se torna produtivo. Ambas coisas, o aumento da taxa de mais-valia e a queda da taxa de lucro só são formas especiais em que se expressa, no capitalismo, uma produtividade crescente do trabalho" (MARX, 1985, p.255).

Para Carcanholo, a taxa de lucro é em sua essência “a força motriz da produção capitalista; no capitalismo só se produz o que se pode produzir com lucro e na medida em que se pode obter tal lucro. Se, portanto, esta força motriz tem tendência a debilitar-se, quer dizer que o destino de todo o sistema está selado” (CARCANHOLO, S/d, p.1).

Para Marx, a contradição inerente ao desenvolvimento da produtividade do trabalho nas condições capitalistas, pois, para se desenvolver, o capitalismo necessita de uma produtividade cada vez maior do trabalho, sendo que o incremento desta é o meio pelo qual aumenta a mais-valia, portanto, desenvolve-se a acumulação. Mas, por outro lado, se este incremento da produtividade é o meio de vida do capital, o fato de que se traduza num aumento da composição orgânica o converte ao mesmo tempo em um limite insaciável para a autovalorização do capital.

Mas como, a longo prazo, a segunda força excede a primeira, a causa que impulsiona a queda da taxa. Em conclusão são duas as forças que atuam sobre a taxa de lucro: a taxa de mais valia e a composição orgânica do capital. O desenvolvimento da produtividade do trabalho faz aumentar simultaneamente ambas de lucro deve prevalecer finalmente, segundo Marx, sobre o aumento da taxa de mais valia que, ao contrário e por si mesma, tende a conter essa queda ou a anulá-la diretamente em certas condições.

Marx consegue considerar o aumento da composição orgânica, com a consequente queda da taxa de lucro, como uma tendência fundamental, e o aumento da taxa de mais

valia (que reduz ou anula essa queda) como uma causa antagônica mas secundária com relação à primeira.

Viu-se como dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzida mais-valia e da mais-valia mais capital. A acumulação de do capital, porém, pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos sair supondo uma acumulação ‘primitiva’, precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida. Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política um papel análogo ao pecado original na Teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado sobreveio à humanidade. Explica-se sua origem contando-a como anedota ocorrida no passado. Em tempos muito remotos, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa e, por outro, vagabundos dissipando tudo o que tinham e mais ainda. A legenda do pecado original teológico conta-nos, contudo, como o homem foi condenado a comer seu pão com suor de seu rosto; a história do pecado original econômico no entanto nos revela por que há gente que os primeiros acumularam riquezas e os últimos, finalmente, nada tinham para vender senão sua própria pele. E desse pecado original data a pobreza da grande massa que até agora, apesar de todo seu trabalho, nada possui para vender senão a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham parado de trabalhar (MARX, 1985, p. 261).

Com essas primeiras frases Marx dá início ao capítulo XXIV do capital que apresenta a formulação sobre a acumulação primitiva de capital, ou seja, qual foi a gênese ou primeiro movimento do sistema capitalista como um todo representado pelos países centrais. Os fundamentos que se balizam o modo de produção capitalista são expostos através de leis gerais que define a separação definitiva entre os trabalhadores e os meios de produção tendo suas existências análogas um ao outro.

O Estado e a sociedade civil moderna aparecem como o formador de leis e formas jurídicas de manutenção da coerção e opressão legitimadora desta relação distante. A propriedade privada pauta toda a organização social do sistema capitalista. E a forma de se entender e conduzir o trabalho também será nessa relação distante entre aquele que produz e aquele que detém o resultado do trabalho dando ao trabalhador apenas a condição de subsistência. Portanto a acumulação primitiva define em um momento histórico como ainda em tempos pré-capitalistas se dava a formação da distribuição e expansão da produção capitalista.

Este capítulo é também uma análise sobre o processo de colonização da América dando o nome de barbárie esta condição de “descobrimento”. A crise da Idade Média, a necessidade de novos mercados de realização do capital, encontram as condições

necessárias para se fazer isso na América, se tornando o ponto inicial do sistema mundial capitalista. A expropriação de terras dos povos nativos em prol da potencialização dos mercados europeus seja através de novas mercadorias exóticas ou pelo novo mercado insurgente, esta condição foi fundamental para a formação da acumulação primitiva de capital.

O Brasil, por exemplo, em todo seu contexto histórico de formação pós colonização sempre possuiu um cenário de contradições e especificidades que o torna talvez uma das realidades mais complexas da América Latina. Seja por seu processo de colonização, a vasta diversidade encontrada em seus recursos naturais e a forma com que se desenvolveu socialmente e economicamente. A partir da lógica de colonização portuguesa, sua formação sempre foi pautada em uma colônia de exploração em prol das necessidades do capital estrangeiro.

O que se percebe no primeiro momento nas terras recém colonizadas, é a formação de simples feitorias (estabelecimentos promovidos pela coroa portuguesa para viabilizar a exploração dos produtos da terra ‘descoberta’) praticando o escambo com indígenas, em troca de conhecimentos que os levava ao pau brasil. Com o passar do tempo, esse sistema colonizador sofre mudanças devido à necessidade de geração de novas fontes de riqueza, isto porque nesse período houve a queda do comércio com as Índias Orientais.

A reflexão da formação do continente americano por Galeano, introduz a questão do empoderamento das terras a partir das Campanhas de 1442 de Cristóvão Colombo de forma violenta, dizimando a população local, sua cultura originária, crenças, hábitos e a rotina de vida dos povos em prol de mão de obra escrava e catequizada, reduzindo o número de habitantes originários de maneira sistemática e rápida (GALEANO: 1979).

O continente americano foi dividido em duas áreas de colonização: a área temperada e a área tropical. A área de clima temperado foi ocupada por camponeses expulsos de suas terras que buscavam um local de características parecidas às do continente europeu e praticavam economia de subsistência. Já na área tropical (a qual pertence o Brasil), o desejo dos colonizadores é o enriquecimento acelerado, através da exploração de produtos exóticos na Europa (açúcar, café, tabaco, metais preciosos, entre outros). Praticavam monocultura (*plantation*) nos latifúndios voltada para a exportação e utilizavam mão de obra dos negros africanos. Nessa sociedade, quem dita as regras são os colonos que representam a metrópole.

Tais compras de produtos, contribuem de forma maciça para a acumulação primitiva de capital dos países europeus, principalmente sua metrópole.

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas. É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. Neste sentido, a conhecida fórmula de André Gunder Frank sobre o "desenvolvimento do subdesenvolvimento" é impecável, como impecáveis são as conclusões políticas a que ela conduz. As críticas que lhe são dirigidas representam muitas vezes um passo atrás nessa formulação, em nome de precisões que se pretendem teóricas, mas que costumam não ir além da semântica (MARINI, 1973, p. 5).

Portanto, o fim da sociedade feudal deu condições para a estrutura inicial da sociedade capitalista, nesse sentido, o capitalismo vivia um momento de efervescência de produção e acumulação de capital e desde sua origem tinha uma necessidade vital de expansão e novos mercados, a luta de classes já se colocava como elemento fundamental da construção política da manutenção das condições de realização do capital. Marx (1985) apresente uma série de argumentos sobre a necessidade de expansão a partir de certo desenvolvimento nas forças produtivas dentro do próprio feudalismo levam a seu próprio fim, o trabalhador, o artesão independente dá lugar ao trabalhador que vende sua força de trabalho ao capitalista (MARX, 1985).

Neste ponto é preciso certa atenção pois de maneira sutil o método de pesquisa utilizado por Marx é aplicado de maneira clara ao fazer um paralelo entre a forma com que

o capitalismo se coloca no fim do feudalismo, assim também pode ocorrer o fim do capitalismo. Os capitalistas em geral lutam pela composição orgânica do capital a fim de disputar qual dos capitalistas ficam com maior parcela da grande massa de mais-valia criada no mundo. Com o tempo forma cooperativas, utilizam o desenvolvimento da tecnologia em função da realização do capital, altera a região geográfica no globo terrestre que traga as maiores condições de acumulação de capital e de produção de mais-valia.

Tal concorrência entra em momentos de redução no número dos capitalistas, seja através de crises ou quaisquer outras formas utilizadas, de toda forma, o número de capitalistas se reduz e o poder dos mesmos aumenta pela detenção dos meios de produção e mercado global. No entanto esta media aumenta a exploração da classe trabalhadora em amplo sentido. Ao se chegar a um elevado grau de desenvolvimento da sociedade e das forças produtivas, a superação do capitalismo está contida na relação de acumulação primitiva, a partir da máxima que, os capitalistas criam seus monopólios a ponto de aumentar o distanciamento com a classe trabalhadora, cresce concomitantemente, da parte dos trabalhadores, a necessidade de inversão desse *status quo*.

1.2.8 - A ALIENAÇÃO

Marx aborda a questão do trabalho alienado e da alienação do homem a partir do trabalho, assim como a divisão social do trabalho. O texto que trata do tema do trabalho alienado se encontra no primeiro manuscrito do conjunto dos manuscritos produzidos por Marx por volta do ano 1844, numa parte final que se destaca do restante do documento por tratar de tema completamente diferente do que o manuscrito vinha tratando até então. Marx segue todo um percurso tendo como foco principal o próprio ser humano como elemento central de sua obra e de seu pensamento acerca da emancipação, que deve ser construída sobre as ruínas da exploração e da alienação do trabalho.

Para Marx, o grande problema que os ecônomos políticos não conseguiram resolver para explicar a relação entre homem, trabalho e capital se encontra no fato de terem tomado como ponto de partida o conceito de propriedade privada, sem, entretanto, explicarem em que consistia tal conceito, o que limitava em muito o poder da economia política no momento de tratarem da divisão do trabalho, o que a obriga a se limitar a tentar compreender os desenvolvimentos da concorrência, da liberdade de profissão e da divisão

da propriedade fundiária, enquanto estas não passam de consequências do monopólio advindas do sistema feudal. O que importava para Marx era apreender as ligações entre a concorrência, a divisão social do trabalho dentre outras questões, ou seja, compreender em que consistia o sistema de alienação do homem e do trabalho. Seu objeto é:

O objeto da crítica da economia política enquanto justificação científica, a saber, cobertura de uma alienação “total e desvalorização” da realidade humana, como a representa a sociedade capitalista – enquanto uma ciência que faz do homem o seu objeto, enquanto ser desnaturalizado, cuja existência total é determinada através da divisão entre trabalho, capital e terra “, através de uma desumana divisão do trabalho, através de concorrência privada, etc (MARCUSE, 1968, p. 108).

A crítica de Marx é, portanto, dirigida a uma economia e a uma sociedade específica, a saber a capitalista, que transformam o homem numa mercadoria das mais deploráveis e sem valor. Sociedade esta, que divide os seus membros em senhores e servos, ou melhor, entre possuidores de propriedades e trabalhadores sem propriedades. Sociedade que explora o indivíduo trabalhador, enriquece o detentor dos meios de produção cada vez mais com o trabalho que explora, enquanto o trabalhador se torna mais miserável à medida que produz mais riquezas.

Desta forma, o trabalhador é tanto mais desvalorizado quanto mais mercadorias e bens produz. Nesses tempos em que se tem valorizado sobremaneira o mundo das coisas em prejuízo para o mundo dos homens, dado que o trabalho não produz só mercadorias, ele ao mesmo tempo produz-se “a si mesmo e ao trabalhador como mercadoria, e justamente na mesma proporção em que produz bens” (MARX, 1963, p. 159). Dessa maneira, o produto do trabalho deixa de ser somente um bem produto do trabalho, ou seja, um mero objeto, para transformar-se em coisa física, a *objetivação do trabalho*, que é a própria realização do trabalho pelo trabalhador. Este que, à medida que realiza seu trabalho é, segundo a economia política, “des-realizado”, e é nesse sentido que surge a objetivação do trabalho humano como perda e servidão do homem em relação ao objeto, despontando assim na *alienação*. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* Marx apresenta como a economia política define a lei que determina a relação de alienação entre o trabalhador, o trabalho e o produto de seu trabalho:

[...] tanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais refinado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto tanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente torna-se o trabalhador, quanto mais brilhante e pleno de

inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e de torna servo da natureza (MARX, 1963, p. 161).

Entretanto, para que esteja alienado em relação ao produto de seu trabalho, o trabalhador tem que estar preso a um outro tipo de alienação: a alienação a si mesmo, que é condição necessária para que ele se aliene a quaisquer outras coisas do meio externo. A relação do trabalhador com o produto de seu trabalho é, pois, uma relação de estranhamento, de modo que “quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, tanto mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria perante si, tanto mais pobre ele se torna em sua vida interior, tanto menos pertence a si próprio.” (MARX, 1963, p. 159). Assim, o trabalhador se aliena ao produto de seu trabalho porque à medida que produz ele põe a sua vida no objeto que produz, de forma que sua vida não lhe pertence mais agora, mas sim ao objeto que produz; de modo que quanto mais atividades o trabalhador realizar mais ainda ele se tornará objetivado e, menos terá a si mesmo, encontrando-se, portanto, sem objeto algum, porque o que ele incorporou no objeto de seu trabalho já não é mais seu.

O que incorporou no objeto de seu trabalho já não é seu. Assim, quanto maior é o produto, tanto mais ele fica diminuído. A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência *externa*, mas que existe independentemente, *fora dele* e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição com ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica (MARX, 1963, p. 160).

A alienação é, em resumo, a objetivação do homem frente ao produto de seu trabalho, que age nele como uma natureza que lhe é exterior e que ganha um poder autônomo tornando-se capaz de lhe dominar. Mas é claro que toda objetivação e alienação do homem não se dão sem a natureza, sem o mundo que lhe é exterior e que lhe dá a capacidade de produzir os bens que produz. Dessa forma, faz-se crucial analisarmos com Marx também o momento em que o homem passa a ser alienado às condições da natureza, a si mesmo e aos outros, embora nesse sentido ele não deixe de ser alienado ao objeto de seu trabalho. Passemos à análise dessa outra forma de alienação. A alienação se torna um importante conceito devido a especialização do trabalho que aparece de forma específica no sistema capitalista na forma da divisão social do trabalho. Ao partirmos dos interesses de classe visto anteriormente, aquele que produz não detém o produto de seu trabalho; nas palavras de Marx:

A alienação do trabalhador no objeto exprime-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto

mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais refinado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto tanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza) (MARX, 1963, p.161).

Sendo assim, o trabalhador é conduzido a realizar uma mesma tarefa que desenvolve habilidades diante do trabalho executado, mas que ao mesmo tempo não permite o desenvolvimento das faculdades humanas a médio prazo devido ao excesso de repetições da mesma atividade. Na medida que o trabalho tem o seu produto como um meio alienante em relação ao trabalhador, também a própria realização do trabalho deve ser alienação ativa, pois “na alienação do objeto do trabalho, resume-se apenas a alienação na própria atividade do trabalho” (MARX, 1963, p. 162). Logo, o homem ao ser alienado em sua produção não só aquilo que produz se torna algo distante do seu produtor como também ele se desconecta de si próprio ao pertencer ao capitalista com o qual negociou a venda de sua força de trabalho.

Com isso, podemos afirmar com Marx que o homem só aparecerá plenamente livre enquanto está nas suas atividades puramente animais, ou seja, comer, beber e procriar, de modo que se chega a recair na contradição “enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal. O elemento animal torna-se humano e o humano animal.” (MARX, 1989, p. 162) O homem enquanto ser genérico é plenamente livre em sua natureza, entretanto, esta liberdade não se realiza no trabalho. É nesse sentido que afirmamos que o homem se desrealiza pelo trabalho. Segundo Marx (1989), à medida que o homem se aliena de si e do trabalho ele contradiz a sua essência:

Na alienação do objeto do trabalho, resume-se apenas a alienação na própria atividade do trabalho [...] o trabalho é exterior ao trabalhador [...] não pertence a sua natureza; portanto ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo [...] não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado (MARX, 1989, p.162).

Assim, a alienação afeta a todas as camadas da sociedade, tanto de quem vende sua força de trabalho, como de quem a compra, estes são os sintomas da alienação do trabalhador, assim possibilita-nos perceber em que medida estamos alienados. À medida que o homem se aliena ao seu trabalho e ao produto de seu trabalho ele aliena também a sua vida genérica abandonando assim sua característica fundamentalmente humana de

realização como ser genérico que é precisamente “a ação sobre o mundo objetivo que o homem se manifesta como verdadeiro ser genérico” (MARX, 1989, p. 165). Em outras palavras, na medida em que o homem se deprecia nessa forma alienada de produção e reprodução do seu ser social, o mundo das mercadorias e das coisas se torna mais valorizado, o trabalho que produz mercadorias, produz e reproduz o operário como mercadoria colocando-o como outra mercadoria útil ou não conforme os interesses da oferta e demanda no mundo das coisas (MARX, 2004, p.35).

O operário perde sua realidade enquanto o processo de alienação na produção se instala...Não só porque seu trabalho torna-se um objeto exterior, que existe fora dele, que lhe é estrangeiro, como também porque seu trabalho transformou-se numa força autônoma, num objeto vivo que lhe é hostil. [...]. Portanto, o trabalhador deve ao seu objeto a sua existência, primeiro como operário e secundariamente como sujeito físico. O auge dessa servidão é que só a condição de operário permite-lhe ainda conservar-se como *sujeito físico*, e não é mais enquanto *sujeito físico* que ele é operário. A alienação do trabalho transforma-o em trabalho forçado, em peste, sacrifício, mortificação. Pois no trabalho o operário não se afirma, mas se nega, não desenvolve seu corpo e seu espírito, mas mortifica o primeiro e mina o segundo. Consequentemente, o operário só pode se sentir sujeito fora do trabalho; lá dentro, sente-se fora de si – porque o trabalho deixou de ser a satisfação de uma necessidade para ser apenas um *meio* de se satisfazer as necessidades lá fora (MARX, 2004, p.35-36).

O que o autor então nos propõe como medida de superação? O homem encontra-se novamente dividido. Marx tem a sua proposta para superar a divisão, para tornar o homem novamente inteiro, integral. Uma solução que não se chama o Espírito absoluto Hegeliano, nem o Sujeito absoluto feuerbachiano, mas: comunismo. “Se o trabalho em regime capitalista é um processo de alienação, a desalienação só ocorrerá quando o trabalho recuperar outra vez o sentido que tivera inicialmente – de confirmação e não de negação da existência do trabalhador” (MARX, 2004, p.40).

Para chegar ao trabalho na forma proposta pelo comunismo, é preciso abolir a propriedade privada. Porque a propriedade privada é o produto do trabalho alienado e, por outro lado, é o meio pelo qual o trabalho aliena-se, é a realização dessa alienação (MARX, 2004). A propriedade privada, diz Marx, não é causa, é a consequência necessária do trabalho alienado, da relação de exterioridade do homem para consigo mesmo e a natureza. Nesse sentido, a propriedade privada é, no mundo, a objetivação da alienação do homem. Está-se vendo que se a propriedade privada é concretização do homem alienado de si mesmo, abolir propriedade privada, instaurar o comunismo, significa para o homem apropriar-se de sua essência humana e se tornar, assim, *homem total*, ser universal.

Nos *manuscritos*, a visão que Marx tem do comunismo é simplesmente fantástica: nele o homem será capaz de se reconciliar consigo mesmo, com o gênero humano e com a natureza; nele estará nascendo o Homem, fusão de tudo num ser consciente, num sujeito por excelência. O comunismo vai operar a unidade absoluta, a identificação total entre o sensível e o inteligível no homem, entre indivíduo e gênero, entre indivíduo e sociedade, entre indivíduo e natureza. E, como não poderia deixar de ser, a identidade entre sujeito e objeto. Por isso, se a alienação capitalista acarretava a desumanização, o comunismo vai acarretar a humanização integral (MARX, 2004).

1.3 – A ARMADILHA DO PROGRESSO

Para dar prosseguimento em nossos trabalhos iremos abordar algumas contribuições de autores da tradição marxista para que possamos fazer uma base argumentativa do que pretendemos concluir nesta etapa de trabalho. Nesse sentido, abordaremos não só a questão da revolução como também analisar o processo da contrarrevolução e seu surgimento em alguns momentos históricos como movimento de resposta da burguesia e como este se manifesta quanto a luta de classes.

A conjuntura atual em que muitos são os movimentos e até líderes políticos que se intitulam ou colocam suas ações como revolucionárias, imputa uma condição capaz de ser algo radical, capaz de realizar transformações em determinada estrutura seja social, política, cultural, tecnológica, de uma maneira totalmente nova. O ser revolucionário ou uma revolução podem ser vistos como uma transformação de forma contínua ou repentina. Cabe as especificidades de qual contexto se coloca o termo e a partir de qual fundamento teórico se estabelece a conceitualização de tal fato é que este termo vem a ser um dos mais gastos e mal interpretados na contemporaneidade. “Sabemos que uma revolução é um processo que, em determinado momento, chega a uma intensa explosão. Pelo menos é o que podemos constatar examinando as revoluções acontecidas até hoje” (TONET, 2017, p.1).

A revolução sempre esteve presente no processo civilizatório da humanidade, e em todos os momentos que houve saltos na organização social de determinada região. No

entanto, como visto na discussão do método e construção científica, a ciência não é neutra, ela se baliza na ótica de seu observador e diante de todos os imperativos que o circunda e pensa, o mesmo transcreve a sua forma de pensar e ver o mundo, portanto uma categoria como a revolução não escaparia de tais possibilidades. A revolução industrial, revolução francesa e tantas outras tiveram este papel capaz de alterar não só uma condição de uma determinada classe como também determinou certo tipo de progresso na sociedade vigente.

A questão do progresso se coloca como uma das questões debatidas e disseminadas como uma necessidade e verdade a ser buscada pela humanidade. Algo que está constantemente colocado em todos os aspectos, a saber: moral, biológico, técnico-científico; que tomou conta de forma tão comum do cotidiano das sociedades, sobretudo ocidentais; e que se coloca como suporte para outras ideias de nosso tempo; permeado de profundas raízes políticas como os ideais de democracia e liberdade.

Os primeiros teóricos que se dedicaram a apreender o progresso enquanto movimento real, tem como grandes precursores os teólogos cristãos, como Santo Agostinho. Este contribui demasiadamente com tal ideia moderna. Sua construção teórica se baseia num constante progresso que assimila a temporalidade como linear e única de forma histórica, cuja concepção influenciou diversos pensadores da modernidade que se envergaram a discorrer sobre a temática⁴.

No período da modernidade (pós revolução francesa e surgimento do iluminismo), temos consideráveis avanços científicos, um aumento na força da afirmação sobre o progresso, com a efetivação das variáveis das revoluções e crises como sinais de possibilidades para outras formas de pensar. A modernidade inaugura, como nos relata Hobsbawm (2008), uma nova forma de conceber o tempo: a partir do futuro, e não pelo passado. Tais formas de se conceber a ideia de progresso aparecem no momento do homem compreender sua capacidade racional e se apropriar desta capacidade através do conhecimento, de seu ambiente, de seu meio ambiente, para então dar respostas a problemas cotidianos e melhor atender suas necessidades. Desta forma, o campo das ideias se apresenta conforme a realidade vivida em sua época, neste período histórico a formação do capitalismo tem, em sua concretude, bases substanciais para trazer diversos benefícios para o desenvolvimento social.

4 Neste trabalho não temos como objetivo aprofundar nesta temática apresentada por Santo Agostinho, mas indicamos: Agostinho, S. **De Magistro / Confissões**. 2ª ed. - São Paulo: Abril cultural, 1980. (Os pensadores).

O capitalismo, em dado momento, representou – não só no plano econômico-social, mas também no cultural – uma extraordinária revolução na história da humanidade. Seu nascimento e explicitação implicavam a atualização de possibilidades apenas latentes na economia feudal desenvolvida, atualização que dependia, por sua vez, da dissolução e desintegração das relações feudais de produção, de suas formas de divisão do trabalho. Esse caráter progressista do capitalismo permitia aos pensadores que se colocavam do ângulo do novo a compreensão do real como síntese de possibilidade e realidade, como totalidade concreta em constante evolução (COUTINHO, 2010 p. 24-25).

Portanto, é neste sentido que a conexão da ideia do progresso é interpretada como algo natural ao desenvolvimento dos homens. Tal concepção surge num propício momento para o capitalismo recém-nascido, que impulsiona a vontade individual, tornando as forças sociais o principal impulso da história (HOBSBAWM, 2008).

Os discursos mais contemporâneos em torno deste assunto trazem consigo as raízes oriundas das formulações que Adam Smith (1983) concebeu em *A Riqueza das Nações*, obra escrita no momento de pujança dos movimentos da revolução industrial, na qual é perceptível que as transformações econômicas e o avanço das forças produtivas da época se unem à ideia de progresso.

O progresso era, portanto, tão natural quanto o capitalismo. Se fossem removidos os obstáculos artificiais que no passado lhe haviam colocado, se produziria de modo inevitável; e era evidente que o progresso da produção estava de braços dados com o progresso das artes, das ciências e da civilização em geral (HOBSBAWM, 2008, p. 331).

O progresso era visto de forma semelhante ao desenvolvimento das forças produtivas que culminavam no desenvolvimento econômico e social da época. No entanto, o que deve ser colocado de forma categórica é o que aparece fundamentado como progresso em diversos momentos da humanidade, uma ideia que não se limita apenas no desenvolvimento econômico ou das forças produtivas, mas sim, por constantes alterações na vivência social das civilizações e o modo como elas se organizam socialmente. Portanto, é o modo que a mais de cinco mil anos a humanidade, de maneira dinâmica e sistemática, vem se alterando constantemente.

Para Wright (2007), estamos presos em certo tipo de “armadilha”, nos últimos duzentos anos. Ao definir o progresso de uma forma única: como avanço de forças produtivas, as quais surgem, a princípio, de forma sedutora, e também como melhorias definidas a partir dos padrões de consumo impostos pelo capitalismo, tais benefícios, em curto prazo, podem nos levar, como em outros momentos da história da humanidade, a colapsos que, ao atingirem determinada escala, se tornam becos sem saída.

Utilizemos o exemplo que o autor utiliza no documentário *Surviving Progress* (WRIGHT, 2011), no qual nos apresenta nossos ancestrais no desenvolvimento de suas técnicas e armas de caça. Estas técnicas e armas se desenvolveram a tal ponto que destruíram a caça como meio de vida, pois ao descobrirem como obter êxito na caça de dois mamutes, por exemplo, obtiveram progresso para toda comunidade. No entanto, aqueles que descobriram uma forma de matar um rebanho inteiro de mamutes levando-os a cair em um penhasco, caíram na armadilha do progresso por terem avançado demasiadamente.

Parece-nos então que a questão do progresso deve ser debatida sobre outra ótica. Além da sofisticação do sistema produtivo, econômico e social, a partir da Revolução Industrial, o que vemos na verdade em toda sociedade, como nos coloca Wright (2007), é uma mudança cultural que gera um abismo entre a sociedade atual e o início da história da civilização humana. Não estamos negando que a revolução industrial e todos os processos históricos influenciaram a evolução da sociedade como um todo, porém, nota-se que tais mudanças foram, em seu primeiro momento, revolucionárias e que trouxeram substantivamente progressos para a humanidade, entretanto, a partir de determinado momento esse dito progresso perde a sua força revolucionária na sociedade e este passa a ser sufocado numa lógica produtivista em prol de um único objetivo final, o lucro, cerne do sistema capitalista vigente.

O modo de produção capitalista tem em sua essência uma nova forma de exploração do homem pelo homem: do trabalhador, a burguesia compra apenas a sua força de trabalho. Como a utilidade desta é apenas uma, produzir; e como ela possui uma propriedade única entre as mercadorias, que é a de empregada adequadamente, produzir um valor maior do que ela própria vale, o burguês que comprou a força de trabalho tem, ao final do mês, um valor maior do que aquele que paga ao trabalhador sob a forma de salário. Esse valor maior é a mais-valia. Contudo, para que a força de trabalho possa ser convertida em mercadoria, ou seja, possa ser comprada e vendida no mercado, é necessário que o trabalhador seja separado dos meios de produção e do produto produzido. Este é um longo processo histórico que teve início mesmo nos modos de produção anteriores ao capitalismo, mas que se intensificou e recebeu sua forma final entre os séculos 15 e 18. Com as grandes navegações (séculos 15 e 16), surgiu um mercado mundial que possibilitou à burguesia europeia acumular capital na escala necessária para transformar progressivamente o artesanato medieval, que trabalhava em sua oficina, com suas ferramentas, sua matéria-prima e com a posse do produto final, em um trabalhador assalariado justamente porque perdeu a posse de todo o resto, menos de sua força de trabalho. A Revolução Industrial transforma, finalmente, esse trabalhador em operário. Essa separação do trabalhador dos meios de produção é o fundamental do que Marx e Engels chamaram “período de acumulação primitiva do capital”(LESSA & TONET, 2011 p.63).

As ideias de progresso até então – como por exemplo, a de que o capitalismo seria o estágio superior do progresso humano enquanto etapa essencial da humanidade – são colocadas em xeque. Ideologicamente e culturalmente isso se insere no interior da sociedade e se torna a única forma de pensar e viver em toda a sociedade, apologia de um único padrão a ser seguido.

O que está intrinsecamente ligado ao que se chama de progresso é, na verdade, uma tendência em se tornar cada vez mais complexa a forma de organização social, e esta organização continua a se movimentar e realizar mudanças consideráveis.

Nossa fé prática no progresso se ramificou e se cristalizou em uma ideologia – uma religião secular que, tal como as religiões que o progresso desafiou, é cega diante de certas falhas nas suas credenciais. O progresso, portanto, tornou-se um “mito” no sentido antropológico. Por mito eu não entendo como uma crença frágil ou inverídica (WRIGHT, 2007, p.17).

Tratando-se deste ponto, percebemos que a questão do progresso se torna, na contemporaneidade, um processo mal compreendido, assim como o termo revolução, mediante todos os significados que trazem consigo, sobretudo nesse momento histórico em que ele é medido exclusivamente pela capacidade produtiva e tecnológica. Esta medida deixa de lado qualquer ideia antiga de progresso moral, sendo um fim a se alcançar sem medir esforços. O progresso traz consigo grandes contradições e não é um fato em todas as esferas da sociedade, deve, portanto, tornar-se ideologia a ser disseminada a todos os povos, como um fim de toda a sociedade, independente de quem realmente usufrua de suas benesses, ou melhor, de serem apenas poucos que dela usufruam.

Após revolução burguesa são diversas as tentativas de massificação e controle dos novos detentores do poder em organizar a sociedade mediante os imperativos da economia da época em benefício próprio. Uma das grandes contradições que surgiram nesse processo se expressa na luta de classes. Esta, por sua vez se intensifica devido às extremas desigualdades de distribuição da riqueza. Decorrendo em alguns momentos da história em explosões de indignação dos trabalhadores, as classes dominantes respondiam aos movimentos da classe trabalhadora sob formas de contenção popular, “todos os recursos serão utilizados para ‘educar’ os membros da coletividade, de forma que compreendam os seus ‘verdadeiros’ interesses [...]” (FURTADO, 2008, p.101).

A ideia de progresso também contribui no processo de fomentação de uma consciência interdependente entre grupos e classes de interesses antagônicos. Nos países com processos avançados pós-revolução burguesa partia para a ideia de desenvolvimento

como uma solidariedade internacional a fim de difundir a civilização industrial às outras regiões do globo, como anteriormente fora utilizado nos acirramentos da luta de classes internamente.

1.4 - A TEORIA DA REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO EM MARX

A história é contada e feita pelos homens; não só a fazem como também herdam cultura, organização social, enfim, todo processo civilizatório, toda ação humana é historicamente construída e balizada coletivamente e individualmente. Para que o homem alcance seus objetivos como um transporte mais rápido, ou aumentar a produção de uma mercadoria, qualquer destes e outros objetivos foram necessários diversos desenvolvimentos técnicos e organizacionais para que se tornasse possível produzir mais em menos tempo (LESSA; TONET, 2011).

Em Marx há uma explicação fundamental para compreender a teoria revolucionária que ele desenvolve. O caminho teórico e político percorrido por Marx foi sempre um caminho de compreensão da sociedade capitalista e burguesa, seu modo de produção, organização e reprodução. A partir da compreensão desta sociedade, a análise histórica nos permite entender certos padrões entre os diversos tipos de sistemas de organização social, seja a forma com que um sistema chega em seu auge e sua decadência. Como formas sociais possuem etapas de desenvolvimento e:

Em uma certa etapa de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a

análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal, e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da formação da sociedade econômica. As relações de produção burguesa são a última forma antagonica do processo de produção social, antagonica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. Com essa formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana (MARX, 2008, p. 47-48).

Logo, toda mudança, seja de cunho técnico ou mudança em determinada ordem, tem consigo um complexo herdado historicamente além de decisões e ações dos indivíduos que fazem a história em seu momento histórico. Partindo do pressuposto que compreendemos o método e a forma com que o capitalismo se desenvolve, podemos fazer um breve resumo de algumas premissas para darmos prosseguimento.

O capitalismo como todo sistema de produção, possui seu fundamento no trabalho, a forma que este trabalho é organizado que se diferencia, e, no capitalismo especificamente, ele se dá a partir da produção entre os proletariados na relação trabalhadores e capitalistas. Vimos também que em todo processo histórico de mudanças radicais na composição da sociedade é oriunda de movimentos revolucionários de uma determinada fração de classe social para a tomada de poder e este tipo de revolução pode variar de acordo com o momento histórico e os atores que participam da mesma.

Marx está totalmente certo tanto no que se refere à lógica do capital quanto no que diz respeito à natureza e à função essencial do Estado. O desvendamento da lógica do capital, por Marx, revela, claramente, a sua natureza, as leis que o regem e a sua incontornabilidade. Quanto ao Estado, dois argumentos sustentam, a meu ver, a teoria marxiana. Primeiro: o trabalho é a categoria que funda o ser social. Como consequência, toda forma de sociedade (modo de produção) tem uma determinada forma de trabalho como seu fundamento. O trabalho assalariado é o fundamento da sociedade capitalista. O Estado moderno foi configurado para dar suporte à auto acumulação do capital. Há, pois, uma dependência ontológica, vale dizer, essencial, do Estado em relação ao capital. Segundo: todas as tentativas de superar o capital pela via do Estado fracassaram e sempre fracassarão exatamente porque o Estado tem sua origem e seu fundamento no capital. Articulando a dependência ontológica do Estado em relação ao capital e os inúmeros fatos históricos, fica inteiramente claro que não há a menor possibilidade de construir uma sociedade efetivamente igualitária pela mediação do Estado (TONET, 2016, p.2).

O trabalho como categoria central do mundo social deve não só ser compreendido enquanto movimento, mas também é necessário compreendê-lo na perspectiva do controle e organização do trabalho, quem o controla e a forma como é controlado se torna o cerne

de uma revolução que altera a lógica da produção e reprodução social vigente. O Estado sendo utilizado como mecanismo mantenedor da ordem conservadora vigente, possui não só a tarefa de defender a propriedade privada e os interesses do capital, como também manter a classe trabalhadora sob a tutela dos braços governamentais em prol do mesmo objetivo. Então, “uma revolução, isto é, uma transformação que altera pela raiz a totalidade social, que muda essencialmente um determinado modo de produção, terá, sempre e necessariamente, como seu momento essencial, uma determinada forma de trabalho” (TONET, 2016 p.3).

Os diversos modos de produção que fizeram parte da história da humanidade têm em suas características, formatações que com o passar do tempo se alteram conforme os imperativos sociais do contexto histórico, o que corrobora com nosso argumento que em toda mudança social de natureza radical possui um processo revolucionário que determina progressos para a humanidade, seja em uma área específica, seja no todo complexo social.

Se a revolução é um processo tão importante em nossa civilização, cabe a nós a tarefa de aprofundar o tema e entender como esta se dá, o que é e quais tipos de revolução que podemos falar. Não temos a pretensão de esgotar o tema, mas iremos explorar alguns teóricos da tradição marxista para a compreensão desta categoria levando-nos à compreensão do que é a revolução, a contrarrevolução e as tarefas da classe trabalhadora na luta de classes.

Nos estudos da crítica à Economia Política e análise da sociedade capitalista de Marx, é importante sempre salientar o caráter revolucionário de toda sua teoria. Em toda formação teórica de Marx o objetivo em entender o capitalismo é, ao mesmo tempo, uma análise sobre a forma como o sistema se formou e se tornou o modo de produção e reprodução social vigente, e, ao mesmo tempo, como ele superou o feudalismo, seus limites e contradições, para que, no momento que tenhamos as condições materiais, históricas e políticas possíveis, seja um momento histórico passado pela humanidade através de outro ato revolucionário. Portanto, “a teoria da revolução não é apenas um tema a mais do pensamento de Marx, ao lado de outros como a economia política, a filosofia ou a história, mas aquele que unifica a todos e dá o sentido próprio de sua obra” (NASCIMENTO *apud* LOWY, 1997, p.9).

A teoria revolucionária de Marx se relaciona diretamente com a atuação política do autor sobretudo em sua juventude. Ela se sobrepõe a qualquer aspecto ideológico diante de sua fundamentação no método de pesquisa e a vivência de todo continente europeu no

século XIX. Ao se impor uma interpretação a partir do método em Marx não necessariamente se apreende toda realidade, mas se “apreende categorias metodológicas da realidade” (LOWY, 1997, p.28) ou seja, a dialética integra todo este processo histórico.

Pode-se dividir em quatro importantes pontos para se entender a construção da teoria revolucionária marxiana: A estrutura social e econômica (condição dos meios de produção e da luta de classes); A superestrutura política, sobretudo do movimento operário (formação política e humana de toda classe trabalhadora); A superestrutura ideológica (valores contidos na sociedade, expansão ou retração do conservadorismo, etc.); e, a conjuntura histórica com suas crises, levantes populares, dentre outros. Assim sendo, todo conteúdo teórico produzido por Marx conduz todo o pensamento e movimento das categorias utilizadas a uma ciência crítica da realidade (LOWY, 1997), e que, ainda possa ser crítica a ponto de ser autocrítica.

Para Fernandes (1980) o termo revolução está gasto e mal-empregado nos discursos pois a “palavra ‘revolução’ encontra empregos correntes para designar alterações contínuas ou súbitas que ocorrem na natureza ou na cultura [...] No essencial, [...] sabe-se que a palavra se aplica para designar mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade” (FERNANDES, 1980, p.3). Sobre o processo revolucionário proletário, a revolução e a contrarrevolução, são em sua concretude:

A revolução constitui uma realidade histórica; a contrarrevolução é sempre o seu contrário (não apenas a revolução pelo avesso: é aquilo que impede ou adultera a revolução). Se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas específicas e criadoras, ela tem de se apossar primeiro de certas palavras chave (que não podem ser compartilhadas com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruírem ou sem se prejudicarem irremediavelmente). Em seguida, deve calibrá-las cuidadosamente, porque o sentido daquelas palavras terá de confundir-se, inexoravelmente, com o sentido das ações coletivas envolvidas pelas mencionadas tarefas históricas (FERNANDES 1980, p.2).

Se vivemos em uma sociedade classista, o movimento de transformações em suas estruturas se torna algo dinamizador da organização da vida de seus participantes. No capitalismo em si, a ordem burguesa pretende, a partir de sua tomada de poder, utilizar-se de todas as ferramentas e condições possíveis para sua manutenção de poder. Em alguns momentos, como na revolução burguesa clássica, o grau de desenvolvimento capitalista foi dando melhores condições à população dos países que assim o fizeram. A concretização da revolução burguesa e seu conceito de Revolução remete, deste modo, a um conjunto de

transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicossociais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atingiu o clímax de sua evolução industrial (FERNANDES, 1980).

Dentro de todas as revoluções burguesas ocorridas, poucas foram radicais (clássicas), a francesa e inglesa especificamente. As revoluções radicais ocorrem em um processo histórico que assenta a sociedade em questão em novas relações sociais, dinamizadas pela ação da classe que detém o poder, no caso a burguesia, considerando aqui seus aspectos políticos e econômicos.

A Europa estava no auge do desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento da sociedade produtora de mercadorias europeia já estava no seu auge enquanto nas colônias a situação era bem diferente (MARX, 1985). Vale ressaltar que o processo que levou a instauração da sociedade capitalista burguesa a partir do século XIV com suas respectivas revoluções, se tornam marco histórico fruto do processo longo de acumulação de riqueza dos comerciantes desde a exploração comercial na Ásia, África e posteriormente no continente americano.

Nesse sentido temos as condições propícias para a consolidação do mercantilismo, Estados Nacionais e absolutismo. A consolidação burguesa se dá na tomada de poder sobre o Estado burguês e a constituição das ideias entre os séculos XVI e XVII com o iluminismo, pondo fim a quaisquer vestígios feudais (NETTO, 2015).

A condição das revoluções que não levaram a cabo toda a proposta da revolução burguesa clássica, completa e transformadora, se torna revoluções que nunca completam seu ciclo de transformação, não consegue romper relações com o passado. Isto não quer dizer que nos países que seguiram a forma clássica da revolução burguesa também não tinham problemas semelhantes (NETTO, 2015). O progresso da sociedade burguesa na Inglaterra por exemplo gerou abismos penalizantes à classe trabalhadora como o pauperismo registrado por Engels em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”.

Cabe a análise sobre a sociedade do capital concluindo que só pode ser edificada sobre a forma de produção baseada na exploração do trabalho alheio. Desta maneira, o modo de produção capitalista onde quer que seja edificado, necessita que os trabalhadores estejam alienados aos meios de produção, ou seja, a propriedade capitalista dos meios de produção, baseada na extração de mais-valia e a exploração da classe trabalhadora é condição determinante para que a produção capitalista se desenvolva (MARX, 1985).

As ações da classe burguesa se manifestam em torno das exigências de manutenção de poder e dominação dos meios de produção e organização da sociedade a partir da cisão entre as classes. Como dito anteriormente, poucos foram os países que realizaram uma revolução burguesa clássica (que obteve alterações estruturais na sociedade através de reformas urbanas, agrárias, democracia, etc.) levando em consideração a expansão do capitalismo da época. As sociedades que não seguiram este caminho possuem problemas sistêmicos no seu interior que geram contradições na relação de forças entre as classes e um espaço que dá condições a alterações substanciais dentro da própria condição social vigente.

Nesse nível, o conceito de revolução não aparece com uma especificidade histórica *proletária*. Não se trata da revolução dos "outros" e para os "outros", pois as classes trabalhadoras e subalternas possuem um enorme interesse direto e indireto *no raio de revolução* da sociedade burguesa. Acontece que tempos históricos distintos misturam-se na situação concreta. Um proletariado em formação, por exemplo, carente de meios próprios de organização e de autonomia relativa de classe, defronta-se com um meio histórico no qual as classes burguesas *paralisam e solapam* todas as transformações concomitantes que marcam as mudanças sociais progressivas do capitalismo. Em consequência, esse proletariado deixa de ter o espaço histórico de que necessita para lutar por seus interesses de classe e para aumentar o seu poder real de classe. O desenvolvimento capitalista sofre menos que os teóricos do passado poderiam presumir; ao contrário, ele pode ser "acelerado" além dos interesses da sociedade como um todo e, especialmente, dos interesses das classes trabalhadoras. E estas, como prêmio, recebem uma dose adicional de superexploração e de ultra-opressão, sem condições materiais e políticas para remover esses males. A moral da história é óbvia. A revolução apenas como e enquanto *transformação estrutural da sociedade capitalista* representa uma fronteira da qual as classes trabalhadoras (e especialmente suas vanguardas) não poderão fugir sem consequências funestas (FERNANDES, 1980, p.4, grifos do autor).

Para a classe trabalhadora resta a luta por condições materiais e políticas que, com base nas revoluções burguesas clássicas, ainda seriam tarefas para a burguesia local que não se coloca como realizadora destas tarefas mesmo trazendo benefícios diretos para a manutenção de seu poder junto aos trabalhadores, ou seja, diante de tamanha estrutura de poder capaz de condicionar a classe trabalhadora em situações abaixo do que se é esperado para a reprodução e ampliação do próprio capital, resta a essa mesma classe trabalhadora não só lutar por melhores condições de vida como também de superar o sistema vigente.

É no interior dessa 'perspectiva de classe' que se estabelece a conexão entre os juízos de 'valor', entre o indicativo e o imperativo. Assim, em Marx, a continuidade entre a 'descrição' do capitalismo e sua 'condenação', a coerência entre a análise do real e sua crítica são perceptíveis apenas quando se está situado no *ponto de vista do proletariado*. De um ponto de vista abstrato, formal,

mesmo que eu prove que o proletariado é explorado e oprimido no regime capitalista, nada me permite dizer que este regime é ‘bom’ ou ‘mau’ e que deve ser conservado ou destruído. No entanto, social e concretamente, quando chegam à conclusão de que o capitalismo ou explora e oprime, a maior parte dos proletários (ou dos que se situam neste ponto de vista) é levada a condená-lo e agir contra ele. Em suma, a ciência de Marx é crítica e revolucionária porque se situa na perspectiva de classe do proletariado, porque é a forma coerente da consciência revolucionária da classe proletária (LOWY, 1997, p.40).

Ainda na perspectiva das tarefas da classe trabalhadora, esta noção de revolução proletária tem que ser internalizada entre os trabalhadores até porque a burguesia não fará mais nada a respeito a não ser reformas que não alteram estruturalmente, são moldados conforme as ações dos países capitalistas centrais que promovem sua social democracia como se fosse de fato uma revolução socialista (FERNANDES, 1980).

Em outras palavras, a próxima revolução na civilização humana possui uma única tarefa, ela deve ser capaz de alterar a ordem social com construção da classe trabalhadora para a classe trabalhadora com um único objetivo, como diria Castro (1968), “a grande tarefa consiste essencialmente em formar o homem novo de que aqui se falou, o homem de consciência verdadeiramente revolucionária, o homem de consciência verdadeiramente socialista, o homem de consciência verdadeiramente comunista” (CASTRO *apud* SANTOS E KOLLING, 2017, p.194).

Um exemplo disso é a Revolução de 1848 na França que marcaria uma crise, além de política, também cultural na Europa burguesa. Tal movimento não vem a ser motivado pela publicação do “Manifesto do partido Comunista” de Marx coincidentemente levado a conhecimento público na mesma época. Uma vez que os revolucionários reivindicavam ainda aqueles valores aclamados pela Revolução Francesa e, até então, longe de serem implementados pela sociedade liberal: igualdade, liberdade e fraternidade, que seriam sintetizadas, pelos rebelados, em apenas um argumento: o direito ao trabalho.

Nesse mesmo ano apenas as vanguardas operárias tinham nítido a negativa a seus interesses de grupo pois seriam incompatíveis com os da classe burguesa, e seria esta mesma vanguarda que, a partir desta percepção, colocariam os trabalhadores como sujeito revolucionário, com interesses e objetivos que lhes eram próprios. O manifesto do partido comunista, expressaria, do ponto de vista social, o surgimento de um novo sujeito histórico, e mesmo que os trabalhadores da época não tivessem lido o Manifesto, ele sinalizara no campo ideal, aquilo que estava sendo gestado no âmbito sócio material.

O Manifesto escrito por Engels e Marx aponta a história sendo construída a partir da luta de classes e como a burguesia que, aparece como revolucionária, se torna padrão de

conservadorismo e contrarrevolução. Para Netto (2015) este documento é o mais importante na modernidade sobre o pensamento social. “Trata-se de peça basilar para a compreensão do *mundo em que vivemos hoje* e, por isso, para todos os que pretendem transformar este mundo, o seu conhecimento é *necessário e indispensável* – mas não o *suficiente. É preciso partir dele para ir além dele*” (NETTO, 2015, p.71, grifos do autor).

As etapas da revolução e as tarefas dos trabalhadores são semelhantes às tarefas que a burguesia teve sobre a superação do sistema feudal. Uma revolução socialista teria as mesmas necessidades de gerar alterações de âmbito técnico, social, psicossocial e em cada homem que participe deste tempo.

Qual a diferença essencial entre a revolução burguesa e a revolução proletária. Conforme Marx já esclarecia no texto *Glosas críticas marginais ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano*, a revolução burguesa é uma *revolução social com alma política*, isto é, ela muda a forma do trabalho, mas mantém a propriedade privada, a exploração e a dominação do homem pelo homem. Ao contrário disso, a revolução proletária deverá ser uma *revolução política com alma social*, vale dizer, ela começará pelo aspecto político, isto é, pela eliminação do Estado para, em seguida, suprimir a propriedade privada e toda forma de exploração e dominação do homem pelo homem. A primeira substitui, como já vimos, o trabalho servil pelo trabalho assalariado. A segunda substitui o trabalho assalariado pelo trabalho associado. Claro que há outros aspectos importantes que diferenciam uma revolução burguesa de uma revolução proletária. Por exemplo, a questão do(s) sujeito(s); a questão do Estado; a questão da democracia e outras. O que, porém, nos interessa, aqui, é acentuar a questão mais essencial: o papel ontológico do trabalho e o papel subordinado da dimensão política. Considerando o politicismo que marca a ampla maioria das concepções marxistas de revolução, isto nos parece da maior importância (TONET, 2016, p.3 grifos do autor).

Por fim, a revolução que se pretende enquanto classe trabalhadora é a construção de uma ordem social socialista. O capital pode até ser incontrolável em sua forma de reprodução, realização e alteração de seus limites através das crises, no entanto, como resultado de processos e produções humanas, ele pode ser superado com o fim do Estado e a sociedade de classes. Castro (1969) já dizia; “Revoluções, fizeram-se muitas ao longo da história; mas as revoluções socialistas são as revoluções mais profundas que ocorreram na história da humanidade” (CASTRO *apud* SANTOS E KOLLING, 2017, p.195).

Tal revolução não se limita à ordem política uma vez que esta pauta não é central, mas intermédio para a tomada de poder sobre o trabalho e seus frutos. A instauração do trabalho associado, ou seja, a apropriação das forças produtivas por trabalhadores organizados livres que a partir de suas necessidades decidem o que e como produzir, que vem a ser essencial para o projeto revolucionário; estabelecer uma ruptura com o objetivo

final de realização do capital e acumulação de lucros sobre o trabalho, superando toda a ordem vigente (TONET, 2016).

Lênin aponta as concepções e interpretações sobre a revolução, sua forma e mecanismos de se atingi-la de maneira real. Para se compreender as possibilidades de uma revolução pela ordem vigente ou de maneira violenta, antes de tudo é necessário conhecimento do materialismo-dialético para compreender a dinâmica do capitalismo e suas contradições para melhor intervir nas possibilidades históricas do momento, a obra de Marx e Engels são em concretude a forma fundamental para uma nova proposta de visão de mundo “não conciliável com aquela erguida pela revolução burguesa e que necessariamente requeria sua superação dos limites históricos da racionalidade burguesa em afrontar a complexidade e as contradições de sua própria forma societal” (DEO, 2015, p.45).

A interpretação sobre a tarefa revolucionária da classe trabalhadora passa por dois aspectos fundamentais. O primeiro é a necessidade de uma formação teórica baseada em aspectos sociais que promovessem a consciência de classe e a elevação das faculdades humanas de toda a classe trabalhadora. O segundo passo é a práxis, ou seja, a prática da organização social que se opõe e se sobrepõe a ordem vigente. E “O instrumento para tal é uma organização revolucionária [...] cuja qual os trabalhadores atuem sobre a realidade como ‘teóricos, como propagandistas, como agitadores e como organizadores’” (LENIN *apud* DEO, 2015, p. 45).

Logo, em Lênin a história é vivida, realizada e se desenvolve com e pela classe trabalhadora e sem o julgo de outras classes. A relação entre formação intelectual atrelada à prática organizacional, seja no partido, seja na sociedade como um todo, se torna a forma concreta e continua daquilo que se iniciou em Marx e Engels. Por ser movido à História, o processo civilizatório da humanidade se constrói dialeticamente sobre quebras de ordens, mudanças estruturais e continuidades. Ou seja, como Fernandes nos ensina, o marxismo se torna um processo revolucionário tangível a partir de Lenin (FERNANDES, 1978).

O pressuposto da teoria social marxiana é que toda construção ideológica encontra-se ligada a materialidade da vida objetiva, resultado das contradições engendradas pelo *ser social*. Nesse sentido, para Lenin era fundamental não somente definir o conceito *materialista-dialético* de *consciência de classe* como também, encontrar e construir o caminho para sua objetivação. Desse modo, Lenin reinsere no movimento operário europeu, nos termos do materialismo dialético, a questão da conexão entre necessidade *histórica* e *consciência*. Já em seu texto de 1894, *Quem São Os “Amigos do Povo” e Como Lutam Contra os Socialdemocratas*, Lenin alertava que Marx, apesar de não ter sido o

“descobridor” da ideia de *necessidade histórica*, desenvolveu esse conceito conectando o elemento da subjetividade social as legalidades inerentes e engendradas pelo *ser social* (DEO, 2015, p.47, grifos do autor).

Vázquez desenvolve e sustenta sua perspectiva que o marxismo “é antes de tudo e originariamente uma filosofia da práxis, não só porque brinda a reflexão filosófica com um novo objeto, mas ‘quando se trata de transformar o mundo’ forma parte como teoria, do processo de transformação do real” (VÁZQUEZ, 1980, p.12). Aspectos que ligam a práxis ao impulso para transformação que atingem uma perspectiva extensa, com raízes profunda ligadas a interpretação, para em seguida se elevar a mudança. Essa filosofia tem que ser combatida não apenas por ser mera teoria, mas sim exatamente porque sendo tal – uma teoria da conciliação da razão com o mundo – tem consequências práticas que ultrapassam sua esfera meramente teórica (VÁZQUEZ, 1980).

A teoria da revolução comunista é evidentemente o momento em que o caráter crítico-prático da obra de Marx aparece mais claramente. No interior dessa estrutura particular, todo elemento teórico pode ter, ao mesmo tempo, uma dimensão prática, cada parágrafo pode se tornar um instrumento de tomada de consciência e de organização da ação revolucionária. Por outro lado, a ação prescrita por essa teoria – e praticada por Marx enquanto dirigente comunista [...]; é uma política *realista* no sentido lato do termo, ou seja, fundada sobre a estrutura, as contradições e o movimento do próprio real; e por que é realista, supõe uma *ciência* rigorosa, ciência que estabelece, em cada momento histórico, as condições da ação revolucionária. A síntese entre o pensamento e a “práxis subversiva”, que existe como tendência em toda a obra de Marx, atinge sua figura concreta na teoria e na prática do ‘comunismo de massas’: a revolução torna-se ‘científica’ e a ciência, ‘revolucionária’ (LOWY, 1997,41).

A prática amplia os horizontes teóricos (os descobrimentos das forças produtivas caem sob o controle do intelecto), sem que se reconheça sua origem. Não só aporta critérios de validade, mas também fundamentos e novos aspectos e soluções de um que fazer, e até meios ou instrumentos inovadores. É certo que existem diferenças específicas ou autonomia entre teoria e prática. Não são idênticas: não sempre a segunda torna-se teórica; tampouco a primazia da prática dissolve a teoria: às vezes a teoria adianta-se à prática, e existem teorias ainda não elaboradas como práticas. O que diz que a prática não obedece direta e imediatamente às exigências da teoria, mas sim suas próprias contradições (PALAZÓN, 2007).

Portanto nos parece certa segurança existente no que tange a percepção de que as pessoas são feitas pela história, mas também à fazem. [...] “se a humanidade tivesse se mantido alijada da práxis revolucionária, há tempos teria desaparecido. Logo, o bem não

está condenado a ser substituído fatalmente pelo mal, nem a justiça pela injustiça, ou a verdade pelo engano ou fraude” (VÁZQUEZ, 1980, p.541). O homem como ser social e histórico não produz um conhecimento neutro ou sequer uma ação neutra, tudo isso vem a ser fruto de suas experiências, conhecimentos prévios adquiridos, sua visão do mundo em que está inserido e seus anseios enquanto ser histórico. Toda esta produção não só é utilizada por ele como também é uma contribuição de todo o universo produtor e reproduzidor de conhecimento em toda sociedade, em todos os tempos e até em uma sociedade futura (GONZALEZ, 1986).

Em Lênin (2017) a forma como seria esta relação entre teoria e prática revolucionária em sua concepção são o fio condutor da obra. A partir da tomada de poder do proletariado e seu domínio sobre o trabalho e a produção, o Estado é uma instituição criada diante da necessidade do estágio alcançado de desenvolvimento econômico social capitalista em prol da funcionalidade e manutenção das condições necessárias para suprir as demandas do Capital em meio ao conflito de classes. Com o objetivo de fazer com que a classe dominante encontre meios de sua manutenção⁵, a classe burguesa assim utiliza o Estado, no entanto, no processo revolucionário proletário, o Estado que antes se tornara meio de manutenção de poder, na revolução proletária se torna mecanismo de igualdade em toda sociedade, os meios de produção estarão para a sociedade e pela sociedade, contrário a lógica da propriedade privada, até que de certa forma, o Estado não seja necessário e se torne uma instituição extinguida (LÊNIN, 2017).

Mas para a concretização e início do processo revolucionário dos trabalhadores é preciso ainda entender as contradições históricas que aflige esta classe. Em nenhuma das tentativas revolucionárias socialistas até então tiveram as condições sociais e materiais para seu sucesso. Devido a estas experiências e o pavor de perder a manutenção do poder da burguesia, o sistema capitalista criou defesas e capacidade de ataques a todos aqueles que vão contra sua forma de institucionalização da ordem, de maneira voraz, a resposta a estas tentativas de revoluções de cunho nacional e socialista são semelhantes e ao mesmo tempo mais perversas comparadas quando a burguesia ia de encontro à luta contra o sistema feudal (FERNANDES, 1980).

5 É importante salientar que o conceito de Estado em Lenin e em toda tradição marxista é extremamente complexo e amplo, portanto que cabe maior atenção, em trabalhos futuros iremos trabalhar este tema e por isso para mais informações sugerimos ir em: LENIN, Vladimir ilitch, 1870-1924, O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução – 1edição- São Paulo: Boitempo, 2017.

Tendo o trabalho como fundamento de todas as dimensões da sociabilidade humana, ela não se esgota no trabalho. É necessário considerar a questão da educação, artes, religião, direito, política, dentre outros. Todos possuem sua determinada importância em qualquer movimento revolucionário, e, se tratando de uma revolução proletária não seria diferente. Isto quer dizer que, independente de qualquer conquista política, seja democraticamente, seja através de luta, será necessário ter um momento de transição entre a tomada de poder político até se concluir no fim das estruturas de poder que conhecemos, pondo um ponto final no valor de troca das mercadorias, a mais-valia, capital, etc. (TONET, 2016). Nesse sentido, estas outras faculdades da civilização humana possuem papel fundamental no processo de geração do homem novo e a revolução proletária.

Isso quer dizer que a revolução proletária não terá um eixo revolucionário curto, que se esgote na substituição de uma classe dominante por outra (o proletariado como substituto e equivalente da burguesia, o que esta realizou com referência à nobreza feudal). O proletariado deverá ser ainda mais revolucionário *depois da conquista do poder* e da *derrota final da burguesia*. A burguesia não levou sua revolução até o fim e até o fundo porque não teve a seu favor uma substância de classe revolucionária que a animasse a superar-se, a negar-se e a transcender-se de modo inexorável e incessante (FERNANDES, 1980, p.3 grifos do autor).

A tarefa revolucionária da classe trabalhadora se torna mais desafiante mediante as ações contrarrevolucionárias da burguesia de manutenção de poder. Por não se limitar apenas em se colocar no poder como a classe dominante, ela possui a tarefa das mais desafiadoras e revolucionárias que é o fim das classes sociais e gerar condições de igualdade entre os homens. Em diversos momentos históricos e diversos países periféricos, por exemplo, a burguesia tem em sua história posterior à tomada do poder, ações que de fato tem uma particularidade violenta para se manter o poder.

A Comuna de Paris, as experiências de revoluções de cunho nacional, trouxe a dimensão e força da perversidade burguesa em prol da defesa de sua condição ao se sentir ameaçada. Nestas experiências as definições de limites sobre a luta de classes foram suprimidas, frear qualquer condição que aponte uma posição distinta à burguesa eram aplicadas medidas de contenção sejam medidas econômicas, ideológicas, militares, midiáticas, enfim, formas de limitar a ação que possibilite alguma perda substancial de poder ou mera percepção de perda ou maior equilíbrio entre as classes.

Desde então a humanidade não vivencia lutas substanciais de cunho revolucionário (superação do capitalismo). Os motivos são diversos, mas as perdas teóricas e práticas dos

trabalhadores para a sua organização, e as seguidas perdas para o capital de direitos e lutas dentro da ordem da classe trabalhadora (TONET, 2016).

O modelo burguês de transformação capitalista é um fenômeno essencialmente político, de criação e preservação das estruturas de poder predominantemente políticas. É importante entender que a burguesia, nas palavras de Fernandes tem o objetivo de: “manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore” (FERNANDES, 1975, p.7). Nessas condições, o autor observa a coexistência de revoluções antagônicas. A Revolução Burguesa “retardatária” combina o movimento de modernização (que esgota suas possibilidades sem conseguir alcançar os padrões prevaletentes nas nações centrais) com o movimento de autodefesa e preservação da ordem (uma forma contrarrevolucionária).

Fernandes (1975) elenca quatro temas estratégicos para a análise: a) dominação burguesa e transformação capitalista; b) contrarrevolução prolongada e aceleração da história; c) estrutura política da autocracia burguesa; e d) persistência ou colapso da autocracia burguesa? A articulação dos temas não cria apenas o modelo de transformação capitalista, cria também uma forma típica de dominação burguesa (FERNANDES, 1975).

A Comuna de Paris, momento histórico estudado em nosso trabalho é outro exemplo de como a ação contrarrevolucionária da burguesia é pensada e delimitada pela estrutura de classes da sociedade capitalista. O fato histórico da Comuna valida não só a forma fria em que se pensa a ação em prol da manutenção do poder como também a contradição dos fundamentos de suas ações, em tão pouco tempo a mesma burguesia que lutava em prol do *laissez faire*, *laissez passer*, é a mesma que mata trabalhadores sem regras e limites.

Tomando-se como paralelo a França, tem-se aproximadamente um século entre o paroxismo revolucionário da burguesia ascendente e a fúria reacionária do *terror burguês*. Entre a convocação dos Estados Gerais e o esmagamento da Comuna de Paris esgota-se um raio de revolução que era determinado, fundamentalmente, pela posição de classe da burguesia: esta tinha de optar entre uma utopia revolucionária largamente extra capitalista, em suas origens históricas, e os ditames egoísticos da “consciência burguesa”, regulados pela reprodução ampliada do capital e pela necessidade de impedir que a revolução oscilasse definitivamente para as mãos do proletariado (FERNANDES, 1980, p.4, grifos do autor).

Essa contradição é alimentada pela utopia dos tempos de ascensão ao poder até se tornar uma classe reacionária detentora dos meios de produção que evoluem de forma jamais vista em outras sociedades, utilizando-se do argumento para manutenção no poder satisfazendo minimamente as pressões da luta de classes com os trabalhadores. Em outras

palavras, a mesma burguesia que utiliza de seus princípios revolucionários de seu caminho até o poder, fato que a fez se tornar extremamente moderna, se torna instrumento de conservadorismo de forma rápida e eficiente escancarando os absurdos ocorridos de uma guerra de um exército só na Comuna de Paris.

O desenvolvimento das forças produtivas leva a desumanidades cada vez mais brutais. Isso, historicamente, e não apenas para Marx, é um óbvio contrassenso. O crescimento das forças produtivas não poderia levar ao aumento da miséria; muito ao contrário, deveria conduzir ao crescimento do bem-estar e da riqueza. Nesse sentido, o avanço das forças produtivas capitalistas acresce as possibilidades de uma sociedade mais humana e, ao mesmo tempo, aumenta a miséria dos homens. Essa contradição (crescimento das possibilidades de uma sociedade emancipada e ao mesmo tempo aumento da miséria) torna a revolução comunista não apenas uma necessidade cada vez maior, mas também uma possibilidade sempre mais efetiva, mas essa possibilidade não é algo obrigatório na história. Tudo dependerá das decisões que os indivíduos, em escala social, tomarem sobre as suas vidas e o seu futuro. Por isso, a revolução comunista não é uma realização necessária e inevitável do processo histórico (como tanto afirmaram o “marxismo vulgar” e o stalinismo), mas sim um ato de afirmação do ser humano que se emancipa e se liberta: que se emancipa porque estará se livrando das alienações capitalistas; que se liberta porque objetivará uma finalidade essencialmente humana e, ao mesmo tempo, possível no quadro histórico atual. A revolução é o ato pelo qual os homens assumirão conscientemente e com toda radicalidade o fato de serem eles os artífices da sua própria história. Se os homens fazem a história, não há razões para continuarem a fazê-la sob o domínio do capital e de suas alienações; não há razões que justifiquem a produção crescente de desumanidades. [...] como tal, segundo Marx, a revolução comunista não poderá deixar de ser (sob pena de não ser comunista) um ato livre e emancipado da humanidade [...]. Contudo, para evitarmos mal-entendidos de toda espécie, é necessário assinalar aqui que o fato de a revolução comunista ser um ato emancipado e livre da humanidade não significa que ela deixe de ser um processo social e político de luta de classes. Ao contrário, a forma historicamente possível da revolução comunista é a vitória dos operários, da cidade e do campo, contra as desumanidades produzidas pelas classes dominantes. Esse ato livre e emancipado da humanidade possui, como sua forma historicamente concreta, a vitória dos revolucionários sobre os conservadores, a vitória dos trabalhadores sobre as classes dominantes capitalistas, a vitória do operariado sobre o capital. E todas elas possuem necessariamente uma dimensão política e de luta de classes; são o exercício do poder da maioria sobre os interesses privados das classes dominantes (LESSA; TONET, 2011, p.115-116).

Diante do cenário de alta sofisticação tecnológica (concentrada em poucas mãos) na produção e de contradições históricas na formação de toda sociedade capitalista (que tem em seu gérmen a sobreposição de uma classe sobre outra); levantar bandeiras de emancipação sócio-política já não é possível concretamente devido a alteração da lógica revolucionária em forma conservadora sem sentido revolucionário (FERNANDES, 1975).

Para os autores Lessa e Tonet, as possibilidades são grandes no que tange a questão da revolução operária diante das condições apresentadas, entretanto, as ações individuais e

coletivas dos homens, se tornam parâmetros interligados pois, como Fidel Castro, líder da revolução Cubana afirma, só se é possível pensar a revolução a partir da formação de homens novos capazes de serem livres o suficiente para não precisarem do capitalismo.

O aumento da consciência comunista se torna a primeira tarefa dos trabalhadores, a formação do homem enquanto novo homem seguindo a simples fórmula de que no Comunismo “cada qual dá segundo a sua capacidade e recebe segundo suas necessidades (SANTOS; KOLLING (Org.), 2017).

Esse aumento da consciência comunista deve ser proporcional ao processo de emancipação humana a ponto de não mais gerar reflexões distintas entre a emancipação do sujeito e da sociedade, ambas se tornam “a verdadeira emancipação universal, a *emancipação humana*, é a única capaz de superar as contradições da sociedade civil-burguesa porque é a *Aufhebung* do conflito entre a existência individual sensível e a existência genérica dos homens” (LOWY, 1997, 97).

A força política e econômica da sociedade civil se torna passado, sobretudo a forma com que lida com questões como a propriedade privada, mercadorias e capital. E por que o comunismo seria a resposta para Marx? Pois o comunismo é o retorno do homem a sua essência que o trouxe até o desenvolvimento do capitalismo e ali se perdeu. O antagonismo de classes e toda contradição criada até então dá lugar a novos parâmetros de sociabilidade e evolução da civilização humana (LOWY, 1997).

2.0 – A COMUNA DE PARIS

2.1 – Contexto histórico

É indiscutível o potencial revolucionário da revolução industrial britânica dinamizando toda economia mundial no século XIX. Nessa mesma perspectiva podemos colocar a Revolução francesa como o fundamento de toda política e ideologia constituída no mundo moderno. A revolução francesa fez da França exemplo, e fornecedora de conceitos legais, ideológicos e nacionalistas simultaneamente à influência britânica em qualquer tipo de atividade humana em todo globo, mesmo os locais mais distantes e resistentes, a penetração dos ideais franceses e estímulo econômico a partir da revolução britânica se fizeram presentes (HOBSBAWM: 2014).

Em todo globo terrestre há grande agitação política, as colônias lutavam pela sua independência, as práticas mercantis já não sustentavam a dinâmica do capital e a

Revolução Francesa invoca ideais revolucionários. Para além disso, a revolução francesa se destaca pelas massas e sua capacidade ecumênica de reunir cristãos e islamitas em torno de um mesmo ideal. A não existência de um líder propriamente dito da revolução, aponta para “um consenso de ideias gerais entre um grupo social deu ao movimento revolucionários uma unidade efetiva” (HOBSBAWM, 2014, p. 105).

Este grupo é a burguesia que se supria com as ideias liberais. Ao mesmo tempo essa parcela da sociedade tinha o apoio das grandes massas populares por já não conceberem a continuação do antigo regime. Conceitos como “povo”, “nação”, “democracia” se difundem de maneira revolucionária mesmo a população francesa não tendo uma boa formação política em todas as camadas sociais.

A incapacidade da nobreza em dar resposta aos imperativos do povo determinam a especificidade da França, sua proclamação da república e a forma com que sua Constituição foi construída e a assembleia governamental. Diante de tamanha agitação Luís XVI, rei da França do antigo regime, ainda tomaria medidas contrarrevolucionárias para manter e reduzir as mobilizações em torno de Paris. “O resultado mais sensacional de sua mobilização foi a queda da Bastilha, uma prisão estatal que simbolizava a autoridade real [...] Em tempos de revolução nada é mais poderoso que a queda dos símbolos” (HOBSBAWM, 2014, p. 110).

Em resumo, a principal forma da política revolucionária burguesa francesa e de todas as subsequentes estava agora bem clara. Esta dramática dança dialética dominaria as gerações futuras. Repetidas vezes veremos moderados reformadores da classe média mobilizando as massas contra a resistência obstinada ou a contrarrevolução. Veremos as massas indo além dos objetivos dos moderados rumo a suas próprias revoluções sociais, e os moderados, por sua vez, dividindo-se em um grupo conservador, daí em diante fazendo causa comum com os reacionários, e um grupo de esquerda, determinado a perseguir o resto dos objetivos moderados, ainda não alcançados, com o auxílio das massas, mesmo com o risco de perder o controle sobre elas. E assim por diante, com repetições e variações do modelo de resistência – mobilização de massas –, inclinação para a esquerda – rompimento entre os moderados –, inclinação para a direita – até que a maior parte da classe média passe daí em diante para o campo conservador ou seja derrotado pela revolução social. Na maioria das revoluções burguesas subsequentes, os liberais moderados iriam retroceder, ou transferir-se para a ala conservadora, em um estágio bastante inicial. De fato, no século XIX vemos de modo crescente (mais notadamente na Alemanha) que eles se tornaram absolutamente relutantes em começar uma revolução, por medo de suas incalculáveis consequências, preferindo um compromisso com o rei e a aristocracia. A peculiaridade da Revolução Francesa é que uma facção da classe média liberal estava pronta a continuar revolucionária até o, e mesmo além do, limiar da revolução antiburguesa eram os jacobinos, cujo nome veio a significar “revolução radical” em toda parte (HOBSBAWM, 2014, p. 111).

A dança dialética é a dinâmica entre ações revolucionárias e contrarrevolucionárias que permeiam este período histórico. A mesma burguesia que se tornara anteriormente revolucionária é a mesma que se divide entre seus interesses internos e utiliza, seja o povo a fim de reagir a ofensiva contrarrevolucionária e conservadora das contradições das crises instituídas, ou o Estado e seu braço jurídico intensificarem as ações contra o povo que a colocou no poder.

Após o congresso de Viena e a queda de Napoleão numa tentativa de manutenção do antigo regime entre rei e Igreja na França. A burguesia se via em um momento de perda espaço e de posições adquiridas na Revolução Francesa. O ano de 1848 é marcado pela Primavera dos povos, a mesma burguesia que um dia se unira ao povo para a queda do antigo regime, é a mesma burguesia que se une a monarquia criando a monarquia constitucional. Em 1848 os ventos da revolução sopravam não só na Prússia como em toda Europa, no entanto, a França é o palco destacado mais uma vez. Não são somente levantes de lutas armadas, as lutas ideológicas são protagonizadas por defensores do socialismo utópico, o socialismo científico, o republicanismo, o nacionalismo e as ideias liberais.

O país se torna termômetro para os demais centros que estão ao seu redor, e em pouco tempo, mesmo com a comunicação não tão rápida como na contemporaneidade, Viena, Berlim, Milão, cidades da Hungria e tantos outros espaços apresentam levantes populares. O Império austríaco juntamente a confederação alemã e a França, (de maneira menos expressiva também a Itália), se tornam uma zona revolucionária heterogênea. Na Alemanha se lutava pela forma e existência do Estado sendo unificado ou não, fato é que cada revolução deste tempo tem sua particularidade e deve ser estudada calmamente.⁶

Sejam espaços desenvolvidos ou atrasados no processo de reprodução capitalista. A Europa, portanto, vive neste período a consequência de uma revolução que não foi levada a seus fins. Ao frear o espírito revolucionário que pairava sobre o continente, 1848 se torna “o ano das revoluções permanece sozinho, uma abertura, mas não a ópera principal, um portal cujo estilo arquitetônico não leva a esperar o que se encontra após atravessá-lo” (HOBSEBAWM, 2014, p. 33). Este quadro valida os mecanismos e formas que a burguesia passou a agir de uma maneira revolucionária a contrarrevolucionária é o quadro que vamos encontrar e dedicar as próximas páginas.

6 Sugerimos a leitura de HOBSEBAWM, Eric. A Era do Capital RJ: Paz e Terra, 1979. _____. A Era dos Impérios (1875-1914), RJ: Paz e Terra, 2014

Marx vive numa Europa em meio a grandes revoluções em todo contexto social vivendo entre 1818 a 1883, vivenciou e acompanhou levantes pós Revolução Francesa e a Revolução industrial com o surgimento do capitalismo industrial. As primeiras formas de luta de classes como as primeiras greves, formação de sindicatos e insurreições operárias, até a formação de partidos. Para o entendimento da construção teórica em Marx é necessário também entender o caminho percorrido pelo mesmo não só na perspectiva teórica como os fatos que acontecem em seu meio para conduzirmos a uma interpretação mais próxima daquilo que o autor escreve. Seja no campo das ideias ou das instituições, os conflitos se faziam presentes nesse período. As formulações comunistas e anarquistas estavam sendo debatidas amplamente.

Após finalizar o doutorado em filosofia, Marx tinha como objetivo se tornar professor universitário, entretanto devido uma série de fatos não consegue atuar nesta área. Para se sustentar se torna redator e, uma das melhores ferramentas para sua construção enquanto teórico e ativista político usadas foi a Nova Gazeta Renana (NGR). Periódico com cerca de trezentos números publicados que trazem de maneira sistemática a história da burguesia da Prússia. Subtitulado como o “órgão da democracia”, a cada artigo publicado Marx é um constructo de fatos determinantes para se chegar à conclusão que naquela sociedade não há condições possíveis para se ter uma revolução burguesa pura, semelhante a Inglaterra, por exemplo.

Devido uma formação de poder burguês sob uma monarquia constitucional dá espaço apenas para a revolução social-republicana, ou a contrarrevolução feudal. Durante a revolução alemã de 1848⁷, e, no mesmo período, eclodem no continente europeu outras revoluções após a revolução de fevereiro na França, é escrito a primeira edição do Manifesto Comunista, mesmo sem nenhuma ligação direta aos acontecimentos do momento.

Estes movimentos e juntamente com a edição do Manifesto Comunista, para Marx estes fatos “inauguram a presença operaria no cenário público.” (MARX, 1987, p. 17) Outra forma de intervir nos acontecimentos de 1848 foi a Liga dos Comunistas, naquela época um hábito de se criar associações secretas voltadas a debates em torno do

7 O levante na Alemanha é um tema extremamente rico de detalhes, Para maiores detalhes sobre o momento histórico sugerimos a leitura de dois livros do Hobsbawm: “A Era das Revoluções” e “A Era do Capital”, todos contidos nas referências deste trabalho além do próprio texto do Marx em “A Burguesia e a Contrarrevolução”

igualitarismo social e político. (MARX,1987) Para Chasin, a relevância dos escritos de Marx na NGR:

Constitui, na íntegra de sua obra, um momento privilegiado da tematização das formas particulares de objetivação do capital e do capitalismo, designadamente daquela que ficou consagrada sob a expressão leniniana de via prussiana. De conformidade com essas formas são precisadas as determinações, em sua diversidade, dos modos correspondentes de dominação política. Marx, para tanto, à medida que levanta a arma o edifício conceitual do que, em seu tempo, chamou de *miséria alemã*, configura paralelamente a expressão clássica do capitalismo como resultante de uma revolução, que denomina enfaticamente de ‘tipo europeu’ (inglesa e francesa). Em poucas palavras, [...] expõe brilhantemente a universalidade do capitalismo se realizando sob duas de suas formas particulares, exibindo suas diferenças, potencialidades e irrealizações (CHASIN *apud* MARX, 1987, *grifos do autor*, p.38-39).

Os textos da NGR possuem tal lógica capaz de já dar condições de compreensão sobre a metodologia utilizada por Marx e já dá indícios sobre a não linearidade dos acontecimentos históricos e explicações mecânicas sobre fatos sociais sobretudo no capitalismo e suas particularidades. É a relação universal e particular que se situa na singularidade do contexto prussiano com elementos que darão suporte ao entendimento posterior de categorias fundantes do movimento do capital.

Nos artigos da NGR encontramos uma precisa análise em torno da realidade prussiana daquele período. Não vamos nos ater a explicar e contextualizar o tema, uma vez que ele por si só mereceria um trabalho. Nossa proposta com estes textos é perceber alguns apontamentos do método em alguns escritos de Marx anteriores ao Capital e sobretudo a fórmula da revolução instaurada pela burguesia local e explicar no aspecto universal, e, na particularidade da Prússia e seu momento histórico, a contrarrevolução em ação de forma clara.

O primeiro texto se encontra no número 165 da NGR, em que Marx faz um estudo sobre as leis instauradas na Prússia no início de 1848 a fim de explicitar a formação da Assembleia Ententista, uma assembleia nacional que debatia e formulava a constituição local. Esta assembleia é vista por Marx como um espaço conciliador entre a burguesia insurgente e a Coroa em prol de manutenção de grandes acordos envolvendo a disposição de créditos, impostos, etc. Diante das mudanças estruturais que ocorriam na França e na Inglaterra no mesmo período, era esperado que algo próximo daquilo surgisse no território prussiano. Mas para Marx, aqueles que estavam na assembleia “não foram nada além do que os órgãos de uma classe” (MARX, 1987, p. 49).

Após todo o apoio popular para a instauração da assembleia a mesma se torna ferramenta para conquistas de objetivos particulares. O desenvolvimento da produção industrial e toda sociedade burguesa como um todo, fez com que até a nobreza ainda existente, se tornasse aburguesada diante de um estado ainda absolutista⁸ que não tinha a mesma base social para sustenta-lo. Era, portanto, o momento oportuno para que a burguesia se apropriasse do poder políticos para suprir suas necessidades industriais e comerciais (MARX,1987).

A seguinte publicação da NGR relata a formação de uma nova assembleia após os acontecimentos de fevereiro e março de 1848 com membros da burguesia insurgente da Prússia. Tal burguesia tinha interesses de ser colocada no poder de maneira pacífica e no entanto aparece após um levante revolucionário. Se em comum acordo chegasse ao poder, poderia se limitar a seus interesses, no entanto, foi a manifestação do povo que os permitiu estar naquela posição. A Coroa apareceria como uma forma aparente que escondia os reais interesses da burguesia, o que se torna uma proposta viável para os mesmos em termos de uma monarquia constitucional formada pela assembleia e Coroa.

Em Marx a forma contrarrevolucionária de agir no poder após os acontecimentos revolucionários trazem consigo as dificuldades e oportunidades da direção do Estado. Porém, para esta mesmo burguesia esse poder se torna também “um embaraço, dado que seu domínio ficou ligado a condições que não queria, nem podia satisfazer” (MARX,1987, p.54). Essas condições seriam as mudanças radicais na estrutura da sociedade que a população exigia naquele momento e que não era de interesse desta realizar. O povo confiou nesta classe que sem esforços chega ao poder e a mesma não corresponde a esta confiança.

Por fim, há divergências significativas entre a revolução prussiana e outras como a inglesa e francesa. A burguesia da Prússia se alia a nobreza contra a monarquia no primeiro momento. Posteriormente essa burguesia se alia ao povo contra a nobreza, clero e coroa. Enquanto na revolução inglesa e francesa a própria classe burguesa que está na ponta do movimento, a classe trabalhadora ainda não havia se formado totalmente enquanto classe. Nas palavras do autor:

As revoluções de 1648 e de 1789 não foram as revoluções inglesa e francesa, foram revoluções do tipo europeu. Não foram o triunfo de uma determinada

⁸ Estado absolutista é aquele que tem nas mãos do Rei todo o poder concentrado. Teoria que foi desenvolvida por alguns pensadores como Maquiavél, Hobbes, etc. para justificar a sua existência. Na realidade prussiana este Estado já não tinha condições de se manter de tal forma, daí a criação da Assembleia nacional e outras ações a fim de negociar entre as frações das classes burguesas, nobreza e Coroa a manutenção de privilégios.

classe da sociedade sobre a velha ordem política; foram a proclamação da ordem política para a nova sociedade europeia. Nelas triunfou a burguesia; mas o triunfo da burguesia foi então o triunfo de uma nova ordem social, o triunfo da propriedade privada burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre o provincialismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha sobre o morgado, do domínio do proprietário de terra sobre a dominação do proprietário através da terra, do esclarecimento sobre a superstição, da família sobre o nome da família, da indústria sobre a preguiça heroica, do direito burguês sobre os privilégios medievais. [...] essas revoluções exprimiam ainda mais as necessidades do mundo de então, do que das partes do mundo onde tinham ocorrido. Inglaterra e França. [...] A revolução prussiana de março devia criar a monarquia constitucional da ideia e a dominação da burguesia na efetividade. Bem longe de ser uma revolução europeia, era apenas o retardado eco débil de uma revolução europeia num país atrasado (MARX, 1987, p.56).

Na Prússia poderia ser o primeiro relato claro da contrarrevolução antes mesmo da revolução uma vez que não houve sequer aparência semelhante as revoluções da França e Inglaterra, a burguesia prussiana criou um mecanismo muito mais difícil de ser consertado ou alterado ao longo do tempo. A manutenção da forma provincial e lenta diante do dinamismo das mudanças que estavam ocorrendo ao seu redor. Por se colocar no poder a partir do proletariado, toda a burguesia prussiana via a ameaça que seria de um lado ter o povo ao seu lado e com isso perder os seus privilégios, e de outro a velha sociedade monarca absolutista.

A revolução de março, portanto é um entendimento entre a o estado absolutista e a burguesia de forma que a Coroa sacrifica a nobreza e o clero pela burguesia, e a burguesia sacrificaria o povo pela manutenção da Coroa. O foco da burguesia era um só, dominar para eliminar os perturbadores da ordem e reaver os lucros perdidos durante o levante através de redução de custos em toda produção e realização. Logo após os levantes era necessário retomar a confiança no crédito e na circulação da moeda, e para isso o movimento do Capital precisa se normalizar, esta confiança mesmo nos tempos do capitalismo industrial significava supressão a qualquer movimento político oportuno de origem proletária ou de outra raiz que não estivesse em congruência com os interesses da classe no leme do Estado (MARX, 1987).

Vale ressaltar que os levantes realizados pela classe proletária em 1848 tinham em si a semente revolucionária plantada mesmo em um contexto de má formação política e vivência do pauperismo. A experiência dos levantes desta época gera na França elementos que posteriormente veremos na instituição das ligas, dos sindicatos e organizações dos trabalhadores. Os trabalhadores da indústria têxtil de Lyon em uma das primeiras greves do período moderno se tornam exemplo para a classe trabalhadora ainda emergente. No

campo político e social a perspectiva ainda era de uma república democrática passasse, a partir das ideias lançadas por Marx no “Manifesto do partido comunista”, para uma revolução proletária.

Portanto as revoluções de 1848 surgiram e quebraram-se como uma grande onda, deixa pouco para trás, exceto mito e promessa. Elas ‘deveriam ter sido’ revoluções burguesas, mas a burguesia fugiu delas. Poderiam ter-se reforçado umas às outras sob a liderança da França, impedindo ou adiando a restauração dos velhos governantes e mantendo distância o czar russo. Mas a burguesia francesa preferiu a estabilidade social em casa aos prêmios e perigos de ser, uma vez mais, *la grande nation* e, por razões análogas, os líderes moderados da revolução hesitaram em pedir intervenção francesa (HOBBSAWM, 2014, p.53 grifos do autor).

A partir de então todo levante era visto como um ato contra a “Constituição e a democracia”. O projeto de classe antagonico à classe trabalhadora deixando como herança o conceito de ordem, forte a tal ponto de suprimir as invocações revolucionárias. O povo ainda tinha sua força enquanto movimento e detentor de sua voz através das eleições francesas. Esta voz foi seduzida por um líder carismático, sobrinho do imperador, Luís Napoleão. Marx aponta que os votos dos camponeses foram conquistados pois aparecia como quem revogava os ideais perdidos da revolução francesa. Enquanto uma outra parcela da burguesia o apoia pois ele se coloca como oposição da grande burguesia (MARX: 2001).

Marx aponta em todo 18 de brumário a manipulação da elite burguesa sobre as demais classes. A insurreição de junho de 1848 é incitada por esta burguesia. Sem condições de compreender o que significava todo este movimento, o proletariado não é considerado no cenário político e nas representações do Estado. Frações da burguesia que tinham discordâncias ideológicas se uniram para dizimar as forças proletárias.

Todo este cenário possibilita a Bonaparte, em meio ao desequilíbrio entre as forças que detinham o poder instaurar o que é conhecido como bonapartismo, que se apresenta como mediador entre as classes devido à perda de capacidade de governar da burguesia francesa. O governo bonapartista toma medidas que o faz parecer o único governo forte capaz de manter a ordem.

A burguesia então, faz com que “A França, portanto, parece então ter escapado do despotismo de uma classe apenas para cair sob o despotismo de um indivíduo e o que é ainda pior, sob a autoridade de um indivíduo sem autoridade” (MARX, 2001, p. 53). O resultado de todo o governo de Bonaparte que se colocava como conciliador entre as classes é, na verdade, o antagonismo entre as classes em sua expressão mais latente. A

visão de Estado moderno tentava colocar debaixo do tapete a contradição entre a suntuosidade vivida pela classe dominante e o pauperismo que vivenciava os camponeses e toda classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo a administração do Estado projeta o que seria as tarefas da revolução burguesa na França que ainda não tinham sido concluídas. O desenvolvimento capitalista desde então se consolida através de uma urbanização realizada em um curto espaço de tempo, ampliação e desenvolvimento da industrialização nacional e todo tipo de relação capitalista de produção (PINHEIRO, 2011).

[...] a contínua ameaça de uma explosão violenta que, apesar de tudo, não oferecia qualquer perspectiva de uma solução definitiva – eis, pois, a situação que vinha mesmo a calhar para o golpe de Estado de Luís Bonaparte, o terceiro e pseudodemocrático pretendente. Assim, este no dia 2 de dezembro de 1851, servindo-se do exército, pôs fim à tensa situação e assegurou à Europa a tranquilidade interna para, em troca, lhe oferecer uma nova era de guerras. O período das revoluções a partir de baixo estava por agora terminado; seguiu-se um período de revoluções a partir de cima. O revés imperialista [regresso ao império] de 1851 foi mais uma prova da imaturidade das aspirações proletárias desse tempo. Mas esse mesmo revés iria criar as condições em que elas teriam de amadurecer. O sossego interno assegurou o pleno desenvolvimento do novo ascenso industrial: a necessidade de dar uma ocupação ao exército e de desviar as correntes revolucionárias para o exterior deram origem às guerras em que Bonaparte, sob o pretexto de fazer valer o ‘princípio da nacionalidade’, procurou proceder a anexações em favor da França. O seu imitador Bismarck adotou essa mesma política para a Prússia. Fez o seu golpe de Estado, a sua revolução a partir de cima em 1866 contra a Confederação Germânica e a Áustria, e não menos contra a *Konfliktskammer* da Prússia. Porém, a Europa era demasiado pequena para dois Bonapartes e, assim, quis a ironia da história que Bismarck derrubasse Bonaparte e que o rei Guilherme da Prússia instaurasse não só o império pequeno-alemão mas também a República Francesa. Isso teve como resultado geral na Europa, contudo, a autonomia e a unificação interna das grandes nações, com exceção da Polônia. É verdade que isso se deu no interior de limites relativamente modestos, embora fossem, no entanto, suficientemente vastos para que o processo de desenvolvimento da classe operária já não encontrasse nas complicações nacionais um estorvo essencial. Os coveiros da revolução de 1848 passaram a seus executores testamentários. E ao lado deles erguia-se já ameaçador o herdeiro de 1848, o proletariado, na Internacional.” (Engels *apud* MARX, 2011, p.46-48).

A burguesia “Por medo do socialismo, ela aceitaria o Segundo Império, como seus pais tinham-se oferecido ao Primeiro para encerrar a revolução” (LISSAGARAY, 1991, p.13). A reflexão em torno de todo esse movimento político contraditório da burguesia é explicado em Fernandes (1981) os determinantes econômicos, políticos e sociais com o cerne na questão da propriedade privada estabelece e impõe a utopia revolucionária burguesa originária e a prática ideológica mistificadora das relações entre meios e fins

burgueses. Daí resulta a relação inseparável entre revolução e contrarrevolução, bem como entre contrarrevolução e revolução.

O revés imperialista [regresso ao império] de 1851 foi mais uma prova da imaturidade das aspirações proletárias desse tempo. Mas esse mesmo revés iria criar as condições em que elas teriam de amadurecer. O sossego interno assegurou o pleno desenvolvimento do novo ascenso industrial: a necessidade de dar uma ocupação ao exército e de desviar as correntes revolucionárias para o exterior deram origem às guerras em que Bonaparte, sob o pretexto de fazer valer o ‘princípio da nacionalidade’, procurou proceder a anexações em favor da França. O seu imitador Bismarck adotou essa mesma política para a Prússia. Fez o seu golpe de Estado, a sua revolução a partir de cima em 1866 contra a Confederação Germânica e a Áustria, e não menos contra a Konfliktskammer da Prússia. Porém, a Europa era demasiado pequena para dois Bonapartes e, assim, quis a ironia da história que Bismarck derrubasse Bonaparte e que o rei Guilherme da Prússia instaurasse não só o império pequeno-alemão mas também a República Francesa. Isso teve como resultado geral na Europa, contudo, a autonomia e a unificação interna das grandes nações, com exceção da Polónia. É verdade que isso se deu no interior de limites relativamente modestos, embora fossem, no entanto, suficientemente vastos para que o processo de desenvolvimento da classe operária já não encontrasse nas complicações nacionais um estorvo essencial. Os coveiros da revolução de 1848 passaram a seus executores testamentários. E ao lado deles erguia-se já ameaçador o herdeiro de 1848, o proletariado, na Internacional. (ENGELS, 1985, p.46-48).

Ainda sobre o bonapartismo, ele é a expressão contrarrevolucionária preventiva com o propósito de suprimir qualquer possibilidade de novos movimentos revolucionários de massa (COSTA:1998). A experiência das eleições a partir do sufrágio universal⁹ e posteriormente ser governada pela força e pelo discurso de ordem social, no país que mais se destacava na influência política e ideológica da Europa, apresenta a fragilidade da condição revolucionária da burguesia. A derrota dos insurretos na França aparece de forma passageira pois em pouco tempo a manifestação do descontentamento da classe trabalhadora rompe o silêncio e dá início a Comuna de Paris, cuja qual veremos a seguir o seu desenvolvimento.

2.2 - A COMUNA, SUA HISTÓRIA E REPERCUSSÃO

Se a emancipação das classes trabalhadoras exige sua confluência fraternal, como podem elas cumprir essa grande missão com uma política externa que busca objetivos criminosos, agindo com base em preconceitos nacionais e desperdiçando em guerras de pirataria o sangue e a riqueza do povo? (MARX, 2011, p.21)

⁹ Direito ao voto dos representantes na República a todos os cidadãos.

A comuna de Paris não é um acontecimento para se deixar no passado. Na tradição marxista, este fato histórico é sempre abordado sob diversos pontos de vista. Na história da França as lutas são constantes em seu desenvolvimento como país, seja pelo modelo de Estado e governo ou lutas sociais entre suas classes. Em 1848, coloca-se como uma proposta de transformação social, uma luta em que a reivindicação de operários e camponeses se tornara uma só podendo ser vista como um ensaio à revolução do proletariado.

Para este país a hegemonia da burguesia, sobretudo após o golpe de 18 de Brumário, que dá início a um novo ciclo monárquico francês, tem Napoleão III como líder, de base política sustentada em todo conglomerado social ao seu redor; era visto também como um símbolo de um momento de articulação e equilíbrio das opiniões entre as classes do país. Vale lembrar que este governo já nasce com tranquilidade para se colocar enquanto golpe de Estado, a estabilidade para se manter governando era originária não só por ter frações da burguesia ao seu redor como também, e mais importante, uma condição que permitia a acumulação de riquezas, liberdade para o capital e suas empresas em constante crescimento. Marx nos explica:

O Império foi aclamado de um extremo a outro do mundo como o salvador da sociedade. Sob sua égide, a sociedade burguesa, livre de preocupações políticas, atingiu um desenvolvimento inesperado. Sua indústria e seu comércio adquiriram proporções gigantescas; a especulação financeira realizou orgias cosmopolitas; a miséria das massas ressaltava sobre a ultrajante ostentação de um luxo suntuoso, falso e vil. O poder estatal, que aparentemente flutuava acima da sociedade, era de fato o seu maior escândalo e o viveiro de todas as suas corrupções (MARX, 2005, p. 196)

Em 1866 a Áustria e a Prússia entram em guerra e este conflito se torna assunto para os franceses. Napoleão III encontrava benefícios para seu governo com o ataque prussiano. A vitória diante dos austríacos dá condições a Bismarck, rei da Prússia, de prosseguir com a unificação do Estado alemão (COSTA, 1998).

A França em meio a este tumulto forçosamente defrontasse com a possibilidade real de uma nova guerra, desta vez contra a Prússia. Os motivos são vários, dentre eles se destaca o trono da Espanha vago que estava a mercê de ser preenchido por um primo de Bismarck. Tal fato é interpretado na França como ofensivo à sua hegemonia na Europa podendo perder espaço como supremacia no continente.

Internamente a situação política que antes era confortável se encontrava instável pois “A força crescente dos republicanos e socialistas na França enfraquecia o imperador, que sofria com o fiasco da política externa no México” (MERRIMAN, 2015, p. 31).

Qual seria a posição de cada país neste contexto? A Prússia via a França como a nação de maior destaque no continente europeu, para se sobrepor a ela o caminho seria através de poder militar legitimando a unificação alemã. Na França se cria um sentimento antigermânico “Napoleão III chamou de impulso irresistível da França. Para a honra do povo francês” (LISSAGARAY, 1991, p.37), para o imperador significaria, em caso de vitória, o retorno da burguesia republicana apoiando o governo, unificaria o país pela causa da defesa e a nível internacional representaria o fim de um concorrente na hegemonia continental.

Outro ponto para o imperador é que uma vitória também representaria um ajuste na correlação de forças entre as classes uma vez que a classe proletária e seu protagonismo político a partir da oposição popular e socialista seria minimizada (COSTA,1998). Em vista disso, o crescimento exponencial da Prússia aumenta o alerta de Napoleão III, que via todo esse movimento como certo tipo de humilhação para a França.

A ideia do imperador se baseava em uma presunção de vitória rápida e fácil contra a Prússia e consequente aumento de seu prestígio: estratégia já utilizada pelo mesmo em outras batalhas. “A trama da guerra de julho de 1870 não foi senão uma edição emendada do coup d’état de dezembro de 1851. À primeira vista, a coisa pareceu tão absurda que a França não quis leva-la a sério” (MARX, 2011, p.21).

A intolerância francesa sobre a candidatura do príncipe Rodolfo na Espanha se espalha por toda Prússia; certa pressão, no cenário prussiano, paira no ar em busca de uma resposta à altura. Essa se torna a declaração de guerra entre Prússia e França; os demais países ao redor, em sua maioria, posicionaram-se neutros no conflito, alguns devido ao histórico negativo da França nos últimos confrontos, outros por estarem em situação econômica complicada. Para a Prússia, governada por Bismarck, o cenário era favorável aos seus interesses de fortalecer a criação do Estado alemão unificado, ou seu próprio Império.¹⁰

10 As relações de poder na Europa desse período são ricas de detalhes, para mais informações sobre a temática indicamos dois livros: Tombs, R. The Paris Commune. 1871. New York: Longman, 1999. Que trata exatamente o período entre a guerra da França contra a Prússia demonstrando a relação com o início da Comuna de Paris e HOBBSAWM, Eric. A Era do Capital RJ: Paz e Terra, 1979. _____. A Era dos Impérios (1875-1914), RJ: Paz e Terra, 2014. O historiador trata a formação dos impérios europeus

Em mensagem do conselho geral da Internacional Comunista¹¹, Marx e seus companheiros alertam a classe trabalhadora francesa e prussiana sobre a conjuntura de seus países. A Internacional sempre se preocupou primeiramente com a classe trabalhadora e seus interesses. Assim, seu alerta se baseava na posição dos países que declaram guerra entre si e seus reais interesses. Uma vez que não fossem legítimos do ponto de vista da soberania dos Estados, o resultado poderia ser catastrófico para a classe trabalhadora francesa e prussiana.

Sob o pretexto do equilíbrio europeu, da honra nacional, a paz do mundo é ameaçada por ambições políticas. Trabalhadores da França, Alemanha, Espanha! Unamos nossas vozes em um só grito de reprovação contra a guerra! (...) A guerra por uma questão de preponderância ou de dinastia não pode, aos olhos dos trabalhadores, ser mais do que uma absurdistade criminosa. Em resposta às proclamações belicosas daqueles que isentam a si próprios do imposto de sangue e encontram nos infortúnios públicos uma fonte de novas especulações, nós protestamos, nós que queremos paz, trabalho e liberdade! (MARX, 2011, p.22).

Diante do contexto, a guerra se torna pretexto. Marx (2011) afirma que as questões voltadas à dinastia e às preferências políticas fizeram do equilíbrio entre os países discórdia pessoal. O Império francês tinha a impressão de que seria fácil a batalha contra Prússia. No entanto, o futuro de Napoleão III já estava demarcado, independente do resultado. “Seja qual for o desenrolar da guerra de Luís Bonaparte com a Prússia, o dobre fúnebre do Segundo Império já soou em Paris” (MARX, 2011, p.23). O Império já tinha se reduzido mesmo antes da instauração da guerra, pois “não nos esqueçamos de que foram os governos e as classes dominantes da Europa que permitiram a Luís Bonaparte encenar por dezoito anos a farsa feroz do *Império Restaurado*” (MARX, 2011, *grifos do autor* p.23) Esta mesma classe dominante já não encontrava motivos para a manutenção deste Império.

Vallès (1992), jornalista que viveu em Paris nesta época, torna-se num futuro próximo peça importante na construção da Comuna de Paris; ele retrata momentos importantes, dentre eles a forma como era propagandeada a notícia da guerra e como o povo era convidado a participar e aprovar a luta; ele dizia:

11 A Associação Internacional dos trabalhadores (AIT) é fundada em 1864 como uma resposta aos acontecimentos de 1848. A publicação do Manifesto Comunista e a derrota da classe trabalhadora que fora esmagada na insurreição em Paris, o objetivo era reunir toda a classe operária e fazer um trabalho de base nas forças militantes. Para mais informações recomendamos os textos de COGGIOLA, O. A Primeira Internacional Operária e a Comuna de Paris. AURORA ano V número 8 - AGOSTO DE 2011 ISSN: 1982-8004 disponível em: www.marilia.unesp.br/aurora acessado em: 14/07/2017.

O culpado se chama Burguesia. Ela não está morta, vai morrer e se ergue emaciada pela doença do remorso em seu leito de agonia. Ela se ergue e grita: - A MIM O POVO! Esquece que só viveu oitenta anos a se banhar a cada quinze no sangue desse povo, e pede seu apoio, a moribunda, quando deveria pedir seu perdão. [...] [O povo] está cansado do eterno suplício, das eternas trapaças e das eternas derrotas; e se recusa, desta vez, a encher com os corpos dos seus o fosso cavado pelos outros. Estão a dizer que querem cair nele como soldados? Tenho a impressão que há, nesse chamamento às armas da burguesia, apenas uma explosão de vaidade, talvez uma esperteza, o orgulho da raça – e é por isso que as promessas de heroísmo para o dia seguinte me deixam com a esperança de que não haja vítimas em demasia – assim o espero, para o bem deles; não estamos com sede da sua dor, assim como eles tem sede da nossa. (VALLES *Et al*, 1992, p. 17-18)

O descrédito diante das ações da burguesia francesa e seus seguidores ecoa por toda população; talvez em face de um histórico de vitórias nas batalhas francesas recentes, o imperador superestima suas forças armadas despreocupando-se de pensar e organizar os suprimentos e condições necessárias para o conflito. O empenho colocado para propagandear e buscar o apoio da população francesa em prol da guerra, foi o fator faltante na estruturação das forças armadas francesas e suas necessidades.

Um exemplo da falta de organização francesa era o transporte das tropas. Para se deslocar para frente de batalha os trens e a malha ferroviária francesa estavam inapropriadas devido ao desgaste e à falta de atualização nos vagões e trilhos, impondo um ritmo lento no envio de tropas. Enquanto isso, na Prússia, o cenário era distinto, as linhas foram modernizadas e administradas pelos militares tendo um alto número de soldados na frente de batalha em curto espaço de tempo. A França se colocava em vantagem por ter um novo modelo de fuzil e de metralhadora. A Prússia se baseava no alto número de soldados e as táticas de guerra de movimento rápido e coordenado das unidades de batalha (MERRIMAN, 2015).

O conflito se inicia em 19 de julho de 1970 e, em pouco tempo, cerca de seis semanas de batalha, a França já estava derrotada pela Prússia. O motivo nem se tratava em número de soldados, até porque a França tinha mais soldados que a Prússia¹², mas sim pela organização e demora da chegada de equipamentos necessários ao fronte de batalha. O despreparo do exército francês os levou à derrota em Sedan, deixando fácil acesso até Paris. A desmoralização e desmotivação tomaram conta das tropas do imperador devido as sucessivas derrotas. Soldados não respeitavam autoridades e saíam da batalha passando a sensação de resignação do exército com a derrota da guerra (MERRIMAN, 2015, p. 39).

12 Costa, Silvio. Comuna de Paris: O proletário toma o céu de assalto. 1998, p.45-46.

Frisemos que, do ponto de vista militar, a derrota e o conflito como um todo, geraram poucos prejuízos materiais à França, todavia, “as consequências políticas para a vida interna da França e as relações internacionais foram consideráveis” (LISSAGARAY, 1991, p. 75).

Em meio à guerra contra a Prússia, em Paris se tem a batalha política entre frações da burguesia e contra o regime bonapartista. A burguesia estava otimista. Acreditava que com o fim da guerra vários mercados se abririam. Todavia, uma queda inesperada na procura por manufaturas gerada pelo empobrecimento das populações consumidoras, faz do resultado abaixo das expectativas francesas. A indústria de armamento foi uma das mais atingidas em decorrência do fim dos conflitos napoleônicos. Na zona rural revoltas e invasões ocorreram às grandes propriedades levando o governo a tomar medidas severas contra aqueles que circulassem armados nos campos. Em contrapartida, para compensar os exportadores, os ingleses descobriram mercado na Índia, no extremo oriente e nas demais colônias americanas em processo de independência. (HOBSBAWM, 2014).

A derrota da França era iminente e tal fato acirra as tensões políticas no país entre republicanos, socialistas e o imperador. Em setembro, já com as forças do exército enfraquecidas, a França se rende com o exército prussiano próximo de sitiá-la. Com o fracasso dos exércitos imperiais “a trégua política entre o império e a oposição republicana produzida pela guerra rapidamente evaporou. Em Paris, a revolução já parecia uma clara possibilidade” (MERRIMAN, 2015, p.38).

Dois dias após a rendição haviam gritos de proclamação da república, cria-se uma comissão de governo para os primeiros passos de uma nova forma republicana de governar.

Nós saudamos o advento da República na França, mas ao mesmo tempo trabalhamos com suspeitas que, assim esperamos, provar-se-ão infundadas. Essa República não subverteu o trono, mas apenas tomou o seu lugar, que havia vacado. Ela foi proclamada não como uma conquista social, mas como uma medida nacional de defesa. Ela está na mão de um governo provisório composto, em parte, por notórios orleanistas, em parte por republicanos da classe média, sobre alguns dos quais a Insurreição de Junho de 1848 deixou seu indelével estigma. A divisão do trabalho entre os membros desse governo parece desconfortável (MARX, 2011, p.32).

A república se apresentava como a melhor proposta de concretização da igualdade social; no entanto, esbarra-se no projeto burguês de poder, que visa a tomada e a manutenção do poder para si, através da dominação sobre as classes e manutenção desta subsunção sobre aqueles que se colocavam com projetos distintos.

O surgimento da República faz com que a esperança ressurja por dias melhores: “Amigos, temos a República. O passado sombrio vai acabar. De pé, todos, a hora é heroica. Forte é aquele que sabe morrer” (MICHEL, 1971, p. 78). Assim dizia Michel, uma das mais importantes figuras deste período histórico. A república que outrora se tornara a esperança, ao se concretizar, converte-se em ira e revolta de toda população diante de um governo que mentem inalterada a dramática realidade vivida pela população, à semelhança dos tempos anteriores à República. Miséria e falta de condições básicas de sobrevivência à população. Assim, Louise retrata o início da República:

Nada havia mudado, uma vez que as engrenagens só haviam mudado de nome; tinham uma máscara nova e nada mais. [...] O que havia afinal era uma série de bandidos que combatiam o Império: tinham entrado como esquilos na cabana onde antes deles corriam outros, movendo a mesma roda que outros tinham movido antes deles, e que outros irão mover. Essa roda é o poder esmagando eternamente os deserdados (MICHEL, 1971, p. 81-89).

Os franceses, sobretudo a classe operária, logo percebera que a dança das cadeiras apenas mudou os atores e as ações se assemelhavam em sua essência de manutenção da divisão de classes da sociedade. O advento da República representava a possibilidade de uma sociedade mais igualitária e que permitisse o fim das classes, o que de fato estava longe de acontecer. Tais fatos fizeram com que figuras como Louise Michel se aproximassem dos anarquistas e/ou movimentos sindicais criticando com mais efervescência qualquer instrumento de imposição governamental que objetivasse a manutenção das contradições vivenciadas pela população parisiense (MENDES, 2011).

Posteriormente a estes acontecimentos, moradores ricos de Paris e região começam a deixar suas casas em direção a regiões mais distantes. “Em Versalhes, encontraram uma cidade de atarantados. Aterrorizados, os funcionários de Paris espalhavam o terror. [...] Paris vencedora, o governo em fuga, não era isso que se havia prometido” (LISSAGARAY, 1991, p.97) Marx chamava estes moradores de “vampiros” e desde o instante que foram para Versalhes, Paris se tornou uma cidade segura mesmo sitiada (MARX, 2011).

Após a derrota francesa em setembro na chamada Batalha de Sedan, o imperador também se tornou prisioneiro juntamente as tropas francesas. Ao enviar uma mensagem à Imperatriz sobre a derrota do exército, a tensão nas ruas já se fazia presente com maior força. Thiers que já foi primeiro ministro na monarquia detém o poder provisoriamente (MERRIMAN, 2015).

Se não nos enganávamos quanto à vitalidade do Segundo Império, tampouco estávamos errados em nosso temor de que a guerra alemã pudesse “perder seu caráter estritamente defensivo e degenerar em uma guerra contra o povo francês”. A guerra defensiva terminou, de fato, com a rendição de Luís Bonaparte, a capitulação de Sedan e a proclamação da república em Paris. Mas muito antes desses eventos, no momento mesmo em que podridão profunda dos exércitos imperiais tornou-se evidente, a camarilha militar prussiana optou pela conquista (MARX, 2011, p.27).

A imperatriz foge de Paris as pressas quase que no mesmo período em que o imperador é deposto. A luta política no fim do império se dá na mesma intensidade que a luta contra os prussianos, sobretudo após o decreto do fim do império. Republicanos, blanquistas, conservadores, revolucionários e monarcas debatem sobre qual seria o caminho a seguir. A República estava proclamada com um número mínimo de representantes da esquerda e de frações da sociedade mais progressista (MERRIMAN, 2015).

A mesma burguesia que era sua oposição dá a direção à eleição convocada para a Assembleia Nacional. Em seguida este governo eleito é formado por conservadores e proprietários rurais em sua maioria. O governo provisório instaurado proclama a República com representantes da burguesia republicana e monarquistas. Este governo, preocupado com a defesa de Paris arma a Guarda Nacional e se transforma em um Governo de Defesa Nacional (COSTA, 1998).

Esta nova forma já iniciava com sérios problemas devido ao exército Prussiano sitiando Paris. Este governo não só herdou os problemas políticos e sociais do Império, como também uma guerra já perdida e o distanciamento com o povo e toda classe trabalhadora. “A França era uma república dividida, incipiente. Muitos da esquerda acreditavam que as circunstâncias poderiam oferecer uma oportunidade de estabelecer uma república radical e progressista.” (MERRIMAN, 2015, p.42).

Nesse meio tempo Napoleão III já estava exilado na Grã-Bretanha e a organização do comitê de governo avançava. Diversas frações da sociedade entenderam os fatos recorrentes da época representavam uma mudança radical na forma de se organizar a sociedade francesa. O termo “Comuna” estava se tornando cada vez mais comum a ser dito e ouvido entre os parisienses numa perspectiva de “nacionalismo revolucionário”. O termo “Comuna”, oriundo da história recente, tinha como alicerce as propostas de soberania nacional e popular. A esquerda parisiense via o termo como uma proposta de reforma

social profunda, sendo assim, começa a utilizá-lo como forma de instituir a sua proposta revolucionária.

A guarda nacional era formada pela classe trabalhadora após a derrota para a Prússia. Esta seria a melhor possibilidade de sobrevivência em tempos de miséria constante.¹³ O número de soldados aumentou exponencialmente após o início do governo provisório passando a mais de 100 mil inscritos e vale ressaltar o número expressivo de mulheres participantes da guarda, cerca de 30 mil inscritas em apenas dois meses, se tornando maioria em alguns pontos da cidade. Em meio a fome e os desencontros políticos, o grito de “comuna revolucionária” aumentava seu tom, a militância de esquerda crescia enquanto Paris se isolava. Gritos de “Vive le Comune” tomam forma e força progressista (MERRIMAN, 2015).

A desorganização da Guarda Nacional nas táticas de enfrentamento e de manutenção das bases de defesa nos bairros da periferia parisiense, gera uma necessidade de organização entre o proletariado política e militarmente. Essa resistência alcança sucesso ao não permitir que a primeira tentativa de invasão a Paris do exército prussiano fosse levada adiante. O véu do discurso vago da Prússia em ser um ataque de defesa é desmascarado.

Devido a fragilidade do exército francês já mencionada, não foi difícil para o exército da Prússia chegar a Paris e criar um cerco que duraria cerca de 5 meses. O objetivo desse movimento do exército era o impedimento de entrada de suprimentos da cidade e saída de pessoas da mesma. O mesmo governo, que foi criado para a Defesa Nacional é o mesmo governo que busca entrar em acordo com os prussianos e assinar a rendição para colocar fim ao cerco. Lissagaray (1991) relata a vergonha do povo parisiense diante da capitulação ensejada pelos representantes do governo Junto a Bismarck.

A população parisiense vivia as consequências deste momento turbulento, fome, miséria e isolamento das demais regiões. No aniversário da revolução francesa se manifesta e a consequência é a morte de policiais e levando canhões de longo alcance para uma região dominada por militantes de esquerda. Paris se armava diante de tamanha contradição entre os termos de rendição; pagamento de multa de 5 bilhões de francos, território da Alsácia e Lorena seria cedido para a Prússia, ocupação de tropas alemãs na França e reconhecimento do novo imperador alemão. A agitação toma conta da cidade. “Parisienses que fervilhavam de raiva diante da assombrosa derrota militar francesa e dos

13 Em Merriman (2015) a Guarda Nacional se torna algo mais organizado e ao mesmo tempo militante. O atrativo dela passava pelo salário que chegava a 1,50 franco por dia trabalhado.

termos humilhantes do armistício foram lembrados disso mais uma vez quando tropas alemãs entraram em Paris, em fevereiro” (MERRIMAN, 2015, p.52).

A assembleia Nacional, dotada de plenos poderes para acertar as condições da paz com a Prússia, foi apenas um episódio daquela revolução, cuja verdadeira encarnação continuava a ser a Paris armada que a havia iniciado, que por ela sofrera um cerco de cinco meses, com seus horrores da fome, e que fez de sua prolongada resistência, apesar do plano de Trochu, a base de uma obstinada guerra de defesa nas províncias. E Paris tinha agora de escolher: ou depor suas armas diante das ordens insultantes dos escravocratas de Bordeaux, reconhecendo assim que sua revolução de 4 de setembro não significara mais do que uma simples transferência do poder de Luís Bonaparte para seus rivais monárquicos, ou seguir em frente como o paladino francês do auto sacrifício, cuja salvação da ruína e regeneração seriam impossíveis sem a superação revolucionária das condições políticas e sociais que haviam engendrado o Segundo Império e que, sob sua égide acolhedora, amadureciam até a completa podridão. Paris esgotada por cinco meses de fome, não hesitou nem um momento. Heroicamente, resolveu correr todos os riscos de uma resistência contra os conspiradores franceses, mesmo com o canhão prussiano a encará-la a partir de seus próprios fortes. Ainda assim, em sua aversão à guerra civil a que Paris estava para ser arrastada, o comitê central continuava a persistir em uma atitude meramente defensiva, apesar das provocações da Assembleia, ¹⁴das usurpações do Executivo e da ameaçadora concentração de tropas em Paris e seus arredores (MARX, 2011, p. 47-49).

A pressão interna em Paris é grande pois nem a Guarda Nacional ¹⁵nem a classe trabalhadora queriam assinar a paz. Preocupados com a manutenção de seus interesses os republicanos monárquicos ganham tempo ao proferirem discursos de cunho nacionalista para a população, entretanto nos bastidores as relações com Bismarck estavam adiantadas em prol das negociações de fim do conflito. (COSTA, 1998) As condições de vida da população estão num nível catastrófico de miséria. Mesmo assim o proletariado ainda se coloca em posição de enfrentamento.

As feridas daqueles meses se avivaram, gritando por vingança. O frio, a fome, o bombardeio, as longas noites nas trincheiras, as crianças morrendo aos milhares, os mortos semeados nos ataques, tudo isso para acabar na vergonha [...] parecia ouvir-se o escárnio prussiano. Em alguns o assombro tornou-se fúria (LISSAGARAY, 1991, p. 105).

14 A Assembleia Nacional foi uma formação de representantes após a derrota para a Prússia que assumiram o poder. Lissagaray (1991) vai apontar que o resultado deste governo seria medidas desesperadas pela paz com a Prússia e a formação de um governo que se apresentava enquanto República, mas tinha sua raiz monarca com a formação do governo Provisório até terem as condições de se realizarem eleições.

15 A Guarda Nacional foi um conjunto de civis que não se subordinavam ao exército francês desde a Revolução Francesa, ela tinha suas próprias regras. Formada por diversas camadas sociais e ideológicas, a Guarda Nacional sempre foi tensionada nos debates políticos sobretudo sobre os rumos das decisões tomadas em Paris. Ela terá um papel fundamental na Comuna pois em sua maioria apoiava o levante após as medidas tomadas pelo Governo Provisório.

Paris se encontrava destruída e os termos da rendição vieram pesar toda a França com a indenização solicitada pelo novo império alemão. Em janeiro de 1871 a “contrarrevolução francesa alia-se à prussiana. A suspensão da guerra impunha o desarmamento da Guarda Nacional e a concordância com a ocupação dos fortes de Paris pelas tropas prussianas” (COSTA, 1998, p.59) O orgulho francês foi ao chão, não se encontrava forças para ser contrário.

Após o fracasso deste comitê de governo e defesa nacional, criado com elementos e representantes da burguesia ruralista e monarca tinham como objetivo a reestruturação do Governo e da paz na França em meio a um ataque da Prússia rumo a Paris. É convocada as eleições da assembleia nacional que resultou em uma bancada com sua maioria de monarquistas que davam apoio a nova liderança de Thiers¹⁶. Esta liderança era contestada pelos republicanos e seu papel era a perspectiva da burguesia monárquica que negava a república a fim de recriar um novo império. Para a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) “Thiers, esse gnomo monstruoso, encantou a burguesia francesa por quase meio século por ser a expressão intelectual mais acabada de sua própria corrupção de classe” (MARX, 2011, p.38).

A Guarda Nacional que não apoiava o governo de Thiers e o crescimento das ideias revolucionárias se tornam os maiores inimigos dos planos da contrarrevolução¹⁷. Em busca de apoio e reforço para um ataque às forças populares em Paris, Thiers faz um acordo com a Prússia e condução do governo provisório com as parcelas da burguesia monarca (LISSAGARAY, 1991).

Em mensagem da AIT Marx (2011) nos aponta alguns fatos sobre as ações do governo provisório. Thiers e seu general Trochu, após a proclamação da república, antes mesmo da rendição, como representantes de Paris e da França. Paris suportou tal “usurpador do poder” pela necessidade da criação da defesa nacional. Sendo assim, as ações de Thiers enquanto responsável pela defesa nacional deveriam ser de preparação para possíveis ações contra a Prússia, porém, “O Governo de defesa Nacional não hesitou um momento em transformar-se em um Governo de Defecção Nacional” (MARX, 2011, p.35).

16 Louis Adolphe Thiers foi o primeiro presidente após a proclamação da república francesa, antes disso foi ministro durante o reinado de Luis Filipe I por volta de 1840. Tem uma participação central como chefe executivo em Versalhes durante a Comuna sendo o líder dos acontecimentos póstumos da Comuna de Paris como veremos no desenvolver deste trabalho.

17 Categoria já tratada no item sobre a Revolução e contrarrevolução em Marx

[...] o “plano” de Trochu era conhecido por seus colegas e consistia na capitulação de Paris. Se a defesa nacional foi mais do que um pretexto para o governo pessoal de Thiers, Favre e companhia, os presunçosos de 4 de setembro teriam abdicado no dia 5 – teriam instruído a população de Paris sobre o “plano” de Trochu e dado a ordem para que ela se rendesse imediatamente, ou para que tomasse seu próprio destino em mãos. Em vez disso, os infames impostores resolveram curar a heroica loucura de Paris com um regime de escassez e porrete, enquanto ludibriavam o povo bramindo manifestos assegurando que Trochu, “o governador de Paris, jamais capitulará”, e que Jules Favre, o ministro do Exterior, “não cederá um palmo de nosso território, nem uma pedra de nossas fortificações”. Em uma carta a Gambetta, esse mesmo Jules Favre confessava que eles estavam a se “defender” não dos soldados prussianos, mas dos operários de Paris. Durante todo o cerco, os degoladores bonapartistas, a quem Trochu havia sabiamente conferido o comando do exército de Paris, trocavam, em sua correspondência íntima, anedotas cínicas sobre a evidente farsa da defesa. (Ver, por exemplo, a correspondência de Alphonse Simon Guiod, comandante supremo da artilharia do Exército de Defesa de Paris e Grã-Cruz da Legião de Honra, com Suzanne, general da divisão de artilharia, publicada pelo Journal Officiel da Comuna. A máscara do verdadeiro heroísmo caiu, enfim, em 28 de janeiro de 1871. Com o verdadeiro heroísmo da extrema auto humilhação, o Governo de Defesa Nacional, em sua capitulação, revelou-se como o governo da França por prisioneiros de Bismarck – um papel tão ignóbil que o próprio Luís Bonaparte, em Sedan, recusara-se a aceitar. Após os eventos de 18 de março, em sua fuga alucinada para Versalhes, os capitulards deixaram nas mãos de Paris as evidências documentais de sua traição, e a fim de destruí-las, como afirma a Comuna em seu manifesto às províncias, “aqueles homens não hesitariam em fazer de Paris um monte de ruínas banhado por um mar de sangue”. Alguns dos principais membros do Governo de Defesa tinham, além disso, razões bastante peculiares para desejar ardentemente tal desfecho (MARX, 2011, p. 36-37).

A ação pensada, organizada e planejada do assassinato do povo parisiense é um ataque não ao próprio povo, mas contra uma classe social específica a vista da manutenção dos privilégios e poder da burguesia monarca e seus aliados. A contrarrevolução de Thiers tenta ocupar regiões estratégicas e conter as manifestações se torna um fracasso. Soldados de base aliada se recusam a lutar contra a população parisiense e o restante do exército se vê diante da necessidade de se retirar (COSTA, 1998). Diante desta instabilidade em Paris, a Assembleia Nacional decide se reunir em Versalhes e de lá tentavam organizar uma forma de manter a governabilidade e planejar recuperar Paris. A população de Versalhes quintuplicou neste meio tempo, em face da migração dos ricos de Paris e região.

Até os guardas municipais, que deviam ser desarmados e presos, tiveram as portas de Paris abertas de par em par, fugindo tranquilamente para Versalhes e pondo-se a salvo. Os homens da ordem não só não foram molestados, mas até mesmo tiveram a possibilidade de reunir-se e apoderar-se calmamente de mais de um reduto do próprio centro de Paris. Essa indulgência dos revolucionários, essa magnanimidade dos operários armados, que tão violentamente contrastava com os hábitos do ‘Partido da Ordem’, foi falsamente interpretada por este como a simples manifestação de um sentimento de debilidade (MARX, 2011, p. 111).

O inimigo que antes aparecia como governo prussiano, externo à França, é oriundo do seu próprio Governo de defesa Nacional, ultrapassam os limites das suas próprias leis e mecanismos possíveis de cerceamento da classe trabalhadora que gritava “Vive la Commune”. Quanto a Paris a sensação era de estar sendo controlada sem alguém especificamente no controle. O sentimento dos parisienses de revolta diante de tudo que viveram nos últimos tempos os leva a buscar reformas profundas sociais. E essa revolta também trouxe consigo o desejo de se governar para o povo e com o povo. “Parisienses se mobilizaram contra o governo provisório que emitia decretos em Versalhes e tropas do governo passaram grande parte do fim de fevereiro e do início de março reagindo a multidões revoltosas” (MERRIMAN, 2015, p.57).

Em 17 de Março Thiers decidiu agir contra os militantes parisienses que já se colocaram como libertos das mãos dos governantes que estavam em Versalhes. Tropas foram enviadas para entender o que se passava em Paris e ao mesmo tempo capturar de volta todo armamento que lá estava, no entanto, esta tropa foi surpreendida por uma multidão que prontamente se colocou a defender os canhões e armamentos da cidade afirmando mais uma vez o poder popular em ação. Era um novo momento de definição e incisão da Comuna como o modelo de governabilidade que o povo parisiense afirmou (MERRIMAN, 2015, p.59).

A base de todos os estados políticos, assim como a família é o embrião das sociedades. [A Comuna] deve ser autônoma [...] [com] sua completa soberania, assim como o indivíduo no meio da cidade”. Com o objetivo de desenvolvimento econômico e garantia de segurança, Paris deveria “federar-se com todas as outras comunas e associações de comunas para formar a nação [...] É essa a ideia [...] que acabou de triunfar em 18 de março de 1871” (MERRIMAN, 2015, p.73).

Diante de uma população decidida a ir à luta, em março os prussianos avançavam ainda mais e esta mesma população resiste de tal forma a destituir o governo de Thiers, convocando eleições para representantes da Comuna rompendo de uma vez por todas com aqueles que estavam em Versalhes. O proletariado toma o céu de assalto, a Comuna oficialmente é proclamada. O governo provisório até as eleições é feito pela Guarda Nacional. “Paris respira como se tivesse saído das trevas ou de um grande perigo” (LISSAGARAY, 1991, p.112).

As eleições ocorrem em poucos dias, os representantes eleitos são das mais diversas origens ideológicas. Diante de tamanha diversidade os representantes são em sua essência “um grupo revolucionário desvinculado de classe” (COSTA, 1998, p.70). A influência de

Marx e Engels como toda Internacional é débil, ainda sobre o tema Marx é entrevistado¹⁸ sobre a Comuna de Paris e nega qualquer intervenção da AIT aos acontecimentos em Paris. O entrevistador Landor, se convence que a Associação é uma organização séria e de trabalhadores, no entanto, aqueles que estão a frente do movimento seriam de “outra classe” (MARX, 2011).

Marx, a quem o entrevistador chamou de “revolução encarnada” e apologista da Comuna de Paris, se preocupa com dois pontos centrais nesta entrevista. O que é a Associação Internacional dos Trabalhadores e sua não participação direta nos acontecimentos em Paris. Nas palavras de Marx, a Associação enquanto instrumento de união dos trabalhadores não participa efetivamente nas decisões das ações em Paris, inclusive pelo fato de ter em sua minoria de membros oriundos da AIT:

A revolta de Paris foi feita pelos trabalhadores de Paris. Os mais capazes dentre os trabalhadores devem necessariamente ter sido seus líderes e administradores; mas ocorre de os trabalhadores mais capazes serem também membros da Associação Internacional. Porém, a Associação como tal não pode de forma alguma ser responsabilizada pela ação deles (MARX, 2011, p. 216).

A estrutura criada durante a Comuna pode ser vista como um estado em formação. Que seria uma proposta de completa negação ao modelo burguês de organização estatal eliminando diversas partes burocráticas dando espaço a uma estrutura totalmente nova controlada pelos trabalhadores. A lógica se altera na medida em que a resposta daqueles que realizam trabalhos públicos devem ser levados a público sendo literalmente um representante dos interesses da sociedade. A afirmação de que certas posições no Estado eram ocupadas por mérito, mas que são utilizadas como meios de dominação de classe dão lugar ao espaço de representação de classe (MARTORANO, 2009).

Cada um que vivia os dias da Comuna tinham uma ideia de como a mesma deveria ser. Para Michel (1971) seria um resultado de vários ideais. O foco estava no fim do Estado e a estrutura de poder burguesa e as classes sociais a fim de organizar a Comuna de Paris de forma autogerida pelos trabalhadores se tornando exemplo para futuras Comunas livres sem se limitar a fronteiras das pátrias, que para Michel, era contrária a natureza sociável da humanidade (MENDES, 2011).

18 Entrevista de Karl Marx a R. Landor, publicado no jornal “The World” em 18 de Julho de 1871 disponível em MARX, Karl. A guerra civil na França – São Paulo: Boitempo, 2011.

A Comuna de Paris é proclamada e tal fato desperta diversas interpretações sobre o fato. Iremos a seguir apontar alguns registros de pessoas que vivenciaram os dias da proclamação, desenvolvimento e queda da Comuna. Na proclamação Michel dizia:

A proclamação da Comuna foi qualquer coisa de fantástico e de extraordinário. Não era a festa do poder, mas a pompa do sacrifício: sentia-se que os eleitos estavam prontos para morrer. Na tarde de 28 de março, uma tarde cheia de sol, que lembrava a aurora do 18 de março, ou a do 7 Germinal do ano 79 da República, o povo de Paris que votara na Comuna, entrou triunfalmente no edifício da Câmara. Havia um mar humano debaixo de armas; as baionetas pareciam espigas de um campo (MICHEL, 1971, p. 167).

Assim como Vallés (1992), Michel relata a alegria e esperança que a proclamação da Comuna em Paris trazia. O significado de vitória do povo de Paris com perspectiva de melhores dias. A efervescência do momento político nos últimos anos em Paris faz com que escritores como Victor Hugo dedicassem textos à política. Ele acredita na cooperação entre classes e não a luta entre elas, a intervenção na ordem social seja pelo Estado, seja por atos revolucionários não são bem-vindos, apenas a espontaneidade dos indivíduos.

Em “As crônicas da Comuna”, para Hugo¹⁹ (1992) a Comuna possui um simbolismo enorme que poderia alterar em grande medida a sociedade, no entanto, se ateu a pequenos pontos que não alterariam muitas coisas levando a destruição de todos e não a liberdade e construção de uma sociedade mais justa. “Perguntam-me qual é todo o meu pensamento. Eu poderia me limitar a uma só palavra: é o vosso. [...] Como os senhores, eu sou pela Comuna em princípio, e contra a Comuna na aplicação” (VALLÈS *et al*, 1992, p. 67-68). Ele explica:

Certamente, o direito de Paris é evidente. Paris é uma Comuna, a mais necessária de todas, assim como a mais ilustre. Paris Comuna é resultante da França República. [...] Paris é uma Comuna de direito, assim como a França é uma república por direito, assim como eu sou um cidadão por direito. [...] ora, uma cidade tem um eu, como indivíduo; e Paris, entre todas as cidades, tem um eu supremo. É esse eu supremo que se afirma através da Comuna. [...] O eu nacional toma esta forma, a República; o eu local toma esta forma, a Comuna; o eu individual toma esta forma, a liberdade (HUGO *apud* VALLÈS *et al*, 1992, p.68).

Ou seja, a Comuna era algo necessário e legítima de forma a ser parte da República e não algo externo e distinto a ela, a Comuna em seu ponto de vista se assemelha a forma de governar vista em grandes outras cidades como Londres, no entanto, a forma com que

19 Texto de Victor Hugo publicado em: VALLÈS, J. [(Et al); Crônicas da Comuna – São Paulo: Ensaio; 1992 – (Cadernos Ensaio, Grande formato; v.5)

fora conduzida especificamente em Paris até o estourar da revolução é que o faz questionar o *modus operandi*.

Ele acusa o governo de Thiers como causador da Comuna devido o descuido com os canhões tomados pelo povo e ainda questiona qual era o objetivo após a tomada dos mesmos pelo povo parisiense. Para Victor Hugo é essencial acrescentar ao fato de que a Comuna se deu de maneira impensada mesmo que já estivesse na boca de diversos grupos antagônicos ao governo de Thiers. “A Comuna como está contém um princípio, ela teria se produzido mais tarde, na sua hora, partidos os prussianos. Em vez de mal vinda, ela teria sido bem-vinda” (HUGO *apud* VALLES *et al*, 1992, p.70).

A vergonha de ver os seus em meio a uma guerra civil era um ato infame após a derrota contra a Prússia, diante deste fato que Hugo não entende como o melhor momento para o levante da Comuna de Paris, descreve este ato como “um circo de feras se entredevorando, e que esse circo seja a França!” (HUGO *apud* VALEES *et al*, 1992, p.69). Há, portanto, ilegitimidade tanto do lado da Assembleia formada em Versalhes quanto na Comuna em Paris:

A assembleia não reflete Paris e, por seu lado, a Comuna, quase toda composta por desconhecidos, não reflete a França. É essa penetração de uma representação pela outra que tornaria possível a conciliação; seria preciso que os dois grupos, Assembleia e Comuna, tivessem a mesma alma, a França, e o mesmo coração, Paris [...] é dirigida por desconhecidos, o que não é bom, e por ignorantes, o que é pior. [...] entendamo-nos. Eu sou um homem da revolução. [...] aceito, portanto, as grandes necessidades; sob uma só condição, de que elas sejam a confirmação dos princípios, e não sua perturbação. Todo o meu pensamento oscila entre dois pólos: Civilização e Revolução. Quando a liberdade está em perigo, eu digo: Civilização, mas com Revolução; quando é a ordem que está em perigo, eu digo: Revolução, mas com civilização (HUGO *apud* VALLES *et al*, 1992, p.71-74).

De certa forma o posicionamento de HUGO *apud* VALLÈS (1992) parece um tanto quanto confuso e ao mesmo tempo esclarecedor do ponto de vista de quem está vivendo os dias de conflito em Paris. A análise feita a vista de descredenciar aqueles que estão na frente da Comuna de Paris simplesmente por serem desconhecidos ou por não terem no currículo experiência na gestão pública. Nestes apontamentos de Hugo cabe algumas considerações.

É perceptível que seu posicionamento na crença sobre a República como mecanismo estatal e na proposta da comuna de se questionar o formato do governo que se instalava, como a mais avançada e única saída para a política e organização social. Entretanto tal crítica deve ser mediada com o contexto histórico não só da Comuna como

de qualquer outro momento revolucionário vivido no processo civilizatório da humanidade.

Há de se fazer algumas considerações quanto às preocupações levantadas pelo autor. A afirmação de que a Comuna de Paris não refletir a França não se baseia nos fatos pois a formação daqueles que estavam a frente do movimento eram um misto de representações, inclusive partes da burguesia local. Seu apelo à conciliação é o mesmo que esperar um acordo entre a burguesia revolucionária francesa e o Antigo Regime.

Hugo *apud* Vallès (1992) se coloca como um revolucionário que deseja manter a ordem, ou seja, manter a ordem acima de tudo é continuar as condições vigentes de estrutura governamental que são os pontos de negação da Comuna de Paris, desejosa em uma nova forma de organização social pois, de fato, “ela é a forma sob a qual a classe trabalhadora assume o poder político em seus baluartes sociais” (MARX, 2011, p.169). Fato que não permite, nesse momento histórico, conciliar a ideia de liberdade e ordem como é posta na citação acima. A revolução é parte do processo e desenvolvimento civilizatório da humanidade e a relação com o poder político é a condição determinante para a condução desta mesma civilização. A tarefa da classe trabalhadora é superar a estrutura burguesa pois:

o proletariado não pode, como fizeram as classes dominantes e suas diferentes frações rivais nos sucessivos momentos de seu triunfo, simplesmente se apossar desse corpo estatal existente e empregar esse aparato pronto para seu próprio objetivo. A primeira condição para a manutenção do poder político é transformar a maquinaria estatal e destruí-la – um instrumento de domínio de classe. Essa enorme maquinaria governamental, que como uma jiboia constrange o verdadeiro corpo social na malha ubíqua de um exército permanente, uma burocracia hierárquica, uma polícia e um clero obedientes e uma magistratura servil, foi primeiramente forjada nos dias da monarquia absoluta como uma arma da nascente sociedade da classe média em suas lutas para emancipar-se do feudalismo. A primeira Revolução Francesa, com sua tarefa de conferir pelo alcance ao livre desenvolvimento da moderna sociedade da classe média, teve de eliminar todos os bastiões locais, territoriais, municipais e provinciais do feudalismo, preparando o solo social para a superestrutura de um poder estatal centralizado, com órgãos onipresentes ramificados segundo o plano de uma divisão do trabalho sistemática e hierárquica (MARX, 2011, p. 169).

Há, portanto, uma série de “fracassos e traições das classes dominantes, [que levaram os proletários a entender] que lhe era chegada a hora de salvar a situação tomando em suas mãos a direção dos negócios públicos” (MARX, 2011, p.169). E a partir destes fracassos há a condição não de tomar o Estado a favor da classe trabalhadora, pois o

mesmo instrumento que legitima o processo de dominação de classes não será o mesmo que fará a superação da estrutura de classes (MARX, 2011).

Deste modo, “A Paris que luta, trabalha, e pensa eletrizada pelo entusiasmo da iniciativa histórica, plena de realidade heroica, à nova sociedade em trabalho de parto opõe-se, em Versalhes, a velha sociedade, um mundo de antiquadas fraudes e mentiras acumuladas” (MARX, 2011, 173). As situações ocorrem diante dos imperativos impostos no momento transcorrido dos acontecimentos provocativos da Comuna de Paris, seus atores respondem com as condições que são determinadas na situação, seja limitado ao que está acontecendo ou que fora algo planejado e pensado para o momento oportuno.

Mais do que uma calculada estratégia política, ou conspiração, a Comuna era mais uma furiosa reação instintiva a esse rastro de humilhações. Nesse sentido, é inútil buscar suas “causas” – ela tinha de acontecer, simplesmente, como tanta coisa na história, por razões que se situam além da racionalidade (CHRISTIANSEN, 1998, p. 278).

As principais preocupações da Comuna se concentravam na seguridade social, ou seja, tomar medidas para que seja eliminado o pauperismo da realidade parisiense. Os trabalhadores iriam se organizar em associações de forma que se eliminasse a figura do chefe, a produção e tudo que a envolve seria direcionada pelos trabalhadores e para os trabalhadores focando as necessidades da sociedade parisiense e de todos que produzisse.

Os clubes que eram espaços de discussão sobre diversas temáticas se tornam espaços importantes para a organização das manifestações por toda a cidade, uma das frequentadoras e fundadoras dos clubes, Louise Michel, vai se tornar posteriormente um importante nome da Comuna de Paris. A comunicação dos decretos e decisões era divulgada em cartazes espalhados por toda cidade (MERRIMAN, 2015).

Em Merriman (2015) e Marx (2011) a uma condição em comum referente à decorrência da Comuna de Paris. Ela é uma forma material da luta de manifestação da luta de classes diante de todo um contexto que esmagava os trabalhadores em uma sobrevivência miserável enquanto havia uma luta institucional entre as frações da classe dominante. Sendo assim, sua organização se dá mediante os imperativos que a resistência e o processo de consciência de classe ²⁰desenvolvido na França tentam inverter a ordem da produção e reprodução social estabelecendo uma estrutura capaz de superar a forma

20 Consciência de Classe é um termo para determinar a forma de se pensar e agir de acordo com sua condição de classe social e econômica. Para aprofundar no tema sugerimos a obra LÚKACS, Gyorgy. História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista: Tradução: Rodnei Nascimento – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

burguesa de organização social e trazer à tona a possibilidade para a transição comunista contribuindo para futuras análises teóricas sobre a potencialidade da classe trabalhadora enquanto classe revolucionária.

A comuna está proclamada. Ela saiu da urna eleitoral, triunfante, soberana e armada. Os eleitos pelo povo de Paris entraram no velho Hotel de Ville²¹, que escutou o tambor de Santerre e a fuzilaria de 22 de janeiro, neste lugar onde o sangue das vítimas da honra nacional e da dignidade parisiense acaba de ser enxugada pela poeira levantada neste dia de festa, pelos passos dos batalhões vitoriosos. [...] O povo de Paris, em armas e em pé, aclamou essa Comuna que lhe poupou a vergonha da capitulação, o ultraje da vitória prussiana e que o tornará livre assim como ela o tornou vencedor. [...] É hoje a festa nupcial da ideia e da revolução. A Comuna aclamada e desposada na véspera, será preciso retomar, sempre altivos, agora livres, seu lugar na fábrica e no balcão. Depois da poesia do triunfo, a prosa do Trabalho (VALLÈS *et al.*, 1992, p.19-20).

Toda cidade participa não só de maneira simbólica em todo acontecimento. A Comuna talvez poderia ser vista como o primeiro passo para uma verdadeira sociedade comunista²², e para que isso se tornasse realidade e a revolução acontecesse de fato, era necessário, após os festejos, voltar ao trabalho. Só uma mudança radical na distribuição dos meios de produção para aqueles que produzem, dará condições para uma nova ordem social. E assim fizeram.

A Comuna de Paris nos seus 72 dias de governo levantou como uma de suas preocupações centrais a necessidade de criação de novas instituições políticas baseadas na democracia e na soberania das massas populares, constituindo uma nova perspectiva de governo democrático que iluminará as lutas operárias e populares do século XX. Desenvolveu o princípio republicano da autogestão municipal e o mandato revogável dos representantes do povo, elegendo-os por sufrágio universal direto e com mandato responsável e revogável. A Comuna se dedicou com prioridade aos problemas cotidianos do povo relacionados ao trabalho e à produção. Tornou-se uma instituição que executava e legislava ao mesmo tempo, desenvolvendo uma dinâmica anti-burocrática na qual foram se constituindo organismos administrativos, judiciais e militares (LISSAGARAY, 1991, p. 286).

Para Coggiola (2011), todo este contexto desde a restauração do Império a proclamação da Comuna, se dá ao mesmo tempo devido à crise sobre a luta da hegemonia europeia que leva a guerra franco-prussiana, ou seja, que ultrapassa as questões internas à

21 O Hotel de Ville era a sede do governo local de Paris, ele foi palco de insurreições como a Revolução Francesa, portanto, para a Comuna muito mais do que tomar a prefeitura, o tomar pelo povo do edifício é um símbolo das conquistas ao proclamarem a Comuna de Paris. No período vigente da Comuna o Hotel de Ville era uma espécie de quartel general cujo qual tomavam todas as decisões de todos os setores organizados.

22 Termo utilizado no “Manifesto do Partido Comunista” referenciando as formas com que se apareceriam os prelúdios de uma transformação de uma sociedade a caminho do comunismo em MARX, Karl. Manifesto comunista. Org. de Osvaldo Coggiola. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

França. A autodestruição do regime bonapartista no território francês. Mas nenhum destes motivos é maior do que o progressivo crescimento político e ideológico em todo proletário europeu nas últimas décadas que culmina no nascimento da Associação Internacional dos trabalhadores (AIT) em 1864.

Esta situação dá o terreno propício para a elevação dos debates sobre a consciência de classe e as contradições do sistema capitalista vigente. Imprimia em todos aqueles que geravam a riqueza precedente das grandes mudanças no setor produtivo industrial da Europa. A AIT teve um papel fundamental sobre a dualidade de poderes na Comuna. Não no sentido de participar ativamente de decisões ou do próprio governo durante a Comuna, até porque eram minoria diante da maior quantidade de blanquistas, seguidores do ativista Blanqui e seguidores de Phroudon. A AIT influencia logo após a queda do bonapartismo realizando reuniões para reivindicar através de lutas algumas pautas que posteriormente a Comuna coloca como decreto (COGGIOLA, 2011).

Com os trabalhadores no poder durante a Comuna há avanços em muitos aspectos em pouco tempo. Em menos de vinte dias de proclamação da Comuna, seu programa de ações já teria sido exposto em público e as ações da mesma foram na mesma velocidade. O primeiro e emblemático é o decreto sobre os aluguéis que visava uma maior equidade entre os moradores de Paris proibindo cobranças de aluguéis e outras dívidas enquanto os moradores não pudessem pagar dentre outras medidas para tranquilizar os negócios e toda sociedade parisiense.

Separação entre Estado e Igreja, fim do acúmulo de cargos pela mesma pessoa; conselho operário decidindo sobre como produzir e o que fazer com a produção, abandonando de vez a estrutura hierárquica capitalista com eleições entre os trabalhadores das fábricas para representantes na direção; fim da jornada de trabalho de 10 horas; fim das atividades noturnas em padarias; reestruturação do ensino básico e gratuito tornando o ensino também laico.

Portanto as instituições propostas de maneira nova partiam das necessidades reais das bases materiais e conjunturais da sociedade parisiense. O processo de gestão de todo modo de produção sendo realizado através de conselhos escolhidos pelos próprios operários dá início a uma experiência de autogestão única em seu período histórico (MERRIMAN, 2015).

Nesse meio tempo Thiers e seu governo davam continuidade em ações para dar fim aos “crimes” que estavam acontecendo em Paris. Dentre suas ações uma das mais

destacadas era o uso dos jornais da época em toda Europa que espalhavam histórias sobre o que estava acontecendo e quem estava à frente de todo levante popular. Meios de Comunicação da Inglaterra como o Jornal *Times*, atualizavam constantemente os acontecimentos interpretados como um movimento rebelde e colocava Versalhes como heróis resistentes e os *communards* eram vistos como traidores (CHRISTIANSEN, 1998). O *Le Gaulois* insistia na ideia de “epidemia incendiária” entre os rebeldes. “A Comuna é uma inveja furiosa e epilepsia social” (MERRIMAN, 2015, p. 307). Mas fato era que:

Ao contrário do que alardeava a imprensa de direita, não eram absolutamente um punhado de rudes e vilões, mas cidadãos respeitáveis e sinceros, impregnados de espírito público, que viviam do seu trabalho e segundo valores burgueses tradicionais – típicos governantes municipais [...] Arthur Arnould, que escreveu sobre a Comuna em 1878, enfatiza que “nunca tanto foi feito com tão pouco”; não importa que excessos tenham sido cometidos em nome do regime, diz ele, “durante seu curto domínio, nem um só homem, criança ou idoso passou fome, ou sentiu frio, ficou desabrigado, muito embora nenhum governo possa ter sido mais escrupuloso em questões de dinheiro, não tocando em nenhuma das intocáveis fortunas que pertenciam aos mais implacáveis inimigos da cidade” (CHRISTIANSEN, 1998, p. 279).

Enquanto isso a Comuna procurava maneiras de ter tréguas com Versalhes exigindo o reconhecimento da Comuna e da República. Como resposta Thiers envia ordens para retirar os canhões da Guarda Nacional em Paris. Diante das pressões oriundas das províncias sobre a situação em Paris, Thiers declara guerra contra a Comuna: “A Assembleia está reunida em Versalhes, onde acaba de ser organizado um dos mais belos exércitos que a França jamais teve. Portanto, os bons cidadãos podem ficar tranquilos e esperar o fim de uma luta que será dolorosa, porém curta” (LISSAGARAY, 1991, p. 133). Com a ajuda de Bismarck que liberta milhares de soldados franceses, o “belo exército” é formado, alimentado e treinado já sendo mais de cem mil soldados (COSTA, 1998).

Além de bombardeios com apoio prussiano é assinado um tratado de Paz assegurando as Províncias de Alsácia e Lorena além de pagar cinco bilhões como restituição dos custos da guerra. Lissagaray (1991) aponta que Thiers sofria pressão por parte de ruralistas acusando-o de ganhar tempo para poupar Paris. Como resposta:

No dia 10 de Maio, Thiers dominava inteiramente a situação. Lançando mão de tudo – corrupção, patriotismo, mentindo em seus telegramas, fazendo os jornais mentirem afável ou altaneiro segundo as deputações, usando ora os soldados da força pública ora seus deputados de esquerda -, conseguira descartar qualquer tentativa de conciliação. O tratado de Paz acabara de ser assinado em Frankfurt

e, livre disso, desvencilhado da província, permanecia a sós com Paris (LISSAGARAY, 1991, p.214).

Enquanto era planejado um ataque a Paris, na Comuna a maior preocupação ainda era com ações a ponto de suprir as demandas básicas de sobrevivência da sociedade parisiense que a anos vivia em extrema miséria, seja devido a guerras, seja por crises econômicas e institucionais do Estado Francês. Mesmo sem utilizar-se do Banco Francês e do dinheiro ali empregado das grandes fortunas, as necessidades da população eram supridas e em tão pouco tempo, aqueles que eram “rudes” e “ignorantes” conseguem espantar os fantasmas da fome, do frio, da falta de abrigo além de avançar em outros setores como a educação pública e gratuita.

A trama gerada a partir do pedido de Thiers a Bismarck para aumento do contingente de soldados com o intuito exclusivo de conter a onda revolucionária parisiense (MARX, 2011). Diante da história da Comuna de Paris e seus *comunnards* é comum fazer balanços do seu legado. Erros e acertos e as opiniões são das mais diversas. Todo o processo da Comuna pode ser visto como uma predileção à derrota militar. Seja como Marx (2011) deixou claro que havia a oportunidade enquanto todos aqueles que deixavam Paris para Versalhes estavam desprotegidos e assim poderiam ser aniquilados, seja pelo conselho da Comuna abrir mão dos fundos do Banco Nacional da França, seja pela demora na organização das associações das fábricas, são pontos vitais para a perpetuidade da Comuna segundo o autor.

Seria seus decretos como o dos aluguéis e a separação da Igreja e do Estado o segredo para tal feito? Seria o artigo I que encerra todo o poder e atividades das autoridades governamentais como juízes, polícia, tribunais dentre outros? Ou talvez o princípio da gestão coletiva que determinada a gratuidade a todos os serviços públicos como transporte e saúde? Ou a eleição dos conselhos de bairros sendo efetivos nas ações? Ou a heterogeneidade daqueles que faziam parte da Comuna de Paris? Ou seria a autogestão dos trabalhadores na produção das fábricas e sua forma de organizar o trabalho e as tarefas a ponto de reduzir as escalas de trabalho e proibição do trabalho noturno? O segredo estaria então na nova escola que abolia a matriz de educação centrada no professor mas no desenvolvimento igual entre aqueles que fazem e constroem a escola? O importante papel das mulheres e crianças em toda Comuna dando direito ao aborto, à

anticoncepção e as crianças passam a ser uma responsabilidade de toda a cidade e não só dos pais? Ou a distribuição de bens de consumo gratuitamente e igualitariamente?²³

Todas estas ações vistas em forma de decretos, dimensionam o aspecto tático da Comuna que utilizava desta forma para negar e superar toda a essência estrutural do Capitalismo, fato que era comum em todos os grupos ali contidos. A Comuna de Paris expressa as condições limitadas de distribuição e organização social do capitalismo, seu fim contraditório em prol da manutenção de um sistema que não coloca o ser humano como centro, mas sim a realização do Capital na forma de mais-valia e na velocidade da rotação deste capital a fim de manutenção das taxas de lucro que possuem uma tendência de queda com o desenvolvimento das forças produtivas, mas que busca incansavelmente manter-se ou ampliar.²⁴

A história é o processo que apresenta o momento revelador das formas desta emancipação, onde estas se realizam, tal como ocorrera na Comuna. As categorias reveladas por Marx estão em relação dialética e apontam para o processo de transformação da história, em especial das lutas sociais e de classes que são e continuam a ser o seu momento dinâmico, embora nem todas as transformações históricas no Ocidente se devam a elas, como é o caso da transição ao feudalismo, como hoje sabemos nos trabalhos de vários historiadores. A revolução política e a transição ao comunismo são momento fulcral da emancipação dos trabalhadores. Para que esta última ocorresse, tal como ficaria evidente na Comuna, duas condições se apresentaram: a destruição do poder político das classes dominantes, o estado, e a propriedade direta dos meios de produção pelos coletivos voluntários e conscientes de trabalhadores (FILHO *et al* 2017, p.16).

O capitalismo surge de maneira revolucionária e avança em muitos pontos na civilização humana. No entanto, como o rei Midas que em tudo que tocava se transformava em ouro, o Capitalismo em tudo que toca se torna mercadoria. (FISCHER, 1976). Enquanto é capitalizado tudo aquilo que é necessário ou não para a sobrevivência da espécie humana, na Comuna de Paris era socializado toda a forma de suprimento das necessidades da população. A Comuna de Paris vai se destacar em inúmeros aspectos no que tange a sua formação enquanto administração pública e detentora do destino e da distribuição da produção material da sociedade que provoca a emancipação humana.

Em meio a todas agendas da Comuna a mais importante e difícil seria garantir a defesa de Paris devido aos contra-ataques realizado por Thiers. Em 2 e 3 de Abril temos os

23 Todas estas questões são montadas a partir dos decretos promulgados nos primeiros dias da Comuna de Paris. Os decretos estão contidos em toda bibliografia sobre a Comuna de Paris deste trabalho e nos anexos iremos colocar especificamente o trecho do livro “Escritos Sobre a Comuna de Paris” de Osvaldo Coggiola, Disponível em: <http://aspalavrassaoarmas.blogspot.com.br/2011/09/decretos-da-comuna-de-paris-de-1871.html>. Acesso em: 03/01/2018.

24 Há mediações em todas estas categorias sobre como cada uma atua e sua dinâmica no sistema capitalista. No início do trabalho já falamos sobre algumas delas e as demais estão no Volume I de O Capital de Marx.

primeiros ataques de Versalhes à Comuna. Não bastasse as lutas políticas internas diante da diversidade de ideias que se encontrava na Comuna, externamente sofria com o exército comandado por Versalhes que mantinha territórios próximos à Paris preparando ações em prol da retomada de Paris. “A Paris armada era o único obstáculo sério no caminho da conspiração contrarrevolucionária. Paris tinha, portanto, de ser desarmada” (MARX, 2011, p.46).

Aos poucos o número de soldados versalheses ao redor de Paris se ampliava. Merriman (2015) e Vallés *et al* (1992) trazem dados do retorno de soldados feridos que estavam em Bruxelas durante a guerra contra a Prússia. Ao todo já se tinha em torno de 100 mil homens. Posteriormente Bismarck autoriza mais 170 mil homens com artilharia pesada para atacar o norte de Paris, local mais frágil da defesa da Comuna (COSTA, 1998).

Seu principal papel [Thiers] estava reservado para o desfecho da Comuna de Paris. O ancião contrarrevolucionário, corrupto e inescrupuloso solicitara permissão a Bismarck para liberar os prisioneiros de Sedan e Metz, conseguindo, desse modo, que mais de 80 mil soldados adensassem as hostes de Versalhes. Deixou expresso aos prussianos que esse aumento no número de suas tropas era para uso exclusivo da repressão aos operários e operárias de Paris (MARX, 2011, p.14).

Um acordo entre França e Prússia para aumentar o número de soldados livres logo após a derrota da França e assinatura do armistício, não seria um acordo feito por uma nação que estava focada na expansão e manutenção de sua hegemonia no território europeu. Tal ação ao ser colocada exclusiva para Paris revela a face animalesca do processo revolucionário liderado por Thiers. Um exército com este poder de fogo, alimentados por propagandas que colocavam os *communards* como vilões causadores de retrocesso histórico na civilização, lutando contra uma classe operária cheia de trabalhadores, mulheres e crianças que não tinham nenhuma formação militar.

Após a liberação dos soldados, o principal trabalho necessário era motivar os soldados para o confronto com os manifestantes de Paris. No primeiro momento a estratégia era melhorar a qualidade de vida. Posteriormente um trabalho intenso e massivo de denúncias contra a Comuna com uma propaganda de ataque ao regime que mantinha Paris. De acordo com as propagandas a Comuna era contra a autoridade, religião e propriedade. “Os *communards* eram apresentados como a escória da sociedade, ex-condenados, bêbados, vagabundos e ladrões, estrangeiros com liberdade para as tramas

diabólicas organizadas pela Internacional, talvez em conluio com a Alemanha” (MERRIMAN, 2015, p. 81).

A restauração do moral dos soldados era um fator preponderante e a invasão de Paris não seria uma tarefa simples. Do outro lado a guarda Nacional também tinha problemas em manter a sua defesa. Com uma liderança limitada e por condições difíceis de manutenção, o desafio se tornava ainda maior. Por fim em abril temos o primeiro combate que fez com que as forças da Comuna se preocupassem com Thiers. Veio a segunda batalha no mesmo mês com mais uma vitória das tropas versalhesas tomando regiões estratégicas da defesa de Paris²⁵.

A disposição, e até mesmo ânsia, das tropas versalhesas para realizar execuções sumárias de *communards* capturados marcou um ponto decisivo precoce na história da Comuna de Paris. Deixou poucas dúvidas nas mentes de que o governo e os exércitos de Adolphe Thiers eram capazes de uma violência desenfreada e de que Paris tinha de ser defendida a todo custo (MERRIMAN, 2015, p. 85).

“Os Versalheses haviam começado a bombardear Paris em 2 de abril. [...] A Comuna estava sendo empurrada para um canto pela força do exército de Thiers, e parecia cada vez menos improvável que se recuperasse” (MERRIMAN, 2011, p.151). Este início de ataques colocou em cheque as dificuldades estruturais que a Comuna tinha para se manter diante dos ataques. Hospitais não tinham condições de atender a demanda de feridos, as perdas de combatentes eram grandes e as mulheres mais uma vez possuem um papel fundamental, seja no cuidar dos feridos, seja na frente de batalha e manifestações públicas. A Comuna que nasceu militarmente não tinha condições de se manter em suas defesas. A construção de barricadas em locais estratégicos era o principal meio de defesa; os exércitos de Thiers não paravam de avançar e aniquilar os *communards* por onde passara. “Thiers escrevera a seus *préfets*: O efeito moral é excelente” (LISSAGARAY, 1991, p.139). Fuzilamentos, assassinatos indiscriminados se torna prática comum.

O exército versalhês é chamado de “Exército da ordem” que luta contra os “bandidos” que tomaram Paris. Nessa perspectiva toda ação do exército vai ter um fator a mais para uso da força sem critérios (LISSAGARAY, 1991). A falta de planejamento militar da Comuna se tornava evidente a cada sessão para se falar do assunto visto que não se encontrava consenso e pessoas com conhecimento de guerra capaz de suprir as demandas das lutas armadas. A Comuna tinha problemas internos devido sua formação de

25 Nos anexos deste trabalho temos um mapa de Paris explicativo sobre as regiões da cidade.

diferentes grupos e ideologias, consequentemente, debates intensos e o não consenso entre grupos não resultava em pontos positivos para a Comuna.

As decisões para a luta contra Thiers eram deixadas de lado para as decisões diante das acusações entre aqueles que estavam no Hotel de ville. Todas estas tensões só traziam prejuízos à Comuna, a confiança do povo no movimento também estava se esvaindo. “Enquanto líderes da Comuna brigavam e tropas versalhesas se aproximavam da cidade, as elites parisienses esperavam, com a expectativa de que a Comuna chegasse ao fim sem nenhum problema para elas próprias” (MERRIMAN, 2011, p.166).

Enquanto isso o Exército de Thiers se colocava cada vez mais próximo de Paris e mais preparado para retomar a cidade. Com o auxílio de espiões, o foco em não permitir que se escape os líderes da Comuna “Thiers falava de maneira ainda mais ameaçadora, dizendo que era obrigado a ordenar ‘medidas terríveis’, porque no fundo de seu coração sabia que representava o que era ‘certo’ contra os ‘crimes’ dos *communards*” (MERRIMAN, 2011, p.169). Esta fala de Thiers se torna evidente nas ações do seu exército nos dias seguintes da chamada Semana Sangrenta, “ocasião em que foram travadas violentas batalhas, nas quais cada palmo de rua era disputado em encarniçada peleja” (COSTA, 1998, p.86).

Importante salientar que para além das propostas e melhores condições que a Comuna de Paris buscava para sua população, um dos pontos em questão que se torna central neste trabalho é a forma com que a resposta da burguesia e o governo de Thiers que se encontravam em Versalhes. A voracidade da semana sangrenta constata a contrarrevolução como um movimento em sua forma mais desumana. Ela se dá a partir de movimentos do governo de Thiers ao se aproximar de Paris por intermédio de informações das tropas que visualizavam as possibilidades de um ataque massivo e determinante para o futuro da Comuna. Versalhes planeja cada passo desses dias não só a fim de somente retomar Paris como também enviar uma mensagem a ameaça Comunista que crescera demasiadamente não só na França como em toda Europa.

A “Paris da Comuna só tem alguns dias de vida. Gravemos na história sua fisionomia luminosa” (LISSAGARAY, 1991, p.222). O grande ataque anunciado inicia. Desde a madrugada as tropas de Thiers avançam de diversos lados, a Comuna não estava preparada para tamanho ataque. As principais armas não estavam preparadas e de última hora organizam a emissão de munição e pessoas para defender pontos estratégicos. “Que

os bons cidadãos se levantem! Às barricadas! O inimigo está em nossos muros. Nada de hesitação. Avante pela Comuna e pela liberdade” (LISSAGARAY, 1991, p.240).

A Comuna cometeu vários erros, mas em todos os momentos tinha uma postura totalmente distinta à Versalhes. Enquanto o exército versalhês caminhava em direção aos principais pontos da cidade, a Comuna não tinha clara uma estratégia de combate, tão pouco uma comunicação entre as frentes de batalha que fossem capazes de serem ao menos uma resistência para a entrada dos versalheses. A forma encontrada para comunicação foram os cartazes espalhados pela cidade e, ainda assim numa perspectiva de convocar à luta um povo que independente das limitações não temem o que pode vir a acontecer. A mensagem nos cartazes em 22 de Maio eram disparadas diretamente para os soldados de Versalhes, dizendo:

Do povo de Paris aos Soldados de Versalhes:

Façam como seus irmãos fizeram em 18 de março! Unam-se ao Povo do qual vocês são parte. Abandonem os aristocratas, privilegiados e carrascos da humanidade, e o governo da Justiça será facilmente estabelecido.

Desertem!

Venham para nossas casas. Juntem-se a nossas famílias. Vocês serão acolhidos fraternalmente (...) O Povo de Paris não acredita que vocês sejam capazes de apontar suas armas contra as deles – um contato entre nós impedirá que isso ocorra, impedindo que suas mãos pratiquem esse ato fratricida.

Vocês são proletários como nós e não tem interesse algum na conspiração dos monarquistas, que bebem o seu sangue e o suor de nossas frentes (CHRISTIANSEN, 1994, p. 325).

Os Cartazes não obtiveram o êxito esperado. Além de bem preparados e alimentados, os soldados estavam supridos pela propaganda que não mudaria nenhum pensamento com apenas um cartaz (CHRISTIANSEN, 1994, p. 325). Como medida para contenção do avanço do exército de Versalhes, a princípio a construção de barricadas “Embora estivessem construídas em ruas estreitas e bloqueassem grandes praças e amplos bulevares, as barricadas não eram suficientes para repelir os versalheses por muito tempo” (MERRIMAN, 2015, p.191). De certa forma as barricadas mantinham a defesa das ruas até que soldados versalheses contornassem as barricadas e em prédios atiravam na barricada levando ao recuo da defesa da Comuna até os bairros mais afastados que tinham tipos de Fortalezas montadas (MERRIMAN, 2015).

O alto clero parisiense foi detido por combatentes da Comuna logo no início dos ataques de Versalhes em abril. Naquele instante havia diferenças entre as opiniões sobre o que fazer com os prisioneiros. A proposta da Comuna que permaneceu era dissuadir

Versalhes para interromper as execuções dos *communards*. Paris estava tomada por uma onda anticlerista, logo, o medo do que viria a acontecer tomava os prisioneiros. Durante a semana sangrenta e a queda das principais barricadas no centro de Paris, o destino dos prisioneiros em geral deveria ser decidido. A ira da massa militante exige uma sentença de morte a todos e assim aconteceu. A morte do arcebispo Darboy foi uma das maiores notícias propagandeadas e utilizada por Thiers como justificativa à intensificação do massacre em nome da “justiça”. (MERRIMAN, 2015). Marx chama a atenção diante das evidências da parcialidade dos jornais da época alertando Liebknecht a “não acreditar em uma só palavra. É tudo mentira e enganação. Nunca a vileza da escrevinhação burguesa de jornais se impôs com tanta evidência” (MARX, 2011, p.207).

Enquanto Versalhes avançava com 130 mil homens, a defesa da Comuna contava com cerca de 20 mil combatentes na semana sangrenta. “À medida que as tropas versalhesas avançavam, os soldados começaram a incendiar prédios para retardar o ataque. Em alguns casos o fogo era iniciado por granadas versalhesas [...]” (MERRIMAN, 2015, p, 200). A forma com que o exército atuava não era individualizada ou isolada de algum ou outro soldado, há alguns relatos de pessoas que vivenciaram o período da semana sangrenta. O poeta Paul Verlaine relata:

As horríveis represálias tinham apenas começado. O exército Versalhês, oficialmente sob o comando do general MacMahon, chefe obscuro da campanha franco-prussiana, foi autorizado, se não encorajado, a atirar para matar, sem restrições. Os homens se aproveitaram disso: franceses massacravam franceses e francesas com um espírito de vingança cego – as próprias testemunhas oculares mal podiam acreditar. Aqueles dias constituem um dos mais terríveis episódios do século XIX. Como tamanho ódio assassino pôde dominar os cidadãos de um país aparentemente civilizado e cristão? O que eles queriam matar realmente? (CHRISTIANSEN, 1994, p. 330).

Os revolucionários de maneira heroica tentam proteger cada rua sobretudo em bairros de operários com massiva participação de mulheres e crianças²⁶. “O dia radioso desponta sem um lampejo de esperança para a Comuna. [...] a ofensiva é impossível. A cidade não luta mais; apenas se debate” (LISSAGARAY, 1991, p.255)”. Como medida de proteção a Comuna de Paris determina a queima de casas em locais estratégicos que pudessem aumentar a resistência nas barricadas, tudo em consenso com os moradores que

26 Em Lissagaray (1991) temos detalhes sobre estes últimos suspiros da Comuna de Paris. Nele encontramos os jornais da época que se colocam constantemente em contradição ao afirmar como criminosa a ação dos *communards* ao incendiar os locais ao mesmo tempo em que Versalhes ateava fogo em pessoas sem precedentes.

eram avisados antes de qualquer ação. Tal posicionamento foi suficiente para o *Paris-Journal* acusar a Comuna como a causadora de todas as casas que foram queimadas e demolidas (MERRIMAN, 2015).

Entretanto em nenhum momento a Comuna utilizou os incêndios da maneira que era colocada no jornal. Apesar de Lissagaray (1991) afirmar que era melhor queimar do que entregar a Versalhes a cidade, e, Michel (1971) fazer afirmações semelhantes, a Comuna não tomou esta ação como uma medida a ser executada em grande escala como estava sendo feita pelo exército de Thiers (MERRIMAN, 2015).

A Paris operária, no instante de seu heroico auto-holocausto, envolveu em chamas edifícios e monumentos. Enquanto esquartejam o corpo vivo do proletariado, seus dominadores não devem mais alimentar a esperança de retornar triunfantemente à arquitetura intacta de seus domicílios. O governo de Versalhes grita: “Incendiários!” e sussurra essa palavra de ordem a todos os seus agentes, chegando à mais remota aldeia, incitando a população à caça de seus inimigos, por toda parte, como incendiários profissionais. E a burguesia do mundo inteiro, que complacentemente assiste a essa matança em massa depois da batalha, tem convulsões de horror ante a profanação do tijolo e do azulejo! (MARX, 2011, p.74).

Execuções sendo realizadas em meio às ruas e em locais sem combates, sem distinções entre combatentes ou não. O exército minava a vida de todos aqueles que se colocavam em sua frente. Eram milhares de soldados versalheses que em 24 horas tomaram um terço de Paris com pouca resistência por onde passava. As barricadas construídas pela Comuna pouco adiantaram na resistência, o recuo dos *communards* era constante. Em alguns momentos como após a última proclamação da Comuna, que chamava o povo para a luta, a resistência aumentava momentaneamente, principalmente pela participação de mulheres na frente de batalha, todavia não conseguiam obter sucesso em sua ação devido a confusão e falta de lideranças efetivas no campo de batalha (MERRIMAN, 2015).

Enquanto avançavam por Paris, soldados versalheses derrubavam a tiros *communards*, em pouco mais de dois dias metade de Paris já se encontrava tomada pelas forças versalhesas. Os *communards* já se preparavam para a iminente derrota (MERRIMAN, 2015, p. 176).

Quando Paris se prepara para a última luta, Versalhes está louco de alegria. A Assembleia reuniu-se cedo, Thiers não quis transferir a nenhum de seus ministros a glória de anunciar o massacre de Paris. É saudado freneticamente ao subir à tribuna. ‘A causa da justiça, da ordem, da humanidade e da civilização triunfou!’, gritou o homenzinho. ‘Os generais que lideraram a entrada em Paris

são grandes homens de guerra. A expiação será completa. Realizar-se-á em nome das leis, pelas leis, com as leis'. A câmara entende a promessa de carnificina e, em votação unânime, direita, centro, esquerda, clericais, republicanos e monarquistas decretam que o exército versalhês e o chefe do poder executivo prestaram relevantes serviços à pátria (LISSAGARAY, 1991, p.242).

No que tange lutar contra a classe trabalhadora, a burguesia não tem discussão. Ela é unânime, reconhece como heróis aqueles que cometem crimes contra a humanidade pois só é crime na medida em que se atenta contra seus interesses. A lei é imperativa quando ela é a vossa lei. Com a abertura de uma corte marcial, o Hotel de Ville, local onde a Comuna se reunia para tomar decisões, já não era seguro. A propaganda sobre os *communards* que mostrava os mesmos como assassinos e criminosos, se ampliou nesse período e as cortes marciais se tornaram pontos sangrentos de execuções. Logo nas primeiras horas da corte foi estimado a morte de 5 a 6 mil *communards* (MERRIMAN, 2011).

No quarto dia da semana sangrenta a liderança da Comuna já havia sido praticamente aniquilada. “Claramente a semana sangrenta proporcionou a oficiais franceses uma maneira de restaurar o moral e o prestígio depois da ingloria derrota na Guerra Franco-Prussiana e na tentativa de manter o controle sobre Paris em março” (MERRIMAN, 2011, p.265). O sangue revolucionário que conduz a humanidade à emancipação é derramado novamente. Não bastasse retomar a cidade, o exército se torna um pelotão de fuzilamento. (COSTA, 1998).

O massacre foi algo planejado por Thiers mesmo antes da tomada de Paris. As cortes marciais foram pensadas estrategicamente nas regiões que possibilitassem as execuções dos prisioneiros em pontos da cidade. Massacre este também que tinha recorte social, ou seja, não era apenas uma luta contra *communards*, era uma luta de classes. Merriman (2011) afirma que alguns se manteriam vivos conforme sua posição social convencendo os militares à manutenção apenas da prisão.

A Paris que Versalhes transformou não tem mais aparência civilizada: ‘é uma loucura furiosa’, escreve o *Siècle* da manhã do dia 26. ‘Não se distingue mais o inocente ao culpado. A suspeita está em todos os olhos. As denúncias proliferam. A vida dos cidadãos não vale mais do que um fio de cabelo. Por um sim, por um não, se é preso, fuzilado.’ [...] Os guardas da ordem saem e reinvidicam a honra de presidir os fuzilamentos. [...] As vítimas são empurradas para os pátios das administrações distritais, dos quartéis, dos edifícios públicos, onde se encontram os prebostes, e são fuzilados em massa. Se o fuzil não era suficiente, a metralhadora aniquilava. Nem todos morrem na hora [...] e são procurados nas ambulâncias para serem degolados (LISSAGARAY, 1991,269).

No meio do quinto dia de avanço das tropas versalhesas já não se encontrava resistência nas ruas de Paris. Prisões de todos os modos eram feitas e estes mesmos prisioneiros sem direito a defesa eram executados. Comboios de prisioneiros eram levados a Versalhes, mas dificilmente chegavam vivos o mesmo número de prisioneiros que saíam de Paris. Entre 35 a 40 mil pessoas foram feitas prisioneiras e em sua grande maioria não tiveram um julgamento. “Não podemos matar as ideias a tiros de canhão nem tão pouco algemá-las. O fim apressa-se tanto mais quanto o verdadeiro ideal surge, belo e poderoso, superior a todas as ficções que o precederam” (MICHEL, 1971, p. 8).

Os números divergem entre os autores, mas em todos há algo em comum, a enorme quantidade de pessoas executadas sem julgamento e a carnificina humana. O relatório oficial do governo falava em 17 mil pessoas, mas há estimativas de 35 mil (MERRIMAN, 2011). Segundo Coggiola (2011) em 28 de maio cai a última tentativa de resistência dos revolucionários. De acordo com o autor mais de quatro mil pessoas foram mortas em batalha e posteriormente mais de vinte mil foram executadas. Cerca de dez mil foram exiladas e mais de quarenta mil foram presas. No total foram mais de vinte mil vítimas só durante a semana sangrenta, ao todo por volta de 5% da população da cidade estava entre presos, fugitivos e mortos (COGGIOLA, 2011, p.174-175).

Nesses dias os massacres ganharam aquela furiosa intensidade, que em poucas horas deixou o Dia de São Bartolomeu muito para trás. Até então somente os Federados ou pessoas denunciadas haviam sido mortas; agora os soldados não viam amigo ou inimigo. Quando o Versalhês fixava os olhos em você, você tinha que morrer; quando ele revistava uma casa, nada escapava-lhe. *"Esses já não são mais soldados cumprindo um dever,"* disse um jornal conservador, *La France*. E de fato essas eram hienas, sedentas de sangue e de pilhagem. Em alguns lugares bastava ter um relógio para ser fuzilado. Os cadáveres eram revistados, e os correspondentes dos jornais estrangeiros chamavam esses roubos de *"o último confisco."* E no mesmo dia o sr. Thiers teve a afronta de dizer à Assembléia: *"Nossos valentes soldados conduzem-se de tal maneira a inspirar os países estrangeiros com a mais alta estima e admiração"*(LISSAGARAY, grifos da autora, 1991, p. 249).

De acordo com o Balanço Em “As Crônicas da Comuna” (1992) o balanço do massacre é:

- 30.000 fuzilados em Paris
- 1.900 fuzilados em La Roquette
- 36.309 condenados
- 93 penas de morte dentre as quais 23 executadas
- 251 condenações a trabalhos forçados
- 1.169 deportações em fortificações
- 3.417 deportações simples (Argélia, N. Caledônia)
- 1.247 reclusões

- 3.113 penas de prisão (VALLÈS *et al*, 1992, p. 299)

Os historiadores possuem divergências quanto a estes números, seja por falta de registros na época, seja por perdas de documentos. Fato é que o derramamento de sangue, as humilhações em público, torturas realizadas e julgadas por tribunais de conselhos de guerra criados especialmente durante a semana sangrenta, são as manifestações concretas da contrarrevolução burguesa que se faz de maneira pensada, não na base da emoção, mas na base das escolhas por aqueles que fazem parte da trama. “Thiers era a favor do ‘máximo rigor’ para assim proferir sua célebre frase: ‘O socialismo está acabado por muito tempo’” (LISSAGARAY, 1991, p.283).

Para Hobsbawm (2014) a ocorrência da Comuna de Paris representou a possibilidade, a demonstração fatídica para futuras insurreições, ainda que fossem insurreições com menor expressividade, denotam temor e incertezas sobre as classes capitalistas e Estados. Basicamente estes acontecimentos significaram uma batalha entre aquilo que era real e as necessidades materiais da população e aquilo que estava legalmente justificado nas leis. A miséria e a falta de condições mínimas para a sobrevivência da classe trabalhadora se tornam ingredientes para a revolta de grupos por toda a Europa, levando a elite e suas classes no poder econômica e política a pensarem em maneiras de conter essa onda de levantes. Aos poucos concessões aos trabalhadores são dadas. Os direitos conquistados pela luta dos trabalhadores se tornam condição favorável para transformações na raiz das contradições capitalistas. “Os políticos talvez se resignassem a profilaticamente estender o direito ao voto, enquanto ainda eram capazes de controlá-lo, e não alguma extrema esquerda” (HOBSBAWM, 2014, p.138).

Logo na apresentação da edição utilizada neste trabalho do livro “A Guerra Civil na França” de Marx (2011), encontramos a contribuição de Ernst Mandel sobre a temática:

A Comuna de Paris, apesar do pouco tempo de que dispôs e apesar da timidez de que os seus proudhonianos deram prova perante o Banco da França, inaugurou a era da expropriação dos expropriadores ao decretar a socialização das fábricas abandonadas pelos patrões e ao instaurar um regime de autogestão operária. (...) A Comuna de Paris abriu um novo capítulo na tradição do internacionalismo proletário, apesar da sua origem jacobino-nacional. Forneceu assim um primeiro exemplo do processo de revolução permanente. Sabe-se que escolheu como estandarte a bandeira vermelha, a da república universal do trabalho. Sabe-se também o prestigioso papel que no seu seio desempenharam revolucionários estrangeiros como Frankel e Dombrowski (MANDEL apud MARX, 2011, p.20).

É importante salientar o caráter contrarrevolucionário das ações da burguesia. Ao analisarmos historicamente desde a concepção do Império de Napoleão III, ou seja, a forma mais decadente do império, se tornara a última possibilidade de poder Estatal. Este mesmo Estado seja na monarquia ou na república, se desenvolve para os interesses de classe por meio da divisão simples do trabalho. Essa divisão “tendo em seu ápice o poder estatal converteram-se, com o passar do tempo e em nome de seus próprios interesses, de servidores da sociedade em senhores desta” (ENGELS *apud* MARX, 2011, p. 196).

Essa estrutura estatal legitima através da jurisdição o distanciamento entre o trabalhador e aquilo que ele produz sem limitar a dominação social pelo Capital. Se já estava superada todas as formas limitantes da reprodução do Capital, era o momento de conservar e ampliar ideologicamente, legalmente e estruturalmente as condições necessárias de manutenção da ordem e do progresso.

A insurreição proletária, em Paris [...] apesar de suas debilidades, aborta as pretensões de restabelecimento da monarquia, pretendida pelos conservadores e reacionários majoritários na Assembléia Nacional. A Comuna foi decisiva para a vitória da República burguesa, marcando definitivamente um realinhamento das alianças de classes e da formação do novo bloco de poder, aristocrático-burguês. As diferentes frações da burguesia abandonam suas veleidades democráticas e assumem abertamente, enquanto classe, o campo da contrarrevolução. As classes proprietárias, temendo a possibilidade de uma República social hegemônica pelo proletariado, articulam esse novo bloco de poder pela lógica da contrarrevolução preventiva [...] Definitivamente estavam superados os antagonismos e as disputas entre a burguesia e a nobreza; e a República e a Monarquia. [...] a Comuna de Paris de 1871 surge num momento histórico de afirmação da sociedade capitalista e do projeto civilizatório burguês. Desde então, do ponto de vista histórico, a burguesia, unida ou não a outras classes proprietárias, assume o campo da contrarrevolução, desmascarando a mística tão brilhantemente elaborada e defendida, de que a sociedade burguesa-capitalista constitui o coroamento do desenvolvimento social e, portanto, a História, enquanto processo evolutivo, chegava ao fim. Por outro lado, encerra a denominada *Era das Revoluções Burguesas* (COSTA, 1991, p. 101-102).

O crime da Comuna estaria então em lutar contra as estruturas de poder que tinha frações da burguesia disputando sua dominação. Enquanto a República levanta a bandeira democrática estruturada e determinada pelo Estado burguês, a Comuna lançava programas de eleições diretas para servidores em todas as seções e salários fixos independente da função a fim de acabar com as carreiras políticas.²⁷ Enquanto a experiência da Comuna e a atualidade do seu debate se justificam e se atualizam pelo seu significado que é em sua concretude:

27 Sobre esse assunto ver em Engels *apud* MARX, 2011, p.196

a primeira demonstração revolucionária da política proletária, da forma de autoemancipação proletária (MARX, 2011), da autogestão das lutas que gera a autogestão social. A experiência comunarda foi execrada pela burguesia, caluniada pela intelectualidade, menosprezada pela burocracia, mas elogiada e celebrizada pelo proletariado e seus aliados, bem como por aqueles que expressam seus interesses. A Comuna de Paris manifestou um dos capítulos mais belos e mais feios da luta de classes entre burguesia e proletariado, belo pela ousadia e novo mundo esboçado, feio pela derrota e carnificina dos proletários parisienses. Nas ruas de Paris, e em outros lugares do mundo naquela época e ainda hoje, a Comuna é palco de luta de classes. Hoje a luta se dá em torno de sua interpretação, uns buscando se apropriar dela para justificar suas práticas e objetivos burocráticos, outros buscando resgatá-la para mostrar a possibilidade da emancipação humana (VIANA, 2011, p.77).

A atualidade da experiência da Comuna é tal qual que ela, por ser a primeira, se torna exemplo para futuros embates de classe e assim inspira e alerta a toda classe trabalhadora que caminha em direção a uma revolução proletária a cada momento histórico em que se acirra a luta de classes. Se a Comuna de Paris manifesta limitações, essas se dão não só pelo curto prazo como também fruto de uma sociedade que se dividia entre princípios socialistas e anarquistas, e, princípios republicanos.

No entanto, há uma diferença significativa no que tange a forma de se fazer a revolução. Enquanto a revolução burguesa pode aparecer de forma limitada, ou disfarçada mediante uma conservação das relações entre classes, a revolução proposta em experiências como a Comuna de Paris, propõem a alteração radical da ordem colocando a sociedade, as pessoas e suas necessidades como foco e objetivo final, cujo sistema de tomada de decisões sobre a produção e organização social são tidos a favor do homem e da mulher e não para subjulgá-los como mais um produtor de mais-valia ou consumidor daquilo que produziu e se estranha com seu produtor. A Comuna de Paris deve ser o frescor de novos tempos e honra ao sangue derramado pela causa proletária.

O debate sobre a Comuna exige reflexões de como um grupo formado com tamanhas divergências ideológicas, que dava sentido às ações daqueles que estavam à frente do movimento conseguiram se organizar e fazer desta experiência uma forma concreta de autogestão e organização social dos trabalhadores. As divergências entre as opiniões não seriam seu maior problema, a organização e a demora na tomada de decisão sim seria um problema.

Mesmo com a existência de limites com relação a esta organização dos trabalhadores, sobretudo na tomada de decisão quanto às táticas referentes a manutenção da Comuna como o não enfrentamento a Versalhes e a não tomada do Banco de Paris

quando oportuno, houve avanços e exibições das possibilidades no processo societário. Mesmo diante de tantas diferenças entre phroudonianos, comunistas, anarquista, blanquistas, dentre outros, o ideário anticapitalista era algo em comum. O problema estava em como administrar tamanhas diferenças juntas. Marx já chamava atenção:

“Parece-me que a Comuna perde tempo demais com ninharias e brigas pessoais. Vê-se que, nisso, ela sofre influências que não provêm dos trabalhadores. Não seria ruim se encontrassem tempo para recuperar o tempo perdido” (MARX, 2011, p.210).

A história é o processo que apresenta o momento revelador das formas desta emancipação, onde estas se realizam, tal como ocorrera na Comuna. As categorias reveladas por Marx estão em relação dialética e apontam para o processo de transformação da história, em especial das lutas sociais e de classes que são e continuam a ser o seu momento dinâmico, embora nem todas as transformações históricas no Ocidente se devam a elas, como é o caso da transição ao feudalismo, como hoje sabemos nos trabalhos de vários historiadores. A revolução política e a transição ao comunismo são momento fulcral da emancipação dos trabalhadores. Para que esta última ocorresse, tal como ficaria evidente na Comuna, duas condições se apresentaram: a destruição do poder político das classes dominantes, o estado, e a propriedade direta dos meios de produção pelos coletivos voluntários e conscientes de trabalhadores (FILHO *et al* 2017, p.16).

Este imbróglio ideológico se torna pano de fundo para a Comuna de Paris devido aos desdobramentos oriundos da força do movimento operário pós 1848, ou seja, as condições concretas que dão condições à luta dos *communards* define o caráter único do movimento na história da luta de classes. Diante de todo o contexto da Comuna se amplia os horizontes no que tange a luta de classes. Todo o imbróglio histórico que Paris fora cometido anterior à Comuna como a própria Revolução Francesa, a Primavera dos povos em 1848 e as crises institucionais entre os Impérios e a proclamação da república, se torna um ingrediente importante para os fatos ocorridos em Paris.

A Comuna de Paris expressa uma recusa a toda distribuição e organização social do capitalismo, é a experiência máxima de possibilidade de fim ao contraditório sistema que não coloca o ser humano como centro, mas sim a realização do Capital na forma de mais-valia²⁸. O Estado burguês e sua maneira de conduzir as estruturas de poder em prol da manutenção de seus privilégios foi colocada em cheque e, por mexer naquilo que é mais sagrado para a burguesia, a classe trabalhadora francesa é cometida a um massacre desumano como lição a todos aqueles que tentarem contra ela. Mas a partir da Comuna de

28 Há mediações em todas estas categorias sobre como cada uma atua e sua dinâmica no sistema capitalista. No início do trabalho já falamos sobre algumas delas e as demais estão no Volume I de O Capital de Marx.

Paris a luta de classes entrou numa nova fase (MARX, 2011). Através dela se tem um novo ponto de partida e será ensinamentos para o futuro na história da luta de classes.

3.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a revolução é sempre um momento de alteração drástica na realidade e estrutura vigente na civilização humana e a contrarrevolução é sempre seu contrário objetivando a manutenção do *status quo*, temos na experiência da Comuna, uma forma madura de construção e possibilidade concreta da tomada de poder pelos trabalhadores e uma forma absurda de resposta da burguesia para manter seus privilégios. Pautando o destino da população coletivamente e buscando a superação das contradições deixadas pela queda do Império e surgimento de uma República que realizava a manutenção das condições arcaicas do *modus operandi* do Estado e da relação de miséria que vivia a população parisiense. A Luta, portanto, aparece como uma luta de negação da estrutura governamental, mas a essência se mostra uma luta contra o sistema capitalista que, independente se era república ou Império, era o cerne das relações de classes proletária e capitalista.

Para Lenin (2012) a Comuna foi um acontecimento sem precedentes. Ao sair de Paris, o governo de Thiers se torna fugitivo do proletariado que toma o poder em suas mãos. No entanto ele chama atenção ao colocar a necessidade de uma matriz socialista no seio da Comuna para que ela obtivesse maior êxito. Diante de tamanha diversidade não havia um consenso quanto a postura ideológica da Comuna. E para o líder da Revolução Russa, a única forma de se ter um domínio político de uma classe sem posse das condições econômicas ideais é romper com as cadeias que o capital a prende, ou seja, ir a luta contra o regime de dominação burguesa e suas bases sociais indo atrás dos fugitivos até Versalhes.

Por fim, em Lênin (2012), são necessárias duas condições para o sucesso de uma revolução na conjuntura moderna. O alto desenvolvimento das forças produtivas a ponto de suprir as necessidades básicas da classe trabalhadora e uma classe trabalhadora preparada para tal como vemos em O Estado e a Revolução. A França estava com o capitalismo ainda em desenvolvimento, a classe operária também estava em formação iniciando as reuniões em clubes nos aglomerados urbanos, portanto nem os próprios objetivos talvez estivessem claros e a possibilidade de realizá-los.

Mesmo assim foi a classe que deu voz e ação à Comuna de Paris, primeira experiência concreta da tomada de poder pelos trabalhadores. O que faltou foi tempo para realizar seu programa de medidas para a população (Lênin, 2012). Seu tempo de vida foi utilizado mais em sua defesa do que no desenvolvimento dos seus projetos pois o governo

escondido em Versalhes, apoiado por toda burguesia europeia, planeja um ataque hostil a Paris.

A resposta a classe trabalhadora que lutava por melhores condições de vida foi um massacre. A contrarrevolução se apresenta como um mecanismo também que vai além da retomada de poder de Paris, é também uma estratégia orquestrada para suprimir a evolução do socialismo e comunismo na Europa que se fazia cada vez mais forte. A forma com que a Semana Sangrenta se dá tem um motivo claro de servir como exemplo para reduzir as possibilidades de futuros movimentos que possam vir a se manifestar contrários ao sistema que vai além da própria forma de governabilidade. “O massacre dos *comunnards* significou a vitória da contrarrevolução, marcando o início de uma fase do capitalismo prenunciadora do que Lenin chamará imperialismo” (MUNIZ *apud* ORSO *et al*, 2002, p.46).

Se a Revolução altera a estrutura da sociedade concretamente, a contrarrevolução é uma forma imposta de manifestação da busca incessante de manutenção de poder político e econômico por uma classe. Ao se colocar enquanto um movimento revolucionário em seu período histórico a resposta a este movimento chega com ordens de se tornar a lição para aqueles que tentarem algo parecido no futuro. A forma pela qual Versalhes ataca Paris vai além do que a mera proposta de retomada da cidade. Era uma manifestação concreta de luta de classes contra a própria proposta de emancipação humana.

Essa dialética explica-se pelas determinações econômicas, sociais e políticas da propriedade privada dos meios de produção, graças à qual a burguesia se torna, a um tempo, a classe possuidora mais poderosa e mais hipócrita da história das civilizações fundadas na estratificação social. Ela proclama uma utopia, a do seu período de ascensão (efetivamente revolucionária), e pratica uma ideologia de mistificação sistemática nas relações entre meios e fins (a de seu período de consolidação), indispensável para que ela pudesse ser modernizadora, em um nível, e conservadora, reacionária ou ultra-reacionária, em outro (o que começa a ocorrer com uma rapidez incrível e muito antes do desmascaramento inevitável, produzido pela guerra sem quartel contra a Comuna). Esse é o protótipo que se generaliza e que confere à dominação burguesa sua realidade política. A sua face oculta mais profunda iria aparecer mais tarde, através do fascismo, da ‘democracia forte’ e da autocracia burguesa e se disseminaria com enorme intensidade na periferia do mundo capitalista. A história caminhava, no Ocidente, na direção de uma cadeia de ferro. E a lógica dessa evolução provinha da incapacidade da burguesia de livrar-se dos ‘imperativos’ da propriedade privada. Ela não podia ser ‘uma coisa ou outra’. Tinha de caminhar conciliando modernizações sucessivas e uma consciência de classe conservadora crescentemente mais estreita, mais perigosa e mais perniciosa (FERNANDES, 1976, p.21-22).

Fernandes vai apontar aqui uma das estruturas pelas quais o modo que a burguesia age e se contradiz com aquilo que ela mesma um dia brandou para se libertar das amarras do feudalismo. A história vai nos mostrar e juntamente a ela a teoria sobre o capitalismo em Marx em O Capital, que o próprio sistema em si possui contradições e limites que o põe em cheque sob a necessidade da reprodução e produção do capital. Portanto estas fissuras do sistema são também as mesmas que o mantém. Nesse sentido, da mesma forma que a classe burguesa age para superar estas fissuras ela, por meio dos movimentos contrarrevolucionários, também o podem ampliar, neste caso, pela justificação da necessidade da sua manutenção de poder político, como é o caso do período da Comuna de Paris.

Explicamos. Desde a Revolução Francesa, o país vivia crises constantes econômicas e institucionais como vemos em Hobsbawm (2014). A cada crise destas tivemos um movimento de frações da classe burguesa a fim de tomar o poder da máquina estatal e da estrutura vigente e posteriormente temos levantes populares, ora incitados pela pequena burguesia, ou por grupos revolucionários como os blanquistas, anarquistas, comunistas, dentre outros. Era o período, como já dito, de pujança destes grupos e a formação da classe trabalhadora. Assim se dá início a atividades como clubes de discussão (LISSAGARAY, 1991), formação de unidades entre os trabalhadores que posteriormente dá indícios a levantes como a Primavera dos Povos e em seguida a Comuna de Paris.

Em todo este período a crise econômica aparece antes ou depois dos movimentos políticos. Nestas experiências, especificamente a Comuna de Paris, a crise econômica e política eclodia antes de seu surgimento e a burguesia não estava em condições de responder a seus imperativos a fim de mitigar seus danos. A resposta foi uma guerra com a Prússia que aprofunda a miséria e as condições da população francesa. Assim, ao fazer acordos com a Prússia após sua derrota e reafirmar estes acordos para dar fim à Comuna de Paris, a burguesia francesa dá condições suficientes para arrastar o país em crises econômicas que vão se estender até o fim do século XIX.

Logo, chegamos a conclusão que a manifestação da contrarrevolução, seja através de um massacre como na Comuna de Paris, seja no período contemporâneo em esmagamento da classe trabalhadora através da eliminação dos seus direitos conquistados historicamente, é uma manifestação propícia para se criar fundamentos para sua próxima crise. Enquanto o massacre da Semana Sangrenta em Paris era vista por Thiers e seus

comparsas como uma lição para a classe trabalhadora, esta mesma classe se fortalece e amplia horizontes no ponto de vista da propagação das ideias comunistas.

Do ponto de vista da experiência da Comuna de Paris, a mesma se mostra à frente de seu tempo, não no sentido anacrônico na história, mas sim em tudo que representa. Ela não finda em seus 72 dias de existência, o seu maior legado está na universalidade e perspectiva histórica de uma nova revolução social. Seja para a história, seja para a classe trabalhadora ou capitalista; a proposta de uma luta pela emancipação humana ter alcançado tais avanços em pleno século XIX são superiores a qualquer crítica no que tange os erros existentes deste período.

Em Lenin (2012) atentamos na sua afirmação para apontar que o maior ensinamento da Comuna está ao nosso horizonte enquanto possibilidade real a partir de um programa voltado às demandas e determinações da classe trabalhadora e que seu caminho entre erros e acertos deve ser analisado, compreendido e superado para as próximas oportunidades para o desenvolvimento do governo dos trabalhadores com e para eles.

O debate em torno da Comuna de Paris possibilita a crítica sobre suas ações a fim de encontrar meios de superação dos limites para sua realização. Limites estes que independem do tempo pois os *communards* não tiveram sequer tempo para avançar nas propostas colocadas. A contrarrevolução em sua forma barbara surge com o objetivo de extirpar a experiência comunista e tudo aquilo que era oriundo da Comuna de Paris.

Após a derrota para Bismarck, Bonaparte some e deixa a Comuna como o acontecimento que finalizara seu ciclo. Thiers ao tentar se impor à Guarda Nacional dá as condições necessárias para que a classe trabalhadora francesa provasse que o próximo passo seria a revolução proletária. O poder nas mãos do proletariado se mostrou que ainda não era tempo mesmo após as experiências de 1848. A Comuna tinha então a luta interna entre os partidos que a comandava, ao mesmo tempo era entregue ao fuzilamento sem medidas do exército da ordem. “E, assim, a vitória dada de presente em 1871 foi tão estéril quanto o ataque de surpresa de 1848” (ENGELS, 2008, p.48-49).

Thiers e seus seguidores acreditavam que o fim da Comuna representava o fim dos trabalhadores que combatiam a estrutura social de classes. “Conforme Marx tinha previsto, a guerra de 1870-1871 e a derrota da Comuna deslocaram por momentos o centro de gravidade do movimento operário europeu da França para a Alemanha” (ENGELS, 2008, p.49). O desenvolvimento industrial nas terras alemãs era rápido, o que propiciou o

crescimento rápido também do movimento operário por lá que posteriormente será deslocado para a Rússia no início do século XX.

Além de não ser algo unânime, ou fruto de hegemonia política ou cultural que fosse capaz de substituir a estrutura burguesa vigentes oriundos do iluminismo. O ponto em questão para o autor é que a população de Paris convivía de maneira intensa com as situações e experiências revolucionárias além do acesso aos diversos grupos políticos que exerciam influência na formação do proletariado. Algo sim estava de maneira universal, a questão da propriedade privada e individualismo burguês incomodava e gerava questionamentos e reprovações das diversas camadas sociais (MARX, 2011).

O que fica é o marco histórico e a construção de uma experiência através da organização popular de capacidade não só de sobrepor a luta de classes como também dar respostas aos imperativos da vida material, seja nas necessidades latentes, seja na necessidade da evolução da sociedade como um todo, abolindo e sobrepondo as estruturas políticas capitalistas que se colocam como último estágio no desenvolvimento social da humanidade mas que escancara suas limitações e contradições devido seu caráter e objetivo único de manutenção de poder conservador burguês que possui um horizonte revolucionário pequeno e finito.

A história constata que todos esses desdobramentos da contrarrevolução, notadamente os políticos, ocorrem em potência. Ou seja, não são uma certeza absoluta; nem uma lei tal como a gravidade. Tanto em relação à burguesia, quanto em face dos trabalhadores, precisam de organização consciente e com certo grau de decisão, imprescindíveis aos objetivos de cada uma das classes antagônicas.

Continuemos este breve exercício sobre o período histórico estudado neste trabalho com outros detalhes. O processo revolucionário pós Revolução Francesa conectada à Revolução industrial se torna um processo revolucionário autêntico, capaz de alterar a ordem vigente. A partir de então temos um processo de progresso contínuo da teoria política, no entanto, ela está a serviço e dividida entre as classes que compõe a sociedade. A teoria política e social que está como *mainstream* está a serviço da classe burguesa que, em detrimento de seus interesses, situa a política em subsunção aos interesses econômicos. É o capital e sua necessidade de ampliação e realização que faz da política o seu braço dominador entre as classes.

Esse mecanismo em ação encontra entraves como a revolução de 1848 e a derrocada da Primavera dos povos, o que parecia ser o fim do processo revolucionário. A

história vai ensinar que após este período a economia europeia vive momentos que traçam dois caminhos que partem de uma mesma sociedade. De um lado a ampliação e reprodução do capitalismo nunca estiveram tão evidentes. No desenvolvimento político e social o caminho é de quedas, idas e vindas, que caracterizam a contrarrevolução em seu estilo burguês. A mesma burguesia das ideias iluminadas e dos ideais como democracia é a mesma do massacre dos *communards*.

Na experiência brasileira a contrarrevolução tem sua especificidade pois se coloca contrária no primeiro momento a revolução burguesa no Brasil, principalmente a partir de 1964 através do golpe militar. Após a ditadura militar a contrarrevolução política atua através do aprofundamento das contradições e das condições da classe trabalhadora. Na realidade brasileira especificamente, a luta entre as frações da burguesia possui um importante papel pois ele dimensiona as tensões de classe juntamente com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Nesse sentido, o processo de contrarrevolução é dominado por uma parcela da burguesia que é voraz na destruição de perspectivas nacionais, democráticas e algumas conquistas que a classe trabalhadora possui na realidade brasileira a cada ciclo econômico ou de governo ou qualquer outro que, venha a ser uma proposta de melhores condições para a classe trabalhadora dentro da ordem vigente. A categoria contrarrevolução está numa perspectiva não só contrária a alguma tendência de aprofundamento de temas sob a revolução burguesa no Brasil como também a qualquer medida fuja de qualquer interesse das posições neoliberais. A contrarrevolução não só gera tendências diretas à futuras crises do capital como também uma crise final do modo de produção capitalista.

Momento este que Meszáros (2011) trabalha e citamos no início deste trabalho. São criadas condições insustentáveis para esta burguesia que ao longo dos tempos toma medidas para reafirmar sua posição de poder que gera contradições e antagonismos de classes ainda maiores. Assim se criam armadilhas, como a armadilha do progresso, que avança excessivamente em uma estrutura limitada. “A estrutura de classes da sociedade capitalista delimita a natureza do drama burguês: o raio de revolução histórico da burguesia é fechado e estreito, esgotando-se rapidamente ao longo da conquista e da consolidação do poder” (FERNANDES, 1976,p.20).

Com o fim da Comuna de Paris a burguesia chancela o fim de seu potencial revolucionário. Suas decisões são tomadas pela forma burguesa de pensar que é ditada pela reprodução ampliada do capital e pela manutenção da impossibilidade do poder estar

nas mãos do proletariado (FERNANDES, 1976). A contrarrevolução burguesa na experiência contemporânea possui uma máscara que não desmistifica a sua essência.

Sua ação numa nova perspectiva, mantém a mesma natureza de divisão de classes e desinteresse sobre as tarefas que a revolução burguesa clássica traz para esta parcela da sociedade que, ao se colocar como elite, não se preocupa em responder as questões sociais que em outras experiências possuem um trato distinto. A formação do povo brasileiro, sua economia e política vão levar a todo desenvolvimento social um mesmo traço desigual e combinado desta mesma oligarquia que com o passar do tempo toma-se novos papéis, mas com os mesmos participantes.

ANEXOS

ANEXO 1 - Decretos da Comuna de Paris de 1871

Artigo I. As velhas autoridades de tutela, criadas para oprimir o povo de Paris, são abolidas, tais como: comando da polícia, governo civil, câmaras e conselho municipal. E as suas múltiplas ramificações: comissariados, esquadras, juízes de paz, tribunais etc. são igualmente dissolvidas.

Artigo II. A comuna proclama que dois princípios governarão os assuntos municipais: a gestão popular de todos os meios de vida colectiva; a gratuidade de tudo o que é necessário e de todos os serviços públicos.

Artigo III. O poder será exercido pelos conselhos de bairro eleitos. São eleitores e elegíveis para estes conselhos de bairro todas as pessoas que nele habitem e que tenham mais de 16 anos de idade.

Artigo IV. Sobre o problema da habitação, tomam-se as seguintes medidas: expropriação geral dos solos e sua colocação à disposição comum; requisição das residências secundárias e dos apartamentos ocupados parcialmente; são proibidas as profissões de promotores, agentes de imóveis e outros exploradores da miséria geral; os serviços populares de habitação trabalharão com a finalidade de restituir verdadeiramente à população parisiense o carácter trabalhador e popular.

Artigo V. Sobre os transportes, tomam-se as seguintes medidas: os ônibus, os trens suburbanos e outros meios de transporte público são gratuitos e de livre utilização; o uso de veículos particulares é proibido em toda a zona parisiense, com exceção dos veículos de bombeiros, ambulâncias e de serviço à domicílio; a Comuna põe à disposição dos habitantes de Paris um milhão de bicicletas cuja utilização é livre, mas não poderão sair da zona parisiense e de seus arredores.

Artigo VI. Sobre os serviços sociais, tomam-se as seguintes medidas: todos os serviços ficam sob controle das juntas populares de bairro e serão geridos em condições

paritárias pelos habitantes de bairro e os trabalhadores destes serviços; as visitas médicas, consultas e assistência médica e medicamentos serão gratuitos.

Artigo VII. A Comuna proclama a anistia geral e a abolição da pena de morte e declara que a sua acção se baseia nos seguintes princípios: dissolução da polícia municipal, dita polícia parisiense; dissolução dos tribunais e tribunais superiores; transformação do Palácio da Justiça, situado no centro da cidade, num vasto recinto de atracção e de divertimento para crianças de todas as idades; em cada bairro de Paris é criada uma milícia popular composta por todos os cidadãos, homens e mulheres, de idade superior a 15 anos e inferior a 60 anos, que habitem o bairro; são abolidos todos os casos de delitos de opinião, de imprensa e as diversas formas de censura: política, moral, religiosa etc; Paris é proclamada terra de asilo e aberta a todos os revolucionários estrangeiros, expulsos [de suas terras] pelas suas idéias e acções.

Artigo VIII. Sobre o urbanismo de Paris e arredores, consideravelmente simplificado pelas medidas precedentes, tomam-se as seguintes decisões: proibição de todas as operações de destruição de Paris: vias rápidas, parques subterrâneos etc; criação de serviços populares encarregados de embelezar a cidade, fazendo e mantendo canteiros de flores em todos os locais onde a estupidez levou à solidão, à desolação e ao inabitável; o uso doméstico (não industrial nem comercial) da água, da electricidade e do telefone é assegurado gratuitamente em cada domicílio; os contadores são suprimidos e os empregados são colocados em atividades mais úteis.

Artigo IX. Sobre a produção, a Comuna proclama que: todas as empresas privadas (fábricas, grandes armazéns) são expropriadas e os seus bens entregues à colectividade; os trabalhadores que exercem tarefas predominantemente intelectuais (direção, gestão, planificação, investigação etc.) periodicamente serão obrigados a desempenhar tarefas manuais; todas as unidades de produção são administradas pelos trabalhadores em geral e diretamente pelos trabalhadores da empresa, em relação à organização do trabalho e distribuição de tarefas; fica abolida a organização hierárquica da produção; as diferentes categorias de trabalhadores devem desaparecer e desenvolver-se a rotatividade dos cargos de trabalho; a nova organização da produção tenderá a assegurar a gratuidade máxima de tudo o que é necessário e diminuir o tempo de trabalho. Devem-se combater os gastadores

e parasitas. Desde já são suprimidas as funções de contramestre, cronometrista e supervisor.

Artigo X. Os trabalhadores com mais de 55 anos que desejem reduzir ou suspender sua atividade profissional têm direito a receber integralmente os seus meios de existência. Este limite de idade será menor em relação a trabalhos particularmente custosos.

Artigo XI. É abolida a escola “velha”. As crianças devem sentir-se como em sua casa, aberta para a cidade e para a vida. A sua única função é a de torná-las felizes e criadoras. As crianças decidem a sua arquitetura, o seu horário de trabalho e o que desejam aprender. O professor antigo deixa de existir: ninguém fica com o monopólio da educação, pois ela já não é concebida como transmissão do saber livresco, mas como transmissão das capacidades profissionais de cada um.

Artigo XII. A submissão das crianças e da mulher à autoridade do pai, que prepara a submissão de cada um à autoridade do chefe, é declarada morta. O casal constitui-se livremente com o único fim de buscar o prazer comum. A Comuna proclama a liberdade de nascimento: o direito de informação sexual desde a infância, o direito do aborto, o direito à anti-concepção. As crianças deixam de ser propriedades de seus pais. Passam a viver em conjunto na sua casa (a Escola) e dirigem sua própria vida.

Artigo XIII. A Comuna decreta: todos os bens de consumo, cuja produção em massa possa ser realizada imediatamente, são distribuídos gratuitamente; são postos à disposição de todos nos mercados da Comuna.

Extraído da Introdução do livro *Escritos sobre a Comuna de Paris* Disponível em: <http://aspalavrassaoarmas.blogspot.com.br/2011/09/decretos-da-comuna-de-paris-de-1871.html>. Acesso em: 03/01/2018.

ANEXO 2 - Os dias da Comuna

1.Considerando nossa fraqueza os senhores forjaram
Suas leis para nos escravizarem.
As leis não mais serão respeitadas
Considerando que não queremos mais ser escravos.

Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e com canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria do que a morte.

2. Consideramos que ficaremos famintos

Se suportarmos que continuem nos roubando
Queremos deixar bem claro que são apenas vidraças
Que nos separam deste bom pão que nos falta.
Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e canhões
Nós decidimos, de agora em diante
Temeremos mais a miséria que a morte.

3. Considerando que existem grandes mansões
Enquanto os senhores nos deixam sem teto
Nós decidimos: agora nelas nos instalaremos
Porque em nossos buracos não temos mais condições de ficar.
Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e canhões
Nós decidimos, de agora em diante
Temeremos mais a miséria do que a morte.

4. Considerando que está sobrando carvão
Enquanto nós gelamos de frio por falta de carvão
Nós decidimos que vamos toma-lo
Considerando que ele nos aquecerá
Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e canhões
Nós decidimos, de agora em diante
Temeremos mais a miséria do que a morte.

5. Considerando que para os senhores não é possível
Nos pagarem um salário justo
Tomaremos nós mesmos as fábricas
Considerando que sem os senhores, tudo será melhor para nós.
Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria que a morte.

6. Considerando que o que o governo nos promete

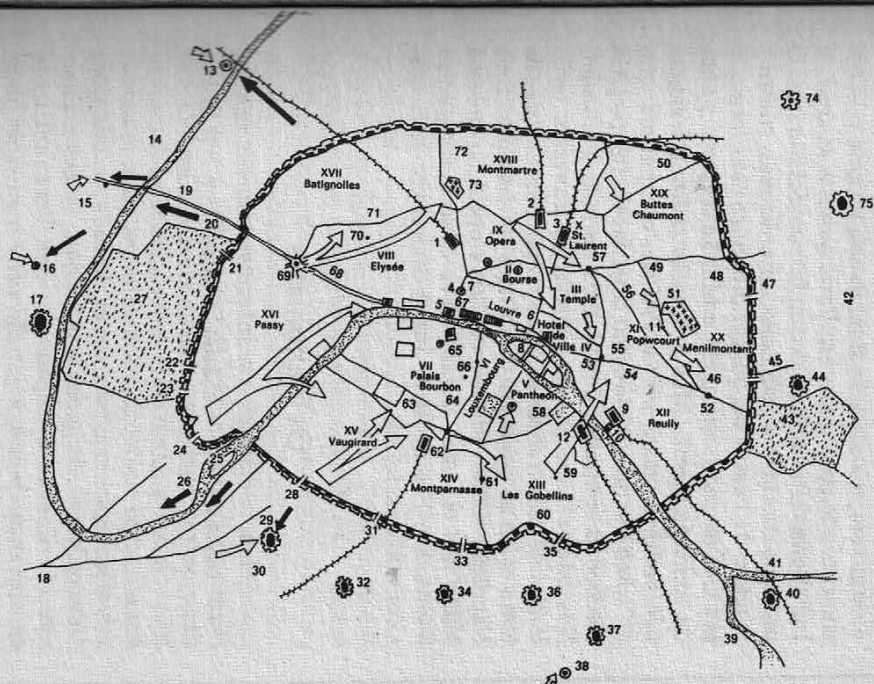
Está muito longe de nos inspirar confiança
Nós decidimos tomar o poder
Para podermos levar uma vida melhor.
Considerando: vocês escutam os canhões
Outra linguagem não conseguem compreender
Deveremos então, sim, isso valerá a pena
Apontar os canhões contra os senhores!

Bertold Brecht - Com o título “Resolução”, este poema encerra a seção 3 da peça Os dias da Comuna que Brecht escreveu em 1948-1949, traduzida para o português por Fernando Peixoto. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/149803-1> Acesso em: 02/05/2018

ANEXO 3 - Mapa de Paris com legenda

Mapa da cidade com os principais locais das batalhas e os fortes da periferia, na frente do cinturão fortificado. Os algarismos romanos correspondem aos 20 subdistritos (arrondissements). As setas cheias correspondem às ações das forças militares da Comuna fora da cidade. As vazias correspondem às linhas de penetração do exército de Versalhes em Paris.

- | | | |
|--------------------------------------|--|---------------------------------|
| 1 — Gare de St. Lazare | 26 — Billancourt | 51 — Cemitério de Père Lachaise |
| 2 — Gare Du Nord | 27 — Bois de Boulogne | 52 — Place Du Throne |
| 3 — Gare de L'Est | 28 — Porte de Versailles | 53 — Rue de Rivoli |
| 4 — Place de la Concorde | 29 — Fort d'Issy (Comuna de Paris) | 54 — St. Antoine |
| 5 — Place Vendôme | 30 — Chatillon | 55 — Place de la Bastille |
| 6 — Place Du Chatelet | 31 — Porte de Vanves | 56 — Voltaire |
| 7 — Palais Royal | 32 — Fort de Vanves (Comuna de Paris) | 57 — Chateau de L'Eau |
| 8 — Palais de Justice | 33 — Porte d'Orleans | 58 — Jardin des Plantes |
| 9 — Gare de Lyon | 34 — Fort de Montrouge (Comuna de Paris) | 59 — Place d'Italie |
| 10 — Presidio Mazas | 35 — Porte d'Italie | 60 — Butte-aux-Cailles |
| 11 — Presidio La Roquette | 36 — Fort de Bicêtre (Comuna de Paris) | 61 — Observatoire |
| 12 — Gare d'Orleans | 37 — Fort d'Ivry (Comuna de Paris) | 62 — Gare de Montparnasse |
| 13 — Asnières | 38 — Reboto de Moulin-Saquet (Comuna de Paris) | 63 — École Militaire |
| 14 — La Seine | 39 — La Seine | 64 — Palais Bourbon |
| 15 — Courbevoie | 40 — Fort de Charenton | 65 — Legion d'Honneur |
| 16 — Reuil | 41 — La Marne | 66 — Croix Rouge |
| 17 — Fort Mont-Valerien (Versailles) | 42 — Zona de Ocupação Prussiana | 67 — Jardin des Tuilleries |
| 18 — Versailles | 43 — Bois de Vincennes | 68 — Champs Elisées |
| 19 — Av. de Neuilly | 44 — Fort de Vincennes | 69 — L'Étoile |
| 20 — Porte de Maillot | 45 — Rue de Paris | 70 — Parc Monceau |
| 21 — Porte Dauphine | 46 — Montreuil | 71 — Av. des Batignolles |
| 22 — Porte de Passy | 47 — Menilmontant | 72 — Buttes de Montmartre |
| 23 — Porte Auteil | 48 — Rue de Haxo | 73 — Cemitério |
| 24 — Porte de Saint-Cloud | 49 — Belleville | 74 — Fort d'Aubervilliers |
| 25 — Point Du Jour | 50 — La Villette | 75 — Fort de Romainville |



Fonte: GONZALEZ, 1981, p. 5

ANEXOS 4 – Luta pela proclamação da Comuna em frente ao Hotel de Ville



FONTE: Disponível em:

<http://levantepopulardajuventude.blogspot.com.br/2011/03/comuna-de-paris-140-anos-do-assalto-ao.html> acessado em: 15/12/2017.

ANEXO 5 – Cartaz sobre a Comuna



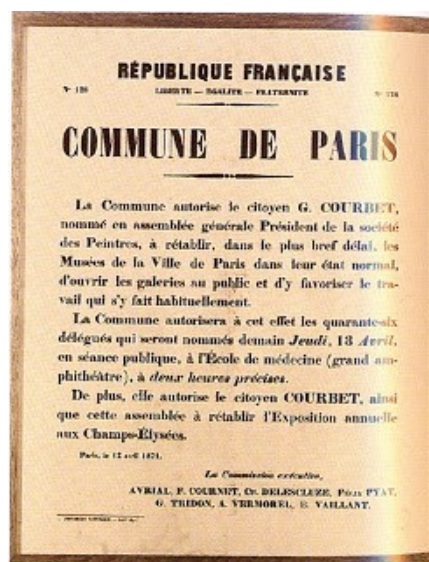
FONTE: Cartaz da Comuna. Disponível em: <http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/comuna-de-paris-1871-o-assalto-aos-ceus.htm> Acesso em: 15/12/2017.

Anexo 6 - Barricada ou a espera – obra de André Devambez (1911)



Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/comuna-paris.htm>
Acesso em: 12/12/2017.

Anexo 6 – Um dos cartazes utilizados pela Comuna para comunicar as decisões tomadas.



Anexo 6 – Montagem contendo no primeiro quadro superior a esquerda: Cartaz utilizado pela Comuna, Quadro superior a direita: Foto da queda do monumento, fruto de

decisão da Comuna. Quadro inferior esquerdo: Barricada formada pela Guarda Nacional resistindo ao ataque de Versalhes. Quadro inferior direito: Outra barricada em formação.



Anexo 5 e 6 - FONTE: Disponível em: Em:
<http://artemazeh.blogspot.com.br/search/label/Comuna%20de%20Paris>. Acesso em:
12/12/2017.

Anexo 7 - *Siege de Paris: 1870–1871* (O cerco de Paris: 1870–1871) é um álbum de 110 fotografias tiradas por Auguste Bruno Braquehais (1823–1875), fotógrafo francês e pioneiro no fotojornalismo, que documenta o cerco e os efeitos do bombardeio e da destruição causada durante a Comuna de Paris. O álbum faz parte da coleção Thereza Christina Maria, compilada pelo imperador Pedro II, do Brasil, e doada por ele para a Biblioteca Nacional do Brasil.

Ministério das Finanças após bombardeio do exército de Thiers em Abril de 1871.



Comunnards fuzilados



Queda da Coluna



Hotel de Ville após ataque de Versalhes



Fonte: Essas e outras fotos são fonte disponível em: <https://www.wdl.org/pt/item/7086/>
Acesso em: 12/12/2017

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGOSTINHO, Santo. **De Magistro / Confissões**. 2.ed. - São Paulo: Abril cultural, 1980.

ALVES, Antônio José Lopes, **J. Chasin e a descoberta do estatuto ontológico da obra de Marx**; Verinotio; n. 9, Ano V, nov. 2008 – Publicação semestral – Edição Especial: J. Chasin.

ANDRADE, Everaldo de O., **A Comuna de Paris e a democracia dos conselhos**, dossiê Comuna de Paris 140 anos, Revista Espaço acadêmico, Nº118 – 2011, pag. 37-45 disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico> Acesso em: 20/11/2017.

ANDERY, Maria Amália Pie Abib... Et Al. **Para Compreender A Ciência: Uma Perspectiva Histórica**. 15 Ed. - Rio De Janeiro: Garamond 2006.

ARCARY, Valério, **A Comuna de Paris e a teoria da revolução em Marx**, 2009 publicado em: <http://orientacaomarxista.blogspot.com.br>, acesso em 10/12/2017.

ARNOULD, A. **Histoire populaire et parlementaire de la Commune de Paris**. Paris: Ed. Dittmar, 2006.

BARBOSA, Waldir. **A Comuna de Paris. Prelúdio das revoluções**. Publicado em: <https://marxismo21.org/a-comuna-de-paris/> Acessado em: 02/03/2017.

BOITO, Armando Jr. (Org.). **A Comuna de Paris na História** – São Paulo: Xamã, 2001.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Introdução à Seção Terceira do Livro III d'O Capital**. Disponível em: <http://carcanholo.com.br/?p=54> Acesso em: 10/12/2017.

CHASIN, J., 1937-1998; **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica** – São Paulo: Boitempo, 2009.

CHESNAIS, F. **A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século**. Economia e Sociedade, n. 15, p. 1-30, dez./1995.

CHRISTIANSEN, Rupert. Paris Babilônia: **A Capital francesa nos tempos da Comuna**: Tradução Valéria Rodrigues – Rio de Janeiro: Record, 1998.

COGGIOLA, Osvaldo. **A primeira internacional operária e a Comuna de Paris** – Revista Aurora Ano: V, nº8 pág. 165 – 183 – agosto de 2011- Marília-SP Disponível em: www.marilia.unesp.br/aurora acessado em 05/01/2018.

_____. (org.). **Escritos sobre a Comuna de Paris**. São Paulo: Xamã 2003.

COSTA, Silvio. **Comuna de Paris: O proletariado toma o céu de assalto** – Anita Garibaldi-SP: Divo Guissoni: Editora UCG: Goiânia, 1998.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: 2010.

_____. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ENGELS, Friedrich. Introdução de Friedrich Engels à edição de 1895. In.: MARX, Karl. A revolução antes da revolução. 1.ed. Vol.II, São Paulo: Expressão Popular, 2008. 440p. (Assim lutam os povos). p.37-62.

DEO Anderson, MAZZEO A.C., DEL ROIO Marcos (Org.) **Lenin**– Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015

FERNANDES, Florestan. **A revolução brasileira**. In: Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes: clássicos sobre a revolução brasileira. São Paulo: Expressão Popular, 2000 [1966].

_____. A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica. 3.ed. Rio: Zahar, 1987.

_____. **MARX, ENGELS. Historia**. Florestan Fernandes. (Org.). Trad. Florestan Fernandes. 3.ed. São Paulo: Ática. 1989. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. **O que é revolução?**. 3.ed., Vol.25, Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981. 121 p. (Coleção Primeiros Passos).

_____. Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil** – Ensaio de Interpretação Sociológica. 2.ed. Rio: Zahar, 1976.

FILHO, Paulo Alves de Lima; Novaes, Henrique Tahan; Macedo, Rogério Fernandes. (Orgs) **Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte**. Tradução: Leandro Konder. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FLORES, Rafael K. **Metabolismo social, valor e luta de classes: articulações necessárias para uma compreensão da natureza como bem comum**. NIEP-MARX - Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois, 2013 – Niterói-RJ Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142301/000992608.pdf?sequence=1>
Acesso em: 20/11/2017.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência da civilização industrial**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra V.12, 1979.

GONZALES, Horácio. **A Comuna de Paris: os assaltantes do céu**. Col. Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GONZÁLEZ, Juliana; P., LOZANO Carlos V. **Praxis y filosofía. Ensayos en homenaje a Adolfo Sánchez Vázquez**. México: Grijalbo. 1986.

HOBSBAWM, Eric J., 1917 – **A era dos impérios** – 21.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____, 1917 – **A era do Capital** – 21.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica 1** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 5.ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LENIN, Vladimir I. **A Comuna de Paris**. Seleção de textos de Gilson Dantas – Brasília: Editora Kiron, 2012.

_____. **O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. 1.ed.São Paulo: Boitempo, 2017.

LESSA, Sergio & TONET, Ivo, **Introdução à filosofia de Marx**; 2.ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

LISSAGARAY, H. PROSPER OLIVIER. **História da Comuna de 1871**. Tradução: Sieni Maria Campos - São Paulo: Ensaio, 1991.

LOWY, Michael. **A teoria da revolução no Jovem Marx**. Tradução: Anderson Gonçalves. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

_____. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses sobre o conceito de história**. Tradução: Wanda Nogueira Caldeira Branr - Sao Paulo: Boitempo, 2005.

LÚKACS, Gyorgy. **História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista**: Tradução: Rodnei Nascimento – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACIEL, David – **Marx e a Comuna de Paris** - Artigo publicado no Dossiê Temático “Os 140 anos da Comuna de Paris (1871)” da revista *História Revista*, volume 16, nº 2, Goiânia: Programa de Pós-graduação em História/UFG, julho/dezembro de 2011, p. 151-175.

MARINI, Rui M. **Dialética da Dependência**. 1 ed. Versão digitalizada conforme publicado em "Ruy Mauro Marini: Vida e Obra", Editora Expressão Popular, 2005. Orgs. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile. Disponível em: www.centrovictormeyer.org.br
Transcrição: Diego Grossi HTML: Fernando A. S. Araújo. Acesso em: 06/01/2018.

MARTORANO, Luciano C., **Este artigo é uma versão modificada de palestra apresentada no V Colóquio Internacional MarxEngels**, organizado pelo

Cemarx/Unicamp em novembro de 2007; faz parte do capítulo 1 da Tese de Doutorado Conselhos e Democracia: em busca da socialização e da participação, defendida no Iuperj/RJ Disponível em:

<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos.../artigo163Artigo2.pdf>

Acesso em: 05/12/17.

MARX, Karl. **A burguesia e a contrarrevolução**. Tradução: José Chasin, M. Dolores Prades, Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora Ensaio, 1987.

_____. **A ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **Manifesto comunista**. Org. de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon**; tradução de José Paulo Netto. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O trabalho alienando**. In.: Marx, K. Manuscritos econômico-filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1963.

_____. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os economistas).

_____. **Os despossuídos**. Tradução Mariana Echalar e Nélcio Schneider. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. tradução e notas Nélcio Schneider; prólogo Herbert Marcuse - São Paulo : Boitempo, 2011.

_____. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e Lucro; O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Tradução Mário Duayer e Nélcio Schneider – São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDES, Samanta C. **A Comuna de Paris segundo Louise Michel**, dossiê Comuna de Paris 140 anos, Revista Espaço acadêmico, Nº118 – 2011, pag. 37-45. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico> Acesso em: 20/11/2017.

MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris – 1871: origens e massacres**. Rio de Janeiro: anfiteatro, 2015. 397p.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: rumos a teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **A reorientação marxiana do método**; Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 5-20, ago.2010 - ISSN: 1676-2584 Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art01_38e.pdf Acesso em: 25/08/2017.

_____. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MICHEL, Louise. **A Comuna 1**. Lisboa. Editorial Presença, 1971.

MULLER, Marcos Lutz. **Exposição e Método Dialético em “O Capital”**. In: Marx. Boletim SEAF-MG, v. 2,. Belo Horizonte, 1983, p.17-41.

NETTO, José Paulo 1947- **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. São Paulo : Expressão Popular, 2011.

_____. (Org.). **Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015

OLIVEIRA, Marcos M.s & ALMEIDA, Maycon B. **Reflexões sobre o método de Marx em Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes**, VIII Colóquio Internacional Marx e Engels – CEMARX, Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/cemarx/site/publicacoes-cemarx>; Acesso em : 17/07/2017.

ORSO, Paulino J. [et al] (Orgs.). **A Comuna de Paris de 1871: história e atualidade**. São Paulo: Ícone, 2002.

PALAZÓN M., M. R. **A filosofia da práxis segundo Adolfo Sánchez Vázquez**. En publicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense, 1973.

_____. **C. História Econômica do Brasil**. 3. Ed. São Paulo, Brasiliense, (1976)2006.

PINHEIRO, Milton (Org.). 140 anos da Comuna de Paris. 1ª edição – São Paulo: Editora Outras Expressões, 2011.

QUEIROZ, Pablo Polese; Estatuto Ontológico da teoria social marxiana e questão do método, Revista Novos Rumos v.50, n.2; 2013; Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3458>

SÁNCHEZ V., A. 1980 (1967) **Filosofía de la praxis** (México: Fondo de Cultura Económica).

SANTOS, Judite E. & KOLLING, Edgar J. (Org.). **Fidel e a Revolução**. 1ª Edição – São Paulo: Expressão Popular, 2017.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica** / Ivo Tonet. – São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

_____; **A revolução russa e o resgate de uma perspectiva revolucionária**; 2016; Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/A_RR_E_O_RESGATE_DE_UMA_PERSPECTIVA_REVOLUCIONARIA.pdf; Acesso em 18/07/2017.

_____; **Entre reforma e revolução**; 2016; disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Entre_reforma_e_revolucao.pdf Acesso em 18 de julho de 2017.

_____; **Introdução a filosofia de Marx**; 2004; disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf; Acesso em 18 de julho de 2017.

_____; **Revolução e Contrarrevolução na atualidade**. 2016; disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/REVOLUCAO_E_CONTRAREVOLUCAO_NA_ATUALIDADE.pdf. Acesso em 18 de julho de 2017.

_____; **Trabalho associado e extinção do Estado**; 2016; disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/TRABALHO_ASSOCIADO_E_EXTINCAO_DO_ESTADO.pdf. Acesso em 18 de julho de 2017.

_____; **Trabalho associado e Revolução proletária**; 2016; disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/TRABALHO_ASSOCIADO_REVOLUCAO_PROLETARIA.pdf Acesso em 18 de julho de 2017.

VALLE, Camila O. **Do Império à Comuna: a guerra Franco-Prussiana e as revoltas de Paris** In: XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas – Anpuh, 2014 – Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400267970_ARQUIVO_artigo_completoanpuhCamilaValle.pdf. Acesso em 15/11/2017.

VALLÉS, J. [(Et al); **Crônicas da Comuna** – São Paulo: Ensaio; 1992 – (Cadernos Ensaio, Grande formato; v.5).

VIANA, NILDO; **O significado político da Comuna de Paris** – Florianópolis – Revista Digital em Debate nº 6, 2011, p.60-82. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2011n6p60/20270> Acesso em: 26/09/17.

WRIGHT, R. **Uma breve história do Progresso**. 1.ed. Rio de Janeiro: Record Editores, 2007.